



CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



No. 7 dezembro 2022 ISSN 3085-6841

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA
CONJUNTURA ECONÔMICA

GAACE - UFPA

Conselho Editorial

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa B. S. Leite

Organizadores

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa B. S. Leite

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico] Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Águida Cristina Santos Almeida (orgs. Do No. 7) No. 7; EDUFCG; Campina Grande; 2022; p. 128.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

1. Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Almeida, Águida Cristina Santos; Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. Conjuntura: uma leitura alternativa.

Apresentação

Há pouco mais de quatro décadas, iniciaram-se as reformas e mudanças no arranjo de política econômica que instauraram o regime de acumulação neoliberal. Sob o regime de acumulação neoliberal o mundo vem assistindo a uma permanente piora nos indicadores sociais, em razão do modo como foi sendo instaurado o processo de globalização e reestruturação produtiva.

Num cenário global de permanente piora social, seja em termos da distribuição da renda e da riqueza, entre os países e dentro dos países, está em curso uma quarta revolução industrial com consequências sociais e econômicas ainda não absolutamente compreendidas e dimensionadas. Soma-se ainda a emergência climática e a crise ambiental, forçando a uma mudança de paradigma e a profundas mudanças no modo como a humanidade deve interagir com a natureza, dada a necessidade de barrar a subida da temperatura da Terra.

Em 2020, eclodiu a pandemia do covid-19, contribuindo no aprofundamento da crise de hegemonia pela qual o neoliberalismo vem passando, pelo menos desde 2008, com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, a qual provocou a maior crise do capitalismo, desde a Depressão de 1929. E, em 2021 eclodiu o maior conflito bélico envolvendo países europeus, desde II Guerra Mundial, dada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, em resposta à entrada da Ucrânia na OTAN.

É em meio a essa conjuntura global de muita complexidade e dificuldade que o Brasil vive o seu próprio drama, considerando o golpe parlamentar de 2016 e em seguida, a vitória de Jair Bolsonaro de 2018 à Presidência da República, representando a ascensão do projeto da extrema direita no Brasil. Sob a gestão de Bolsonaro, aceleraram-se as crises em curso, nas diversas frentes: econômica, social, institucional e política. E foi sob essa gestão de desmonte do Estado e das instituições que a gestão da pandemia se deu de modo caótico e negacionista, colocando o Brasil dentre os primeiros países em número de mortos pela covid-19.

Com a mudança de governo no final de 2022, e numa conjuntura internacional de extrema complexidade, retomam-se no Brasil as possibilidades da

reconstrução das instituições e de retomada das políticas sociais, que ensejaram o processo de inclusão social experimentado entre 2004 a 2015.

É com base nesse panorama, formulado de forma bastante sintética, que o GAACE seguirá acompanhando e analisando a conjuntura nacional e em menor medida a conjuntura internacional, utilizando-se das teorias econômicas no campo da heterodoxia e dos conhecimentos da história, na busca de compreensões mais amplas e estruturadas dos acontecimentos imediatos da conjuntura.

Desse modo, no campo das teorias econômicas heterodoxas, as análises no âmbito do GAACE consideram o princípio da demanda efetiva, como eixo determinante do nível de atividade econômica (PIB, renda, emprego). Considera ainda que o movimento da economia e da sociedade ocorre sob um conflito entre as diversas classes e grupos sociais. Destaca a centralidade do processo de inovação nas mudanças estruturais pelas quais o capitalismo vai passando, promovendo a mudança tecnológica, que por seu turno enseja transformações sociais e econômicas de longo alcance.

Partindo dessa perspectiva, as análises de conjuntura no âmbito do GAACE valem-se sempre do aspecto dinâmico, ao considerar as contribuições da teoria e da história na interpretação da conjuntura, mesmo que a análise de conjuntura transcorra no curto prazo. Com isso, os alunos vão atentando para a complexidade dos fenômenos sociais, políticos e econômicos, saindo do senso comum e adotando uma postura crítica e científica, e até mesmo filosófica, ao serem provocados a todo o momento a adotarem uma postura questionadora.

Dando somente um exemplo, enquanto a imprensa corporativa adotou uma postura crítica à Bolsonaro, de forma isolada e descontextualizada, sem incluir a política neoliberal do ministro Paulo Guedes e todo o contexto (político, social e econômico) que culminou na vitória de Bolsonaro, no ano de 2018; no âmbito do GAACE, os alunos tinham o entendimento de que Bolsonaro era somente uma das nuances das muitas crises pelas quais estamos passando e que estas começaram muito antes de Bolsonaro assumir a Presidência. O propósito não era minimizar os crimes de Bolsonaro, mas denotar o caráter reducionista comumente adotado no processo informacional às massas, considerando o caráter despolitizador e a-histórico, que marca a atuação da imprensa corporativa.

Considerando os aspectos ora levantados, o GAACE findou mais um ano de trabalho, conduzido por uma equipe muito comprometida em manter o projeto e dar continuidade ao trabalho de acompanhar e analisar a conjuntura, buscando dar

uma contribuição relevante no processo formativo, em termos acadêmicos, da formação de uma consciência social, cidadã e crítica. É sob essa mesma orientação que o GAACE prosseguirá com suas atividades em 2023.

Assim, o GAACE entrega à comunidade acadêmica da UFCG mais uma edição da revista 'Conjuntura: Uma leitura alternativa'. Sintam-se convidados e convidadas à leitura!

Professora Águida Almeida
Professora Karla Vanessa

Campina Grande, 06 de março de 2023

SUMÁRIO

N.	Título do artigo	Escritor(a)	Pg.
1	Fome, inflação e austeridade	<i>Diuary de Mélo Santos</i>	09
2	E a renda das mulheres, cadê?	<i>Cíntia Riquele Bezerra Silva Lucas Diego Souza Ramos</i>	11
3	Endividamento das famílias como sustentáculo do neoliberalismo	<i>Cíntia Riquele Bezerra Silva Lucas Diego Souza Ramos</i>	13
4	Os efeitos da guerra na Ucrânia na economia brasileira	<i>Dênisson Campos de Assis</i>	16
5	O preço da cesta básica durante a pandemia de covid-19 no Brasil	<i>Arthur Felipe Vieira Ferreira</i>	18
6	Só a Europa vale a pena!	<i>Júlia Farias V. Caminha</i>	21
7	Gasolina, gás de cozinha e diesel: onde os preços vão parar?	<i>Nicole Freitas Gois de Siqueira</i>	23
8	Brasil perante a instabilidade macroeconômica mundial	<i>Nícolás de Macêdo Alves</i>	25
9	Guerra na Ucrânia: quem sai fortalecida é a fome	<i>José Thiago Borges da Silva</i>	27
10	Petrobras sem líder!	<i>João Victor Silva Barros</i>	29
11	A contradição da privatização da petrobrás	<i>João Victor Silva Barros</i>	31
12	Somente o superman para aguentar a taxa de juros e a inflação no Brasil	<i>Rafael Tavares Requeijo</i>	33
13	Dólar, rublo e a ordem internacional	<i>Diuary de Mélo Santos</i>	36
14	A bolsa e a economia real	<i>Nícolás de Macêdo Alve</i>	38
15	Orçamento secreto de Bolsonaro	<i>Lucas Diego Souza Ramos</i>	40
16	Como um ser humano existe em condição de fome? Quando a fome é projeto político, o que pensar, o que sentir?	<i>Águida Cristina Santos Almeida</i>	45
17	Motociatas promovidas por Bolsonaro frente ao aumento do preço dos combustíveis	<i>Rudson Vitor Fidelis de Lima</i>	49
18	A política anti-indigenista como uma das frentes do retrocesso civilizatório pelo qual passa o Brasil	<i>Júlia Farias V. Caminha</i>	52
19	Parasitas na Petrobras	<i>Rafael Tavares Requeijo</i>	54
20	Não é sobre números, é sobre vidas	<i>Cíntia Riquele Bezerra Silva</i>	58
21	A estreita ligação do bolsonarismo com o garimpo ilegal	<i>Gabriel Moreno Maciel Pereira</i>	60
22	A indústria da fome	<i>Charles Lucio Bezerra da Silva</i>	62
23	O discurso de ódio como <i>causa mortis</i>	<i>Karla Vitória de Queiroz</i>	65

24	A sorte está lançada/alea jact est	<i>Michel Whilliams da Silva Chaves</i>	68
25	A atuação do estado na economia e seu papel na soberania de um país	<i>Jean Lucas Borges de Carvalho</i>	71
26	Soberania americana e chinesa na geopolítica: a ameaça à Taiwan	<i>Lenilson Guedes Brandão Filho</i>	74
27	O racismo estrutural presente no Brasil	<i>John Wesley Pereira Dantas dos Santos</i>	76
28	O baixo número de candidaturas indígenas como sucesso de alguns	<i>Karla Vitória de Queiroz</i>	78
29	Bolsonaro e suas ameaças à democracia brasileira	<i>John Wesley Pereira Dantas dos Santos</i>	82
30	Entendendo a desigualdade brasileira: qual rumo deve ser tomado para o seu combate?	<i>João Victor Silva Barros</i>	84
31	A complexidade econômica brasileira, perante uma tempestuosa crise política	<i>Jean Lucas Borges de Carvalho</i>	87
32	A inevitável felicidade	<i>Michel Whilliams da Silva Chaves</i>	89
33	A cidade somos nós	<i>Michel Whilliams da Silva Chaves</i>	91
34	Desmonte das políticas assistencialistas do governo federal	<i>Rudson Vitor Fidelis de Lima</i>	94
35	Governo versus pauta ambiental	<i>Karla Vitória de Queiroz</i>	96
36	O setor automobilístico e a crise dos chips	<i>Charles Lucio Bezerra da Silv</i>	99
37	Creditocracia	<i>Lucas Diego Souza Ramos</i>	101
38	O cenário da china na reeleição de Xi Jinping	<i>Cíntia Riquele Bezerra Silva</i>	103
39	Brasil volta ao palco mundial com Lula	<i>Lucas Diego Souza Ramos</i>	105
40	Perda da participação industrial na economia brasileira	<i>Nícolás de Macêdo Alves</i>	107
41	E como ficam as mulheres?	<i>Cíntia Riquele Bezerra Silva</i>	109
42	A falta de políticas de segurança pública para a população lgbtqia+ no Brasil	<i>John Wesley Pereira Dantas dos Santos</i>	111
43	Rússia e Ucrânia: um conflito trilionário	<i>Lenilson Guedes Brandão Filho</i>	113
44	“O Brasil voltou”	<i>Karla Vitória de Queiroz</i>	115
45	Anestesia neoliberal	<i>Júlia Farias V. Caminha</i>	118
46	O narcisismo no centrão	<i>Rafael Tavares Requeijo</i>	121
47	O Brasil pós década de 1990	<i>Nícolás de Macêdo Alves</i>	124

48	A atuação do Estado na intervenção da economia e da soberania	<i>Jean Lucas Borges de Carvalho</i>	127
----	---	--------------------------------------	-----

FOME, INFLAÇÃO E AUSTRERIDADE¹

Diuary de Mélo Santos²
Águida Cristina Santos Almeida³

Em pleno século XXI, mesmo após a conquista de uma Constituição Cidadã e diversas mudanças progressistas no Brasil, o país em 2022 se encontra em um mar de pobreza e desigualdade gritantes. É importante destacar que a inflação sentida pelos brasileiros mais pobres foi equivalente a quase o dobro da verificada entre os mais ricos no início de 2022, segundo estudo mensal divulgado no dia 15 de fevereiro pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)⁴. De acordo com o referido estudo, as pessoas de baixa renda estão sendo largamente afetadas pela inflação, faltando-lhes condições básicas para conseguir adquirir alimentos essenciais à subsistência dessas famílias.

É necessário compreender que o governo federal tem realizado políticas econômicas de caráter neoliberal, que prezam pela austeridade fiscal, a qualquer custo, com o “pressuposto” de que o corte de gastos resultará numa melhora do desempenho econômico, já que amplia a confiança dos investidores. Não obstante, não é esse resultado que o desempenho econômico vem exibindo, mas sim um resultado negativo na economia brasileira, com duros impactos econômicos e sobretudo, sociais, impossibilitando uma recuperação da atividade econômica e uma piora progressiva dos indicadores sociais:

Em última instância, o que se tem de resultado principal na política de austeridade é a retirada progressiva de direitos e garantias sociais, excluindo o povo do orçamento. Ou seja, fica evidente, que uma política de austeridade representa a minimização do estado para as classes mais pobres, constituindo-se numa política cruel, que não tem como objetivo o progresso social e o desenvolvimento econômico.

Além da manutenção da austeridade, os mecanismos utilizados pelo governo para enfrentar a inflação têm se mostrado insuficientes diante do cenário de crise no qual o país se encontra. Por seu

¹Artigo escrito em fevereiro de 2022.

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/pobres-sentem-quase-o-dobro-da-inflacao-frente-a-ricos-em-janeiro.shtml>

turno, os líderes políticos que deveriam estar preocupados e serem responsáveis em solucionar essas questões, em sua maioria, encontram-se dominados pela lógica do princípio do mercado e com isso mantêm cada vez mais as políticas de corte de gastos e de enfraquecimento da seguridade social brasileira.

Essa elevação dos preços que vem sendo seguida por políticas neoliberais ineficazes para lidar com esses efeitos na economia, vão ter impactos devastadores a curto, médio e longo prazos, afetando não só o consumo das famílias mais pobres, mas toda a sua qualidade de vida. Assim, não será possível obter boas perspectivas de futuro a respeito de mudanças positivas e que tragam conforto e bem estar à população, sem antes alterar a lógica da agenda econômica e dos governos, os norteando em direção a um ideal realmente inclusivo que consiga ir além do princípio de mercado, que por si só é incapaz de atender as demandas sociais e econômicas, agravadas com a emergência da crise sanitária. Além disso, a dinâmica do mercado, por si só, não será capaz de retomar o dinamismo econômico num ritmo capaz de sanar a precária situação do mercado de trabalho, que amarga recordes históricos de desemprego, informalidade, desalento.

As evidências histórica e empírica já provaram que as políticas de austeridade fiscal não são válidas para lidar com problemas reais da economia, sobretudo em contextos econômicos depressivos ou de baixo crescimento. A teoria econômica heterodoxa já avançou o suficiente para mostrar o equívoco que constitui aplicar a lógica de uma empresa dentro de um governo, por isso é necessário mudança no direcionamento da política econômica brasileira, para lidarmos de modo adequado e mais efetivo com a inflação, o desemprego e a fome no Brasil, alcançando por fim um futuro mais esperançoso para as próximas gerações.

E A RENDA DAS MULHERES, CADÊ?⁵

Cíntia Riquele Bezerra Silva⁶
Lucas Diego Souza Ramos⁷
Águida Cristina Santos Almeida⁸

De acordo com uma Nota de Política Econômica divulgada pelo Made USP⁹ sobre a desigualdade de renda empregando o recorte de raça e gênero, a partir de uma base de dados que busca complementar as informações fornecidas sobre rendimentos dos adultos da Pesquisa de Orçamento Familiares de 2017-18, com dados administrativos do imposto de renda, visando, identificar de maneira mais acurada o topo da distribuição. Em uma concepção que a mulher se torna duplamente ‘escrava’ da sociedade e do salário, no qual sua função dentro de um regime burguês capitalista se mostra limitado muitas vezes a existir como máquina de reprodução e de trabalho, a estrutura social nega constantemente as convenções sociais de demarcação de gênero, impondo padrões que são fortemente desfavoráveis às mulheres, ideologizando a imposição como uma lei da natureza, uma lei divina. Logo, cabe questionar se a sociedade caminha no sentido de fortalecimento ou de enfraquecimento dos antagonismos e desigualdades sociais, de gênero e de raça.

Neste contexto, os dados do Made USP evidenciaram uma disparidade, racial seja ao analisar a composição de rendimentos dentro de cada grupo analisado, seja ao analisar a parcela da renda apropriada por grupos demográficos. Assim, em relação à primeira análise destaca-se que os negros, embora sejam 54% dos adultos, representam 70% do décimo mais pobre da população brasileira, ou seja, dos 10% da população com menores rendimentos. Por outro, quando consideramos o topo DO 1% da renda, essa participação é reduzida para 19,5% de participação de

⁵ Artigo escrito no mês de fevereiro de 2022.

⁶ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: cintia.riquele@estudante.ufcg.edu.br

⁷ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: lucrados53@estudante.ufcg.edu.br

⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁹ <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>

negros, enquanto os homens brancos, por exemplo, representam 57% desse mesmo grupo, uma proporção que se eleva para 83% quando restringimos ao grupo de 0,1% mais ricos. Já quando tratamos da apropriação da renda total das famílias por cada um dos grupos demográficos, a situação se torna ainda mais grave. Isso porque, todas as mulheres negras do país, que representam 26% da população total, ficam com apenas 14,3% da renda nacional, montante inferior àquele recebido por apenas os homens brancos do 1% do topo, que se apropriam de 15,3% da renda e representam 0,56% da população total. Vê-se que essas estatísticas descortinam os abismos de raça e gênero que caracterizam a distribuição de renda no Brasil.

Em relação ao recorte de gênero, o Made USP destaca um estudo de Costa, Maconi e Hellmeister, no qual, constata-se que mesmo ocorrendo avanços, a disparidade de rendimentos entre homens e mulheres se mantém em patamares elevados: a população feminina no Brasil ainda recebia, em 2017, apenas 75,6% dos salários dos homens, apesar de terem nível de escolaridade superior. De acordo com Hirata (2014), há quatro principais fatores que explicam o diferencial na remuneração das mulheres em comparação aos homens, a saber: o tipo de emprego ocupado, a construção social das mulheres colocando-as um estigma de “menos competentes”, a interrupção do trabalho (menos aposentadorias, conseqüentemente, menos renda) e, por último, o fator residual que é a divisão sexual do trabalho. Logo, essa divisão levaria as mulheres a ocuparem trabalhos com menores rendimentos, já que a maioria se encontra no setor terciário e as levando cada vez mais a ocupações mais precárias, com menos direitos e com menores salários.

Observa-se que de modo geral, a disparidade no Brasil contém tanto um viés racial, quanto um viés de gênero. E ao se analisar a interseccionalidade entre raça e gênero, a disparidade de renda para as mulheres negras é ainda maior. Isso fica evidente ao perceber que as mulheres negras sofrem simultaneamente com o machismo e o racismo, ou seja, acumulam as mazelas oriundas das injustas estruturas construídas nas relações tanto de gênero quanto de raça. essa evidência é inadmissível, no sentido de que as condições de nascimento de um ser humano, em termos de raça, gênero, classe, lugar de nascimento, dentre outro atributo qualquer não deveriam, em hipótese alguma, determinar as oportunidades e recursos que qualquer pessoa contará/acessará ao longo da vida.

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS COMO SUSTENTÁCULO DO NEOLIBERALISMO¹⁰

*Cíntia Riquele Bezerra Silva¹¹
Lucas Diego Souza Ramos¹²
Águida Cristina Santos Almeida¹³*

Nos últimos anos o Brasil vive sob ataque às instituições, acumulam-se retrocessos sociais e econômicos e o ataque à Constituinte de 1988 é constante. Além disso, cabe destaque para todo o contexto advindo com a pandemia e como ela agravou ainda mais a situação social, política e econômica no Brasil. Diante disso, as notícias sobre o cenário moderno, mostram que o aumento do endividamento das famílias vai além de um cenário de recessão econômica (desemprego e inflação) e da situação que abrange uma Sindemia¹⁴ da covid-19. Na verdade, as evidências mostram que a intrincada teia das relações produzidas pelo modelo político-econômico do neoliberalismo, frente à crescente desvalorização e retirada de direitos e remuneração dos trabalhadores, encontra-se o sistema de crédito como o sustentáculo desse modelo. Ou seja, há funcionalidade na piora das condições de vida dos trabalhadores.

É importante chamar a atenção às notícias sobre a conjuntura do Brasil, que apresenta o rápido aumento da taxa básica de juros (Selic) que saiu de 2% em março de 2021, para 10,75% em fevereiro de 2022, com previsão de seguir aumentando ao longo do ano, num ritmo mais lento que o do ano passado. A inflação que atinge os brasileiros no início de 2022 possui um efeito duplamente sentido sobre a classe mais pobre quando comparada a classe mais abastada. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁵, a variação dos preços atingiu 0,63%, para as famílias com renda mais baixa, frente a 0,34% às famílias de renda mais alta, no mesmo período.

¹⁰ Artigo escrito no mês de fevereiro de 2022

¹¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: cintia.riquete@estudante.ufcg.edu.br

¹² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: lucas.diego@estudante.ufcg.edu.br.

¹³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁴ Sindemia foi um termo criado para designar situações onde ocorrem o efeito de sinergia que amplia os efeitos das desigualdades sociais frente a uma situação de pandemia.

¹⁵ https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/pobres-sentem-quase-o-dobro-da-inflacao-frente-a-ricos-em-janeiro.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa.

Quanto aos dados do desemprego, que atinge a casa de dois dígitos há seis anos, ou seja, desde 2016. Pela expansão do setor de serviços no final do ano de 2021, percebe-se um recuo para 11,6%¹⁶, no início de 2022, segundo IBGE. No mesmo período, o rendimento real em média do trabalho, estimado em R\$ 2.444, recuou 4,5% em comparação ao trimestre anterior e caiu 11,4% em relação ao ano anterior¹⁷. Nota-se que além da elevada taxa de desemprego, o rendimento médio vem acumulando perdas, denotando que os reajustes salariais têm se dado abaixo da inflação, ou seja, sem a correção mínima e necessária para manter o poder real de compra prevalente. Isso configura um acúmulo de perdas aos trabalhadores, desde 2015, considerando que se tem a perda de postos de trabalho, a queda da qualidade do emprego, a perda de direitos e garantias sociais e a subtração de rendimento.

A situação da pandemia afetou fortemente a renda da população mais baixa, que sofreu uma queda de 12%¹⁸, no segundo trimestre de 2021, segundo o Ibre - FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Por outro lado, registrou-se um aumento do endividamento das famílias, que atinge 51,2% em outubro de 2021, segundo o Banco Central do Brasil, o mais elevado em 17 anos¹⁹, quando o levantamento foi iniciado em 2005. O referido levantamento mostra ainda que as famílias estão destinando aproximadamente 28% da renda para pagar as dívidas.

Diante disso, ao se analisar a forma como essa situação é retratada pelos economistas nas notícias, com demasiada preocupação para a taxa de inadimplência, dando ênfase quase exclusivamente ao perigo da não quitação das dívidas adquiridas pela população, sem ressaltar que se a população não tem renda ou vendo sofrendo queda na renda que possui, a única forma para de manter o padrão de consumo é por meio do crédito, conforme é chamado atenção por André Roncaglia, economista e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)²⁰.

Em contrapartida, enquanto as famílias são afetadas profundamente pela situação econômica, os quatro maiores bancos registraram recorde de lucros em 2021, com uma cifra de de 81 bilhões de reais²¹, um aumento de 32,5% em relação ao ano anterior (ano de recessão econômica e pandemia), com o banco Itaú, sendo o líder de lucro dentre os bancos 24,988 bilhões de reais, os três seguintes são Bradesco, Banco do Brasil e Santander, respectivamente.

¹⁶<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/taxa-de-desemprego-recua-para-116-mas-renda-volta-a-cair-no-brasil.shtml>

¹⁷<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/taxa-de-desemprego-recua-para-116-mas-renda-volta-a-cair-no-brasil.shtml>

¹⁸<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57422466>

¹⁹<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/11/maior-taxa-de-juros-em-cinco-anos-vai-piorar-vida-dos-endividados.htm>

²⁰<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/19/brasil-sai-da-pandemia-mais-desigual-e-quadro-vai-piorar-dizem-economistas.htm>

²¹<https://www.cartacapital.com.br/economia/bancos-batem-recorde-de-lucros-nominais-em-2021-e-ganham-r-81-bilhoes/>

Acerca dessa problemática, o filósofo Maurizio Lazzarato, aponta o endividamento como uma estratégia de poder, mais adequada para a produção do *homo economicus* (o empresário de si mesmo)²², do qual se fará uso a subjetividade e a formação do sujeito neoliberal. Este se caracteriza pela individualização da sociedade, que tem como corolário o sujeito endividado, que precisa resolver os problemas por si só, através do grande esforço pessoal (meritocracia), para viver numa sociedade de movimento perpétuo de ‘rolar dívidas’.

Contudo, nos ‘*modos operandis*’ do sistema, ter-se-á um esquema de endividamento, de um lado, e a classe trabalhadora perdendo direitos trabalhistas, rendimento e sofrendo com a constante precarização “*uberização*” das condições de trabalho, do outro lado, como aspectos de uma mesma causa. Então, ignorando as questões antes mencionadas, a taxa de inadimplência se torna o indicativo da saudabilidade desse sistema de especulação financeira, num contexto de permanente piora econômica das condições de trabalho e materiais da existência da grande maioria da classe trabalhadora. Ou seja, desvia-se o foco dos problemas reais e cria-se diagnósticos enganosos, para omitir as causas concretas que estão por trás da ampliação do endividamento das famílias.

²² LAZZARATO, Maurizio. O governo do homem endividado. n-1 edições. 2017, p.67

OS EFEITOS DA GUERRA NA UCRÂNIA NA ECONOMIA BRASILEIRA²³

Dênisson Campos de Assis²⁴

Águida Cristina Santos Almeida²⁵

O conflito que está ocorrendo na Ucrânia, em razão da invasão da Rússia por questões políticas, pode acarretar grandes impactos na economia mundial, considerando que a Rússia é um grande exportador global de petróleo e trigo. Por seu turno, sanções de países como: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão e membros da União Europeia (UE) já afetam o país em diversos segmentos. Reflexo do conflito já são sentidos no bolso, com o aumento demasiado dos preços de várias commodities, num contexto de inflação de alimentos emergido com a pandemia da covid. Ou seja, a inflação tenderá a seguir aumentando, dado que aos efeitos da pandemia, somam-se agora os impactos econômicos do conflito bélico em curso.

Rússia e Ucrânia produzem cerca de 30% do trigo de todo o mundo. Além disso, a Rússia é um importante produtor de fertilizantes. Com isso, é difícil não imaginar que o agronegócio do mundo, incluindo o do Brasil, acabará sendo atingido pelos conflitos militares no leste europeu. Os mercados emergentes, como é o caso do Brasil, poderão ver o dólar subir junto com os preços da commodities.

Antes de a guerra estourar, o Presidente Bolsonaro fez uma viagem à Rússia com a finalidade, segundo ele, de manter acordos sobre a compra de fertilizantes e por ser um grande parceiro comercial. Dias após, o governo russo informou que suspendeu a exportação de fertilizantes para o Brasil. Além disso, a neutralidade do governo em relação aos ataques da Rússia à Ucrânia pode não ter impactos no curto prazo, mas poderá ter no longo prazo e dependendo do lado que sairá vencedor.

Como esse confronto pode impactar a economia do nosso país, que já vem bastante desgastada principalmente pela pandemia? Com aumento das conexões das cadeias globais, as sanções aplicadas à Rússia podem afetar as exportações e importações brasileiras. Além disso, a retirada dos bancos russos do sistema de pagamentos swift, o qual garante as transações

²³Artigo escrito em março de 2022.

²⁴Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

²⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

internacionais monetárias, envolvendo moedas de vários países, pode isolar o país de realizar transações comerciais, inclusive com o Brasil.

Num prazo mais longo, esse conflito pode manter a aceleração dos preços de várias commodities e problemas no abastecimento na economia interna brasileira, que já sofre com os impactos da inflação, agora dificultada de importar fertilizantes, afetando o desenvolvimento de lavouras que abastecem à exportação agrícola e, a diminuição da importação de todos os produtos provenientes dos dois mercados envolvidos no conflito, são alguns dos pontos que podem deteriorar ainda mais a nossa economia.

Os preços internacionais de várias commodities, que já estão altos, irão aumentar ainda mais. Isso fará com que haja mais inflação às economias nacionais, incluindo a brasileira. Conseqüentemente, haverá uma tendência de elevação nas taxas de juros internacionais, afetando a taxa selic, que já está em trajetória ascendente desde março de 2021.

Na última semana, o IBGE divulgou que o PIB brasileiro cresceu 4,6% em 2021, saindo da recessão técnica em que se encontrava desde 2020, causada pela pandemia da Covid-19, recuperando as perdas do ano anterior, que fechou com queda de 3,9%. Em contrapartida, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou, também na última semana, que o Brasil tem a perspectiva de pior crescimento econômico entre os países da América Latina para este ano. Com base nessa previsão pessimista, se a guerra prosseguir, o cenário, claro, poderá se deteriorar ainda mais, com mais inflação de alimentos e dos combustíveis, e uma insistente instabilidade cambial.

O PREÇO DA CESTA BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL²⁶

Arthur Felipe Vieira Ferreira²⁷

Águida Cristina Santos Almeida²⁸

O debate sobre a cesta básica está sempre em evidência, e esse movimento se intensifica ainda mais durante períodos de crise e/ou em momentos de alta dos preços dos alimentos, como é o caso do Brasil desde 2020 e, sobretudo a partir de 2021. Então, entender a dinâmica da cesta básica, em termos dos bens que devem compô-la e da trajetória dos preços dos bens, nos ajuda a compreender diversos aspectos econômicos, como por exemplo, a desvalorização ou não do salário mínimo, pois a evolução do valor da cesta básica está diretamente ligada ao salário mínimo vigente, em termos da piora ou melhora no poder de compra do consumidor/trabalhador.

A cesta básica pode ser composta por diversos tipos de produtos, mas o artigo irá ter como base o modelo utilizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) publicada em seu site²⁹. de acordo com a metodologia adotada pelo Dieese, a cesta básica é composta por 13 produtos alimentícios, que deveriam garantir o sustento e bem-estar de um adulto durante 1 mês. Os produtos são descritos na metodologia³⁰ do estudo, variando de quantidade dependendo da região estudada, sendo eles: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes, pão francês, café em pó, frutas, açúcar, óleo e manteiga. Mas, vale lembrar que a batata não está na cesta básica da segunda região (de um total de três), que é composta pelos estados das regiões Norte e Nordeste.

No mês de janeiro de 2022, o Dieese divulgou sua pesquisa³¹ mais recente da PNCBA e foi possível constatar diversas alterações nos preços comparado ao mês dezembro de 2021. Simplesmente, nas 17 capitais pesquisadas, foi possível observar um aumento de preços em 16 delas. E é em São Paulo onde está a cesta básica com o maior custo, sendo este de R\$ 713,86, ou seja, cerca

²⁶ Artigo escrito em março de 2022.

²⁷ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: arthur.felipe@estudante.ufcg.edu.br;

²⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁹ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202201.html>

³⁰ <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>

³¹ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202201cestabasica.pdf>

de 63,27% do valor do salário mínimo. E a porcentagem só não foi maior, pois em janeiro de 2022 ocorreu o reajuste do salário mínimo.

A pandemia de COVID-19 foi decretada pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020, como mostra postagem³² da Organização Pan-Americana da Saúde. Então para ver pelo menos um pouco do impacto da pandemia no preço das cestas, podemos checar o relatório³³ de janeiro de 2020 da PNCBA, onde a pandemia não tinha iniciado. Lá, é possível constatar que embora São Paulo ainda fosse a capital com a cesta básica mais cara, a mesma equivalia a 54,14% do valor do salário mínimo, contra os 63,27% do momento atual. Já ao analisar a média entre todas as cidades estudadas, temos a porcentagem de 46,65% no ano de 2020 e 55,20% em 2022, ambas em relação ao valor do salário mínimo.

Ou seja, é chocante esse percentual, que evidencia que mais da metade do valor do salário mínimo precisa ser empenhado à alimentação de um adulto. Como fica o atendimento de todas as demais necessidades, num contexto como este? Além disso, é importante lembrar que há milhões de famílias que sobrevivem com o salário, como há milhões de famílias sobrevivendo com rendas bem inferiores ao salário mínimo, ficando claro o porquê dos aumentos gritantes nos percentuais de insegurança alimentar em seus diversos níveis.

O relatório de janeiro de 2022 já citado anteriormente, traz algumas análises feitas pelo Dieese acerca dos motivos dos preços de alguns alimentos terem subido, aumentando assim o custo da cesta. A batata, por exemplo, teve uma queda na oferta por conta das chuvas no Rio de Janeiro. Já o óleo de soja teve um aumento no preço tanto por conta do clima não favorável, quanto pela alta na demanda por grão e óleo bruto. Esse relatório, também ajuda a constatar outro fato levantado por Motta no site³⁴ da UOL, destacando que usando os dados fornecidos pelo Dieese, não é possível comprar nem uma cesta básica com o valor médio do Auxílio Brasil, enquanto que em 2021, em postagem do Andretta no mesmo site³⁵, é possível ver que em 2020 era possível comprar uma cesta básica e ainda sobrava um pouco do valor, pois o auxílio era no valor de R\$ 600 ou R\$ 1200 (no caso em que dois membros da família estivessem recebendo o auxílio ou mães que são chefe de família e possuem trabalho informal), enquanto a cesta básica custava R\$ 556,25.

³² <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>

³³ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202001cestabasica.pdf>

³⁴ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/08/auxilio-brasil-cesta-basica-janeiro-2022.htm>

³⁵ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/09/24/auxilio-emergencial-valor-inflacao-desvalorizacao-cesta-basica-botijao-gas.htm>

Além das diversas análises do Dieese para o aumento dos preços, como mostrado anteriormente, Oliveira do site³⁶ JCCursos fez uma postagem falando de um outro problema para o ano atual, que é de que o preço da cesta básica está aumentando mais que o salário mínimo em 2022, já que esse novo reajuste no salário mínimo é menor do que a taxa de inflação dos 12 meses de 2021. Ou seja, a política de valorização do salário mínimo não foi somente abandonada, considerando que o reajuste do salário mínimo sequer está recompondo a perda no poder de compra, em função da alta da inflação. Pode-se afirmar que essa decisão política é perversa, dado o elevado custo social e econômico que transfere para a classe trabalhadora, vendo sua capacidade de sobrevivência sendo corroída e sem nenhuma capacidade econômica de se defender dessa política.

O futuro se mostra incerto diante de tantas crises em várias áreas, como econômica, social e política e até mesmo em termos da incerteza sobre o fim da pandemia. Outro número triste e que vem aumentando no Brasil é o de brasileiros abaixo da linha da pobreza, como mostra artigo³⁷ da CNN Brasil, o qual mostra que em 2019, antes da pandemia, o número de brasileiros abaixo da linha da pobreza era de 23 milhões, passando para 28 milhões em outubro de 2021. Então, até por isso que projetos de doações de cestas básicas continuam no ano de 2022, sem previsão de término, como é o caso do Projeto Cestas Básicas RJ, que doa cestas básicas na cidade do Rio de Janeiro, desde o início da pandemia de COVID-19, segundo postagem³⁸ do Sindifisco Nacional. Não obstante, por mais que gestos como estes sejam válidos e devam ser reconhecidos, soluções mais estruturais e abrangentes requerem a ação do poder público, por meio da implantação de políticas públicas, nas áreas social e econômica.

³⁶ <https://jcconursos.com.br/noticia/brasil/preco-da-cesta-basica-dispara-e-sobe-mais-que-salario-minimo-em-2022-veja-valores-90412>

³⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/quase-28-milhoes-de-pessoas-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-no-brasil/>

³⁸ <https://sindifisconacional-rj.org.br/ds-rio-mantera-doacao-de-cestas-basicas-na-base-em-2022/>

SÓ A EUROPA VALE A PENA!³⁹

*Júlia Farias V. Caminha*⁴⁰

*Águida Cristina Santos Almeida*⁴¹

Nos últimos dias o mundo está tendo que lidar com uma das piores tragédias que a humanidade costuma suscitar, uma guerra entre nações. O diferencial desta, o qual chama a atenção e gera diversas reações inéditas devido ao seu contexto, é o fato de ser um conflito de magnitudes inusuais dentro do território europeu, sendo considerado, por muitos, como um dos maiores desafios enfrentados pela Europa desde a 2ª Guerra Mundial⁴². Desde que se iniciou a guerra, com a invasão da Rússia à Ucrânia, em 24 de fevereiro, o mundo está em solidariedade pelo povo ucraniano, dado que mais 1,5 milhão de pessoas fugiram do país sob condição de refugiados, tentando sobreviver nesse momento terrível⁴³. Para se ter uma ideia, em apenas oito dias os números superam o contingente de refugiados durante dois anos de guerra na Síria(2011)⁴⁴.

Para a maioria dos refugiados o destino é comum: a Polônia. Ironicamente, a Polônia com todo o seu histórico de políticas xenofóbicas, recusando-se a receber refugiados da Síria e do Afeganistão⁴⁵ e construindo uma cerca "anti-imigrante" em suas fronteiras⁴⁶, na atual circunstância, vem se tornando exemplo de país acolhedor para os refugiados ucranianos. Cerca de 1 milhão de ucranianos adentraram aos limites da Polônia⁴⁷, graças à facilitação das normas da fronteira, grande organização de centros de acolhida e as diversas formas de proteção oferecidas pelo governo polonês.

Outros países europeus que se recusaram veementemente em aceitar refugiados da África e do Oriente Médio em momentos de necessidade, quando, se tratando de seus semelhantes, agora

³⁹Artigo escrito em março de 2022.

⁴⁰Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliafarias.uniufcg@gmail.com ;

⁴¹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴²Matéria: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60557268>

⁴³Matéria: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mais-de-15-milhao-de-pessoas-fugiram-da-ucrania-por-cao-da-guerra-diz-onu/>

⁴⁴Matéria: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerra-na-ucrania-gera-mais-refugiados-do-que-dois-anos-de-conflito-na-siria/>

⁴⁵Matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/imigrantes- ficam-presos-em-terra-de-ninguem-nas-portas-da-uniao-europeia.shtml>

⁴⁶Matéria: <https://www.istoedinheiro.com.br/polonia-ergue-cerca-para/>

⁴⁷Matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/polonia-ja-recebeu-mais-de-1-milhao-de-refugiados-da-ucrania-em-meio-a-guerra.shtml>

compõem a vanguarda para salvar-se da indignação de ver “europeus loiros de olhos azuis sendo mortos todos os dias” (definição usada por um ucraniano a fim de expressar o pesar pela guerra em seu país)⁴⁸.

Acompanhada de diversas outras declarações de teor racista, a situação dos refugiados está sendo noticiada nos quatro cantos do mundo como uma tragédia sem igual. De fato, a guerra é brutal e violenta para todos os envolvidos e, claro, deve gerar comoção para todos que estão cientes desta. Entretanto, a questão a se levantar é o porquê de algumas guerras gerarem mais comoção que outras e o porquê de algumas vidas evocarem mais solidariedade que outras.

No ano passado, 2021, o primeiro ministro da Hungria, Viktor Órban, orgulhosamente discursou sobre ser o “primeiro a me opor definitivamente” às políticas de aceitação de refugiados em 2015. Segundo ele, os sírios poderiam “destruir a identidade cultural da Europa”⁴⁹. É provável que por esse motivo não há relutância dentro da União Europeia em aprovar vistos de proteção para refugiados da Ucrânia, pois, os ucranianos, sendo suficientemente europeus e “relativamente civilizados”⁵⁰ não apresentam o risco de infectar a sociedade centrista europeia com seus próprios costumes e etnias. Lamentavelmente, para um mundo construído sob bases coloniais, só a Europa vale a pena.

⁴⁸Matéria:<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/03/4990014-e-tocante-ver-europeus-de-olhos-azuis-sendo-mortos-diz-ex-procurador.html>

⁴⁹Matéria:<https://observador.pt/2021/09/01/hungria-diz-que-refugiados-podem-trazer-terrorismo-e-destruir-identidade-europeia/>

⁵⁰Matéria:<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/orientalissimo/2022/02/em-canal-americano-reporter-diz-que-a-ucrania-e-civilizada-ao-contrario-do-iraque.shtml>

GASOLINA, GÁS DE COZINHA E DIESEL: ONDE OS PREÇOS VÃO PARAR?⁵¹

Nicole Freitas Gois de Siqueira⁵²

Águida Cristina Santos Almeida⁵³

Desde 2016 que a Petrobrás vem praticando uma política de preços que resulta em permanente aumento nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, contudo essa situação se agravou do ano passado para cá, de modo que os brasileiros têm recebido alguns “presentes surpresa” da Petrobrás. Em outubro de 2021, a petrolífera anunciou dois reajustes. O primeiro, no início do mês, um aumento de 7,2% no preço médio da gasolina e do gás de cozinha. Como justificativa para tal elevação, a estatal alega que o aumento é reflexo dos patamares internacionais do preço do petróleo, seguindo uma política de preços adotada em 2016, durante o governo Michel Temer⁵⁴.

Já no ano de 2022, o primeiro aumento ocorreu no mês de janeiro. Os preços da gasolina e diesel aumentaram nas refinarias e para as distribuidoras desses derivados, o diesel foi repassado com um aumento de 8% e a gasolina, 4,85%⁵⁵. Agora em março, dada a disparada do petróleo no mercado internacional, a Petrobrás sinalizou mais um aumento nos preços, e desta vez, os três produtos, gasolina, gás de cozinha e diesel, sofreram reajustes. As estimativas são de que, após o novo reajuste, a gasolina deve chegar ao consumidor final na casa dos R\$ 7 o litro. Para o diesel, o valor estimado é em média R\$ 6,40 o litro. E com relação ao gás de cozinha, a média chega a R\$ 110 no caso do botijão de 13kg, o qual caracteriza um item essencial de consumo das famílias⁵⁶. Antes dos aumentos efetuados agora em 2022, os combustíveis tinham sofrido reajuste de preço no mês de outubro de 2021, neste a gasolina foi reajustada em 7% e o diesel, 9,1%⁵⁷.

Dado o cenário de aumentos de preços constantes, e o drástico impacto que estes possuem no bolso do brasileiro, vale dizer que a Petrobras anunciou em fevereiro deste ano, um lucro líquido de

⁵¹Artigo escrito em março de 2022.

⁵²Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) Integrante do Programa Educação Tutorial - PET Economia. E-mail:nicolegfreitas6@gmail.com.

⁵³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵⁴<https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/10/08/Petrobras-eleva-pre%C3%A7o-da-gasolina-e-do-g%C3%A1s-em-72>.

⁵⁵<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/01/11/Petrobras-eleva-pre%C3%A7os-do-diesel-e-da-gasolina-em-at%C3%A9-8>.

⁵⁶<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/petrobras-aumenta-preco-da-gasolina-em-188-e-do-gas-de-cozinha-em-161-diesel-sobe-249.shtml>.

⁵⁷<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/petrobras-sobe-novamente-precos-da-gasolina-e-do-diesel.shtml?origin=folha>

R\$ 106,7 bilhões em 2021. Esse é um dos melhores resultados de uma companhia de capital aberto no Brasil na história e o principal fator determinante disso é a alta nos preços dos combustíveis, que vem sendo justificada pela alta no preço internacional do petróleo desde 2020⁵⁸. É importante dizer que essa alta nos preços dos derivados de petróleo foi um dos principais fatores da inflação brasileira em 2021 e para este ano, de maneira que as perspectivas não se mostram favoráveis aos brasileiros, considerando que ao mesmo tempo no qual os combustíveis, alimentos e outros bens e serviços de consumo das famílias têm seus preços continuamente majorados, a renda segue uma trajetória inversa, acumulando quedas reais, denotando sobre quais grupos sociais a inflação está recaindo, resultando em impactos sociais e econômicos extremamente negativos aos trabalhadores e aos brasileiros mais pobres.

Vale ressaltar também que o aumento nos preços dos combustíveis não afeta somente aqueles que andam de carro ou de transporte público. No geral, esses derivados são extremamente importantes à indústria como um todo, isso faz com que esses aumentos possam afetar o preço de diversos produtos, tanto agrícolas quanto industriais, em razão da elevação nos custos de transporte. E, no final das contas, a parcela da população mais atingida com uma política que ignora totalmente o papel social que uma empresa estatal possui, tem sido a massa de brasileiros que apesar da piora nas condições financeiras, luta para se manter vivo, para preservar um mínimo em termos de condições de subsistência, luta para sustentar seus filhos e os demais dependentes.

⁵⁸<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/02/27/O-que-o-lucro-recorde-da-Petrobras-significa-para-a-criese-do-Brasil?posicao=5>

BRASIL PERANTE A INSTABILIDADE MACROECONÔMICA MUNDIAL⁵⁹

*Nícolas de Macêdo Alves⁶⁰
Águida Cristina Santos Almeida⁶¹*

O conflito bélico recente no território ucraniano, iniciado em 24 de fevereiro de 2022, vem gerando incertezas nos mercados em todo o mundo, causando elevações nos preços dos principais produtos geradores de dinamismo econômico, com destaque para os preços dos produtos no setor de energia (petróleo e gás natural) e no setor agrícola, especialmente trigo, soja e milho, piorando uma tendência instaurada desde a chegada da pandemia de covid-19. Ou seja, como se não bastasse os efeitos da pandemia, esta guerra traz consigo novas restrições de oferta nos produtos citados, visto que tanto a Rússia quanto a Ucrânia possuem importantes participações nas exportações destes bens em escala global. Dentre os produtos supracitados, é sabido que o aumento no preço do petróleo causa forte impacto nas cadeias globais de valor, tanto em função dos impactos nos custos do transporte e da energia, como em razão da vasta quantidade de derivados do petróleo que se constituem matéria prima para inúmeros setores industriais. A grande dúvida é como se comportará a economia brasileira perante esta situação, pois as famílias brasileiras já estavam sentindo a alta no combustível antes mesmo de iniciar-se os conflitos no território ucraniano.

Antes da invasão russa ao território ucraniano, o preço do petróleo já havia aumentado 21,25% no período entre 03 de janeiro e 23 de fevereiro de 2022. Logo após o início das hostilidades, o aumento desta commodity foi elevada em aproximadamente 16%. Importante considerar que, tendo em vista o cenário posto, ainda há o perigo de haver uma corrida para elevações dos juros pelos Bancos Centrais dos países desenvolvidos, que pode agravar ainda mais a depreciação cambial, e com isso, aumentar as pressões inflacionárias no Brasil. A mais nova alta no preço do petróleo já é sentida no território brasileiro, nesta última sexta-feira (11) de março, o preço

⁵⁹ Artigo escrito em março de 2022

⁶⁰ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: alvesnicolas660@gmail.com

⁶¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

médio da gasolina estava sendo cotada a R\$ 7,47. Este aumento se deve basicamente à política de preços da Petrobrás, que utiliza a PPI- Paridade de Preço de Importação, ou seja, considera o preço internacional de combustíveis baseado na média semanal dos preços cotados pela S&P Global Patts. Significa dizer que esta política reajusta os preços dos combustíveis no Brasil considerando que 100% dele é importado.

Como resultado da política de preços que a Petrobrás vem implementando, vem acumulando resultados financeiros e patrimoniais bem acima dos resultados alcançados por outras gigantes do setor, às custas da degradação material de parcela majoritária da população brasileira. Pois, se observarmos os indicadores da Petrobrás e compará-los com os de outras petrolíferas internacionais como Shell, PetroChina, Chevron, por exemplo, notamos que a Petrobrás possui um desempenho muito acima da média internacional. O retorno sobre patrimônio líquido (ROE) da empresa brasileira registra o percentual de 27,5% contra 12% da média internacional, a margem líquida e operacional da Petrobrás registra os percentuais de 23,7% e 44,9%, contra a média de 8% e 11,8 respectivamente, das petrolíferas internacionais. Em outras palavras, o ROE da Petrobrás é duas vezes superior à média internacional, a margem líquida é três vezes maior, e a margem operacional é quatro vezes maior que a média internacional. Significa dizer que a Petrobrás está sendo gerida sem qualquer tipo de compromisso ou pacto social, de modo que estamos tendo uma noção concreta do que significaria uma privatização total da empresa, em termos dos efeitos sociais e econômicos que causariam.

Não é novidade que a atual conjuntura econômica brasileira está altamente fragilizada, isto se deve à dependência externa, somada a uma desastrosa gestão de política econômica e, pelo fato de que a pandemia agravou ainda mais os problemas já instaurados. O fato é que o Brasil está à mercê do cenário internacional, de modo que já passou do momento de o Governo exercer sua capacidade de intervenção e de gestão, considerando que a Petrobrás é uma empresa estatal. Também, já passou do momento de o Governo implementar uma vasta política de proteção social a curto prazo, que auxilie principalmente as famílias de baixa renda contra as elevações nos preços dos bens essenciais à subsistência. Desde já, também é fundamental estudar as alternativas em prol de uma reformulação da política de preços da Petrobrás, que vise a autonomia interna, de forma que não o país não fique à mercê das oscilações especulativas dos preços, como resultados das ações do mercado. Na verdade, ações mais rápidas de implementar, como a reformulação na política de preços da Petrobrás, devem ser combinadas como políticas de prazo mais longo, como é o caso de diversificar a matriz energética do país, para fontes de energia mais limpas e sustentáveis, bem como reduzir a centralidade do transporte rodoviário como meio principal da circulação de mercadorias dentro do país.

GUERRA NA UCRÂNIA: QUEM SAI FORTALECIDA É A FOME⁶²

José Thiago Borges da Silva⁶³

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁴

Antes de qualquer coisa, é importante salientar que antes da guerra entre Rússia e Ucrânia, o fornecimento de alimentos já vinha sendo considerado algo desafiador, sobretudo após a eclosão da pandemia da Covid-19 e a crise econômica que resultou da crise sanitária. Além disso, houve secas em algumas regiões e safras aquém do esperado, tanto no Canadá quanto na Argentina, o que fez com que as commodities atingissem a maior alta de preços em mais de uma década, o que acabou pressionando a inflação em vários países. Não bastando isso, a pandemia fez com que avanços sociais alcançados nos últimos 30 anos, fossem desfeitos.

Tudo isso já contribuía para que houvesse no mundo o aumento da fome. Mas, não bastando isso, a guerra na Ucrânia, que já ocasionou centenas ou até milhares de mortes, muita destruição, provocou o deslocamento de aproximadamente 4 milhões de refugiados, o que tem contribuído para o agravamento do problema humanitário, que é o crescimento da fome no mundo, bem como da crise migratória que marca esse tempo neoliberal.

Para se ter ideia da importância dos dois países, Rússia e Ucrânia, na produção mundial de alimentos, representam um terço da produção mundial de trigo e 12% de todas as calorias comercializadas. Além disso, a cidade de Kiev abastece o mundo com 15% do fornecimento de milho. Tanto Rússia quanto Ucrânia, são grandes produtores de óleos, com destaque para o óleo de girassol, sendo responsáveis por 80% da produção mundial do referido produto. Importante também destacar a centralidade da Rússia na produção de fertilizantes, que são indispensáveis à produção das culturas agrícolas, principalmente para as grandes lavouras.

O Programa Mundial de Alimentação (PMA), que foi criado pela ONU, tem como intuito a compra e distribuição de aproximadamente 1,4 milhão de toneladas de alimentos para distribuir aos

⁶² Artigo escrito em abril de 2022.

⁶³ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE);

⁶⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

países pobres, com vistas a alimentar 125 milhões de pessoas. Com a guerra, o programa tende a ser muito prejudicado, já que 70% do trigo comprado pelo programa vem da Ucrânia e Rússia, e no geral, 50% dos grãos que a FAO compra vem desses dois países. Desta forma, nações que já sofrem com altos índices de fome, como é o caso do Haiti, Líbano e vários países africanos e asiáticos, tende a ter sua situação piorada, uma vez que ambos também dependem da FAO para conseguirem alimentar suas populações, o que pode levar a um aumento de 13,1 milhões de pessoas subnutridas no mundo, considerando que as principais regiões afetadas são as acima citadas.

Pra se ter uma ideia da dependência de importação de produtos vindos de Rússia e Ucrânia, mais de 50% das calorias importadas pelo Egito vem desses países. Em 2019, a Etiópia importou US\$ 458 milhões em trigo, dos quais mais de US\$ 200 milhões vieram destes países em guerra. No Iêmen, os dois países abastecem um total de US\$ 225 milhões em trigo, o que equivale a praticamente metade de toda a importação do país no Golfo. A importação de trigo do Egito e do Líbano advindas dos dois países, equivalem à 85% e 80% respectivamente. Outros países também são fortemente dependentes do abastecimento vindo dos ucranianos e russos, como Sudão, Líbia e República Democrática do Congo, dentre outros.

O Brasil é impactado principalmente pela impossibilidade de importar fertilizantes fabricados na Rússia. Para se ter uma ideia, no que tange ao consumo de fertilizantes no mundo, o Brasil só perde para os seguintes países: China, Índia e Estados Unidos. A soja é a principal cultura consumidora de fertilizantes no país, e somada ao milho, a cana-de-açúcar e o algodão, essas quatro culturas absorvem mais de 90% do fertilizante que é produzido e/ou importado pelo Brasil, segundo a Embrapa. De forma geral, atualmente o Brasil importa 85% dos fertilizantes que consome, e a Rússia responde por 23% dessas importações. Outro fator que impacta o país é o aumento do preço dos alimentos, visto que os mesmos já vinham em alta, devido aos impactos da pandemia, e consequentemente, os alimentos seguirão sofrendo alta de preços e isso vai impactar a população mais pobre, já que a maior parte da renda já vem sendo gasta com o consumo de alimentos.

A globalização tem sua importância para o mundo, porém também implicou em muitas fragilidades estruturais, sobretudo para as economias mais pobres, que possuem estruturas produtivas desindustrializadas e têm sido crescentemente reféns da produção e exportação de matérias-primas. Só nos resta torcer para que os donos do poder político e econômico do mundo, que discursam em prol da união e da parceria entre os países, passem de fato a agirem de modo mais convergente com o discurso que professam, ou seja, de modo mais humano e coletivo, que consigam enxergar os mais pobres, que em pleno século XXI ainda enfrentam a tragédia da fome, não conseguindo sequer atender às necessidades calóricas mínimas necessárias para uma existência com um mínimo de dignidade.

PETROBRÁS SEM LÍDER!⁶⁵

*João Victor Silva Barros⁶⁶
Ágida Cristina Santos Almeida⁶⁷*

Não é de hoje que está ocorrendo um desmonte da maior estatal brasileira, a Petrobrás, com pequenas privatizações, que desde 2015 já se desfizeram de cerca de R\$ 243,7 bilhões em bens da companhia, por meio de 68 transações que foram assinadas ao longo destes oito anos⁶⁸. Nessas vendas, estão negócios como a distribuidora de combustíveis BR, polos de gás, gasodutos e campos de exploração de petróleo. Dito isto, o que estamos vivenciando atualmente é a desestruturação da Petrobrás, culpa que podemos relacionar com os governos dos últimos sete anos, que buscam incansavelmente alternativas de privatizações inviáveis, que prejudicam ainda mais a empresa brasileira, podendo optar pela alternativa de investir mais na mesma, buscar mais tecnologias, ampliar as diversas refinarias, e com isso buscar o barateamento do preço do combustível, aumentando o acesso ao mesmo, uma vez que, hoje o preço da gasolina custa em média no produto final para o consumidor cerca de R\$7,47⁶⁹. Porém, o que observamos são acionistas mandando mais do que o próprio governo em um bem que é do próprio Estado brasileiro.

Ademais, estamos vendo atualmente mais uma troca de presidente da estatal, uma vez que, o general Silva e Luna que já substituiu o anterior, Roberto Castello Branco, foi demitido em março deste ano, mas permanece no cargo até o dia 13 de abril. Em sua gestão de 11 meses, os preços da gasolina e do gás de botijão subiram em média 27%. O diesel teve alta de 47% e o GNV (gás veicular) aumentou em 44%. Logo, houve uma situação muito parecida com o motivo da demissão de Castello Branco, uma vez que o general vinha sofrendo pressões devido à política de preços da estatal, que define o preço da gasolina e do diesel nas refinarias, através do Preço de Paridade de Importação (PPI).

Contudo, o mais interessante dessa história não é a demissão do general, e sim, a recusa do indicado pelo governo a assumir a estatal, o economista, Adriano Pires, o qual em carta diz: “Ficou

⁶⁵ Artigo escrito em abril de 2022.

⁶⁶ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante bolsista do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: barros.joaovictos@gmail.com;

⁶⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

⁶⁸ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/01/13/petrobras-ja-vendeu-r-2437-bilhoes-em-ativos-em-68-negocios-em-7-anos.htm>

⁶⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/preco-medio-da-gasolina-chega-a-r-747-apos-mega-aumento-da-petrobras-diz-valecard.shtml>

claro para mim que não poderia conciliar meu trabalho de consultor com o exercício da presidência da Petrobrás. Iniciei imediatamente os procedimentos para me desligar do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), consultoria que fundei há mais de 20 anos e hoje dirijo em sociedade com meu filho. Ao longo do processo, porém, percebi que, infelizmente, não tenho condições de fazê-lo em tão pouco tempo. É por isso, senhor presidente, que sou obrigado a declinar de tão honroso convite”. Dito isso, cabe esclarecer que pela Lei das Estatais, Pires não poderia simplesmente deixar a empresa e vender as cotas para o filho, porque o parente continuaria sendo acionista, ou seja, para assumir a presidência da Petrobras, não somente Pires, mas também seu filho deveria abrir mão da empresa. No entanto, isto é algo que o governo deveria prever e conversar com o mesmo antes mesmo de convidá-lo oficialmente para o cargo, o que acabou causando no governo uma certa ridicularização e desgaste, uma vez que, estamos falando do mais alto cargo, da maior empresa brasileira. Logo, é importante que o governo analise bem e procure alguém de renome, que possa ter a capacidade de gerir a maior empresa brasileira, pois ela define o rumo de vários setores da economia brasileira.

A CONTRADIÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS⁷⁰

João Victor Silva Barros⁷¹

Águida Cristina Santos Almeida⁷²

O que estamos acompanhando no Ministério da Economia do Brasil, atualmente, liderado por Paulo Guedes, e com os consentimentos do presidente Bolsonaro, cumprindo os anseios das classes dominantes do poder econômico, é uma agenda totalmente neoliberal, que está tentando a cada dia privatizar as maiores estatais brasileiras, dando ao capital privado mais espaço e poder do que já tem no nosso território. Além disso, o novo ministro de Minas e energia, Adolfo Saschida, já declarou publicamente, em sua primeira declaração que irá solicitar o início dos estudos para a privatização da Petrobrás, e que tal meta já foi expressamente apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro, ou seja, ficou claro que a nomeação do tal ministro já foi uma cartada do governo para entregar ao capital privado a maior estatal do país.

Além disso, Sashida afirmou que pedirá ao ministro Paulo Guedes a inclusão da Pré-sal Petróleo S.A, para o projeto de privatização, estatal esta que é “responsável pela comercialização da parcela de petróleo e que a União tem direito nos contratos de partilha, firmados com empresas que exploram o pré-sal”⁷³.

Ademais, cabe destacar que o presidente Bolsonaro criticou, na quinta-feira (5), o lucro de R\$44,5 bilhões da companhia no primeiro trimestre deste ano, afirmando ser um “estupro” e um “absurdo”. Esta fala me parece ser contraditória uma vez que, o mesmo deseja privatizar a empresa, o que faria a União não ter mais autonomia nas decisões do petróleo brasileiro, ou seja, o capital privado comandaria os preços do mesmo, podendo arbitrar ainda mais, em seu próprio interesse, na condução da política de preços.

Então, deixo aqui o questionamento: o presidente do Brasil está preocupado realmente com o lucro absurdo dos acionistas da estatal, uma vez que, isso foi resultado do aumento absurdo dos

⁷⁰Artigo escrito em maio de 2022.

⁷¹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante e bolsista do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: barros.joaovictos@gmail.com;

⁷²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁷³<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/novo-ministro-de-minas-e-energia-diz-que-vai-pedir-estudos-para-privatizar-petrobras.shtml>

preços dos combustíveis, recaindo sobre a população brasileira não só neste segmento, mas principalmente no preço dos alimentos, que só em abril, tiveram um aumento de 2,64%, o maior desde 1994 para o respectivo mês, ou esta declaração é apenas uma preocupação em perder popularidade em pleno ano eleitoral, visto que, as decisões tomadas pela Petrobrás recaem sobre o governo?

Sendo assim, o que tiramos disso tudo é uma política que está intensificando ainda mais a desigualdade social da população brasileira, pois os sucessivos aumentos de preços estão recaindo sobre toda a população, desde a mais pobre até a mais rica. Porém, a mais rica poderá arcar com estes aumentos, mas e a população que vive em situação de miséria, extrema pobreza ou pobreza? Como estas pessoas vão conseguir comer? O que está em pauta não é somente a privatização da Petrobrás, mas também como a população brasileira de baixa renda irá aguentar estes aumentos desenfreados nos alimentos e nos demais produtos, uma vez que, “a alta nos combustíveis impacta toda a cadeia produtiva brasileira, já que os preços dos combustíveis impactam o valor do frete, alcançando assim a totalidade das mercadorias produzidas e/ou comercializadas em território nacional”⁷⁴. Então, ao entregar a Petrobrás para a iniciativa privada, estaríamos pondo em xeque toda a população que vive com dificuldades financeiras no Brasil, e o Estado não estaria garantindo o bem estar e a segurança alimentar de toda a sua população, até mesmo porque já estamos vivenciando um ensaio do que está por vir (caso a privatização venha se concretizar), dado que atualmente a Petrobrás está sendo gerida como uma empresa privada, apesar de ainda ser estatal.

⁷⁴ <https://veja.abril.com.br/economia/alta-da-gasolina-e-dos-alimentos-leva-a-inflacao-a-1213-em-12-meses/>

SOMENTE O SUPERMAN PARA AGUENTAR A TAXA DE JUROS E A INFLAÇÃO NO BRASIL⁷⁵

Rafael Tavares Requeijo⁷⁶

Águida Cristina Santos Almeida⁷⁷

Na obra Superman, criada por Jerry Siegel e Joe Shuster, o protagonista da trama é um extraterrestre que vem fugido de seu planeta Krypton, assim ganhando poderes, como o de invulnerabilidade e superforça por conta da luz solar amarela presente na Terra. Na conjuntura brasileira socioeconômica, parece que somente com os poderes do Superman seria factível se adaptar aos resultados da inflação e as altas da taxa de juros, principalmente, em se tratando da população de classes sociais menos abastadas. As mudanças nos preços foram tamanhas que em todo o ano de 2019 a taxa de juros acumulada do ano aumentou 4,31%⁷⁸, em contrapartida, somente entre janeiro e abril de 2022, a inflação já subiu mais de 4%. Com a população já sentindo de modo contundente a diminuição do seu poder de compra, a continuidade dos aumentos dos níveis de inflação, chegando em recordes mundiais, só está deteriorando cada vez mais a segurança alimentar e os padrões sociais de sobrevivência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês de abril de 2022, apresentou uma alta de 1,06% no mês e no acumulado dos 12 meses registrou alta de 12,13%. De acordo com os pesquisadores do IBGE, o principal grupo de bens que influenciou a alta do indicador no mês, foi o grupo de alimentação e bebidas com a variação de 2,06%. Observando o grupo de alimentos a explicação para seu aumento foi referente à variação considerável no preço dos alimentos para o consumo no domicílio (2,59%), com a principal alta observada no valor da batata-inglesa com 18,28%, do leite longa vida com mais de 10% e do tomate com 10,18%.

O segundo grupo que teve a maior variação de crescimento nos preços foi o de transportes, o qual já havia tido um grande aumento nos últimos meses, principalmente porque em março já tinha

⁷⁵ Artigo escrito em maio de 2022.

⁷⁶ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

⁷⁷ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

⁷⁸ Comparação sobre os dados da inflação. Foram retirados da página do JORNAL NEXO, acessado em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/11/Quais-recordes-a-infla%C3%A7%C3%A3o-brasileira-j%C3%A1-quebrou-em-2022>

ocorrido um mega aumento dos preços dos combustíveis, em razão da Petrobrás ter continuado a política de acompanhar o preço internacional do barril de petróleo, o qual continuou subindo por conta dos choques externos, como a questão da guerra no leste europeu. Segundo o IBGE, o preço dos combustíveis no mês de abril de 2022 teve um aumento de 3,20%, dentre esses o etanol aumentou seu preço em 8,44%, o óleo diesel em 4,74% e a gasolina em 2,48%⁷⁹. Desse modo esse é mais um mês em que as maiores variações de preços se basearam em mercadorias de necessidade básica.

Com esses dados de inflação, o Brasil é o terceiro colocado com a maior inflação dentre uma lista de vários países do mundo, perdendo somente para a Turquia (com 61,1%) e a Argentina (com 55,1%)⁸⁰. Além disso, a economia brasileira lidera com a maior taxa de juros real⁸¹, sendo que no pódio também se encontram Colômbia (com 3,86%) e México (com 3,59%). Contudo, mesmo com indicadores econômicos e sociais bem desanimadores no tocante a “saúde” econômica e social do país, o Comitê de Política Monetária (COPOM) abordou na última ata, publicada no dia 10 de maio de 2022, que a inflação ainda está sendo gerada pelo crescimento do preço das commodities e isso seria resultado de choques externos, como a nova onda de COVID-19 na China e a guerra no leste europeu, ou seja, buscam justificar a situação somente com elementos externos a nossa economia, ignorando os elementos da gestão da política interna que contribuem na explicação dos fatos. No documento eles assumem que os países emergentes ainda apresentam patamares expansionistas em suas taxas de juros, porém, em concomitante relatam: “a reprecificação da política monetária nos países avançados tem impactado as condições financeiras dos países emergentes”. No documento do Banco Central, também é pontuado que o mercado de trabalho está se recuperando, além de que o comércio e a indústria apresentam melhora em termos de desempenho, e afirmam ao final do texto que: “é apropriado que o ciclo de aperto monetário continue avançando significativamente em território ainda mais contracionista”⁸². Portanto, fica claro que o Bacen vai continuar sua política de proteger o mercado financeiro, de socializar as perdas e de ignorar a falta de acesso ao crédito, além do spread bancário recorde, uma das características históricas do mercado financeiro brasileiro.

⁷⁹ Inflação mantém alta e chega a 1,06% em abril, maior para o mês desde 1996. Dados retirados da AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE, acessado em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33670-inflacao-mantem-alta-e-chega-a-1-06-em-abril-maior-para-o-mes-desde-1996>

⁸⁰ Brasil tem 3ª maior inflação entre as grandes economias, mostra OCDE. Informação retirada do portal do G1, acessado em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/05/brasil-tem-3a-maior-inflacao-entre-as-grandes-economias-mostra-ocde.ghtml>

⁸¹ Com alta da Selic, Brasil volta a liderar ranking global de juros reais. Informação retirado do site do jornal O GLOBO, acessado em: <https://oglobo.globo.com/economia/com-alta-da-selic-brasil-volta-liderar-ranking-global-de-juros-reais-25501110>

⁸² Citações retiradas da última ata do COPOM, no site do BC, acessado em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopeom>

O Brasil teve um salto observado na inflação dos preços, saindo de março de 2021 com o IPCA registrando o valor de 0,2% ao ano e alcançando o patamar de 12,75%, em maio de 2022, sendo que grande parte dos aumentos de preços foram de produtos de necessidade essencial para a população carente, como foi o caso de alimentos de consumo no domicílio e da energia. Mesmo com a economia padecendo de vários choques, tanto externos (pandemia e guerra do leste europeu) como internos (crise hídrica, descontrole do fluxo de exportação, gestão equivocada da política de preços da Petrobrás, ausência de ações políticas para garantir segurança alimentar à população carente), as esferas do poder público só empregam como ferramentas para atenuar a inflação o aumento da taxa de juros e a desoneração tributária de impostos sobre os grãos e a soja. Enquanto isso a população sofre, com o desemprego e a informalidade em patamares que se mantêm elevados, tendo que enfrentar uma Kryptonita cotidianamente, de forma que podemos afirmar que nem o Lex Luthor foi tão pernicioso com o Superman, comparado com o que a nefasta aliança da elite econômica com o poder político vem impondo a grande maioria do povo brasileiro, que há anos vêm padecendo de uma contínua piora nas condições materiais da existência estratos de baixa renda.

DÓLAR, RUBLO E A ORDEM INTERNACIONAL⁸³

*Diary de Mélo Santos*⁸⁴

*Águida Cristina Santos Almeida*⁸⁵

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, quando do fechamento do acordo de Bretton Woods, o dólar tornou-se o principal referencial monetário às transações internacionais, tornando-se a moeda de curso mundial e essa referência perdura até os dias atuais. Entretanto, é incerto dizer até quando a hegemonia do dólar irá perdurar, dado que é importante lembrar que o sistema capitalista é cíclico, e sendo constituído de fases nada é eterno, lembrando que anteriormente ao dólar, a moeda de referência internacional era a libra esterlina, no período que a Inglaterra exerceu o posto de potência hegemônica do capitalismo.

Com as divergências surgidas nos últimos anos entre Rússia e Ucrânia, que resultaram em um conflito armado, iniciado em fevereiro deste ano e que prossegue no momento presente, ocorreram mudanças significativas na conjuntura política e econômica internacional. os EUA realizaram um embargo à Rússia e retirou a mesma do sistema de pagamentos internacional SWIFT, com isso a Rússia terá que pagar sua dívida externa em rublos, ou seja, a moeda sobre a qual detém o poder de emissão⁸⁶.

Desse modo, uma hipótese levantada é a de que o sistema de pagamentos internacionais SWIFT pode ter a sua hegemonia comprometida, frente ao surgimento de novas formas pagamento e a popularização destes, à medida que o tempo for transcorrendo, podendo colocar em xeque a hegemonia do dólar como moeda de transação internacional. isto porque, nesse contexto belicoso emergiu um sistema de pagamento denominado de Cips, que transaciona principalmente com a

⁸³ Artigo escrito em maio de 2022.

⁸⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diarycg@gmail.com.

⁸⁵ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁸⁶ [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/05/25/russia-reembolsara-divida-externa-em-rublos.htm#:~:text=Moscou%2C%2025%20Mai%202022%20\(AFP,reembolsar%20seus%20compromissos%20em%20d%C3%B3lar%20e%20rublos.](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/05/25/russia-reembolsara-divida-externa-em-rublos.htm#:~:text=Moscou%2C%2025%20Mai%202022%20(AFP,reembolsar%20seus%20compromissos%20em%20d%C3%B3lar%20e%20rublos.)

moeda chinesa⁸⁷, despontando como uma provável tentativa de estabelecer mudanças contundentes na ordem mundial sob o comando dos Estados Unidos.

Afinal, os embargos sofridos pela Rússia tiveram diversos impactos, mas até o momento não conseguiram desestruturar a economia russa, que pôde recorrer a alternativas, inclusive com a inserção dos bancos russos no novo sistema. Poderia a hegemonia estadunidense estar com seus dias contados, tendo em vista o poder econômico chinês, que tende a superar a atual potência mundial em alguns anos? A visão majoritária é que isso não ocorrerá num prazo curto de tempo.

A China busca emplacar o Yuan como a nova moeda de comércio internacional, o que claramente não constitui uma tarefa fácil, porém não é impossível, levando em conta o caráter dinâmico da história e a impossibilidade de a economia que ocupa o posto de potência hegemônica perpetuar sua posição de poder no sistema-mundo.

Faz sentido pensar que os embargos econômicos realizados pelos EUA ao governo russo, impulsionem o surgimento de novos arranjos para promover as transações internacionais? Será que o sistema-mundo contará com um grande segundo sistema de pagamentos internacional, que funcionará paralelo ao SWIFT? As sanções impostas à Rússia e sua retirada do SWIFT acelerarão o processo de internacionalização da moeda chinesa, ambicionada pelo Estado chinês? Todas essas são perguntas plausíveis que não possuem uma resposta definitiva na conjuntura atual.

⁸⁷<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2022/03/china-discute-usar-cips-seu-sistema-de-pagamentos-para-negocios-com-a-russia.shtml>

A BOLSA E A ECONOMIA REAL⁸⁸

*Nícolás de Macêdo Alves⁸⁹
Ágüida Cristina Santos Almeida⁹⁰*

Ao analisar as demonstrações de Resultado do Exercício (DRE) das principais empresas listadas na bolsa de valores brasileira (B3) temos a sensação de que estamos em um universo paralelo que destoa de toda a pobreza e miséria que parcela considerável da população brasileira sofre atualmente, principalmente quando se trata de empresas como Petrobrás, Vale e os bancos. Quando utilizamos como exemplo o setor bancário, este registrou lucro recorde em concomitância com a menor distribuição de dividendos registrada desde 2014. Algumas outras “queridinhas” da Bolsa também estão aproveitando o boom das commodities exibiram resultados financeiros espetaculares. Empresas como Petrobras, Vale e Suzano, que tiveram o maior lucro do trimestre, detêm quase 29% do Ibovespa. Mesmo tirando essas três empresas da conta, o conjunto de 356 firmas com ações na Bolsa lucrou R\$ 901,8 bilhões nos primeiros três meses deste ano. Isso é 44% a mais do que o registrado no mesmo período de 2021.

Mas porque mesmo quando é registrado grande volume no lucro das principais empresas brasileiras, a população não sente nenhum efeito sequer na economia real? Acontece que apesar de parecer lógico pensar que quanto maior o lucro de uma firma mais ela está crescendo, na realidade nem sempre esta hipótese é verdadeira. Se pegarmos os dados do faturamento do primeiro trimestre deste ano notamos que o crescimento foi de 24%, resultado bastante inferior aos 44% correspondente a parcela do lucro. Outro fator é que se analisarmos a ótica do custo, notamos que apenas neste ano, o dólar acumulou queda de 8%, isto somado ao aumento da taxa Selic (preço do dinheiro mais caro), fazendo com que as empresas brasileiras se tornassem cada vez menos alavancadas, tomando como

⁸⁸ Artigo escrito em maio de 2022.

⁸⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: alvesnicolas660@gmail.com.

⁹⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

base a relação Dívida líquida/Ebitda. Ao contrário do que prega a narrativa oficial para as contas públicas de quanto menos dívida melhor, no mundo das finanças a queda no grau de alavancagem significa que as empresas estão aversas ao risco, ou seja, a incerteza ainda é um fator que está dominando o cenário por parte dos agentes econômicos.

Mesmo assim, quando observamos o desempenho do Ibovespa nos últimos 2 anos, notamos que não condiz com a realidade vivida pelas empresas, na esfera real, e sobretudo pela majoritária parcela da população brasileira. O principal índice acumula alta de 78,87% e se pegarmos os pontos extremos (mínima e máxima) este percentual aumenta para aproximadamente 111%. Esta incongruência já foi vivida muitas vezes, como por exemplo o Dow Jones Industrial subiu 7% quando o Reino Unido declarou guerra à Alemanha. A única explicação plausível já foi explicada por Keynes que, em momentos de crise, o capital financeiro concorre com o capital produtivo, isto é, em momentos em que não há perspectivas de retorno no setor produtivo, o capital produtivo migra para o setor financeiro, explicando as altas acumuladas mesmo em períodos de guerra e pandemia.

Muitos economistas utilizam do arcabouço teórico do setor financeiro para justificar certas políticas públicas, que muitas vezes podem comprometer estruturas relacionadas à seguridade social por exemplo. Mas como foi exposto acima, o setor financeiro parece viver em uma realidade paralela incapaz de traduzir os fatos econômicos reais. Sendo assim, políticas públicas que justificam suas medidas através do argumento financista, têm por objetivo fins específicos que via de regra entram em confronto com o interesse geral da população.

ORÇAMENTO SECRETO DE BOLSONARO⁹¹

*Lucas Diego Souza Ramos⁹²
Ágida Cristina Santos Almeida⁹³*

Orçamento Secreto é o nome dado às modificações no repasse das verbas do orçamento público, iniciadas por Bolsonaro desde 2020, para parlamentares do núcleo político denominado de Centrão, com o objetivo principal de manter uma base aliada no Congresso⁹⁴, fundamental à sua manutenção na presidência. Para os parlamentares do Centrão, o acesso a essas verbas abre um imenso espectro de possibilidades, dada a liberdade com a qual podem manejar esses recursos:

O montante do Orçamento Secreto totaliza R\$ 36 bilhões de reais, nos anos de 2020 e 2021, do qual todo o repasse deste valor foi e está sendo utilizado para contemplar interesses políticos ligados ao Centrão em apoio ao governo Bolsonaro. Atualmente, Ciro Nogueira⁹⁵, ministro da Casa Civil, está comandando esse esquema de repasse de emendas orçamentárias para políticos aliados e para influenciar as eleições de 2022, o que o torna uma das peças mais importantes no palco das eleições.

O mecanismo utilizado pelo Orçamento Secreto, está amparado em medidas consideradas “legais”, embora, isso tenha sido criado recentemente para atender a interesses políticos. O tal “Orçamento” possui características que destoam fortemente do caráter legal, pois tem sido valores exorbitantes, que beneficiam um grupo seleto de políticos ligados aos partidos do “Centrão”, assim como fica em sigilo para quem e como se dão os repasses da verba do Orçamento Público. Imaginem não haver transparência no repasse e dispêndio de recursos do orçamento público, imaginem a tragédia que isso representa?

Frente à impossibilidade de informações acerca do destino de dinheiro público, o STF e jornalistas foram investigar o paradeiro desse dinheiro. Contudo, apenas 30% da verba do orçamento

⁹¹ Artigo escrito no mês de maio de 2022.

⁹² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). e-mail: lucramos53@outlook.com

⁹³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁹⁴ <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/os-vips-do-orcamento-secreto-conheca-perfil-dos-parlamentares-com-maior-poder-de-indicacao/>

⁹⁵ <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/lider-do-governo-no-congresso-e-mae-de-ministro-lideram-indicacoes-do-orcamento-secreto/>

secreto foi informada⁹⁶, após determinação da ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal). Esse percentual representa R\$ 11 bilhões de um universo de R\$ 36,4 bilhões. Outro detalhe incomum das emendas de relator é que não fica informado quanto do orçamento foi destinado e nem para quem foi destinado⁹⁷. Somente no momento de empenho do recurso, quando for executado o projeto é que se fica sabendo quanto e para quem foi destinada a verba do orçamento. Para ilustrar o tamanho do descomprometimento com o acesso à informação, o senador Ângelo Coronel (PSD-BA) foi contemplado com R\$ 40 milhões em emendas de relator, e se queixou de jornalistas pelo cometimento de “abuso no direito de acesso à informação”, alegando que o “sigilo é uma estratégia política de relacionamento com os municípios”⁹⁸.

Esse mecanismo de emenda parlamentar, que só foi possível após modificações na constituição, considerando que convencionalmente as emendas de relator eram usadas, a priori, como correções pontuais no orçamento, perfazendo valores muito menores do que o exorbitante montante que está sendo manuseado no governo atual. Essa mudança ocorreu em 2020 através de alterações nas “rubricas” no padrão de execução, sendo essas rubricas, assinaturas dos deputados nas emendas de relator.

As emendas de relator (aproximadamente 20 bilhões de reais em 2020) tiveram o dobro do orçamento das emendas individuais⁹⁹, e o triplo das emendas de bancada¹⁰⁰. De forma, que isso transforma o relator, antes um ignoto, agora um cargo de extrema importância e influência, fazendo do relator da LOA em 2022, Marcelo Castro (MDB) uma personalidade esquecida e não comentada, mas com um poder de barganha enorme.

O Orçamento Secreto, foi o resultado dos embates políticos, entre os poderes Executivo e o Legislativo em torno do poder de decisão sobre as diretrizes do orçamento público, que sofreu diversas modificações na Constituição. Para a atual crise política, começa desde 2015, com as ações políticas de Eduardo Cunha, que na época estava no cargo de presidente da Câmara dos Deputados, e promoveu uma articulação para a aprovação das emendas “impositivas”¹⁰¹, sendo estas utilizadas em prol de seus embates políticos contra a Presidenta Dilma Rousseff, que impedia o Executivo de barrar as emendas constitucionais. Diante da falta de apoio da Câmara, a Presidenta possuía poder de

⁹⁶ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/11/apenas-30-do-orcamento-secreto-teve-a-origem-informada-diz-jornal.htm>

⁹⁷ <https://www.cartacapital.com.br/politica/apesar-de-registros-parlamentares-nao-assumiram-indicacoes-no-orcamento-secreto-veja-quais/>

⁹⁸ <https://todabahia.com.br/angelo-coronel-foi-contemplado-com-r40-milhoes-do-orcamento-secreto-de-bolsonaro/>

⁹⁹ De acordo com o SIGA Brasil, em 2020 as emendas individuais tiveram aproximadamente (9,5 Bilhões de reais)

¹⁰⁰ De acordo com o SIGA Brasil, em 2020 as emendas de bancada tiveram aproximadamente (6 bilhões de reais)

¹⁰¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/452860-promulgada-emenda-constitucional-do-orcamento-impositivo/>

barganha pela possibilidade de barrar os projetos de emendas dos deputados. Uma vez estabelecido a perda desse poder, os deputados e senadores ficaram livres para se oporem a Presidenta, no estabelecido processo de Impeachment em 2016.

A construção do Orçamento Público é feita pelo projeto LOA (Lei Orçamentária Anual), consolidado pelo Executivo, e posteriormente vai ao Congresso para aprovação dos deputados. O referido projeto prever a arrecadação de impostos do ano seguinte, definindo quanto e como o Estado deverá gastar o orçamento no ano seguinte. Esse procedimento padrão da construção do orçamento, permite que os deputados façam emendas de diferentes tipos: as emendas de bancada; as emendas de comissão e as emendas individuais. Essas emendas são comuns à construção do orçamento, embora sua atuação tenha um caráter de negociação entre as diferentes alas na política. O que envolve as “emendas de bancada” como a ação comum da construção do orçamento, quando todos os deputados de um Estado ou Distrito Federal decidem juntos, através de estudos e negociações, o destino dos recursos do orçamento relacionado às emendas. Para as “emendas de comissão” o destino dos recursos se dará pela formação de comissões ou grupos de diferentes temas, como: saúde, educação, tecnologia, etc. Para as emendas individuais, cada deputado e senador em 2022, poderá destinar até 25 emendas individuais, o que soma mais de R\$ 17,6 milhões de reais¹⁰².

Entretanto, sob o atual governo, iniciou-se uma prática de utilizar as emendas individuais como “moeda de troca” para conseguir apoio político em novas eleições ou para obter outros tipos de influência. Pelo que se sabe, esse montante de dinheiro público foi carreado para os mais diversos lugares, como em prefeituras, no mais das vezes, ou até igrejas evangélicas e ONGs de fachada. Para os casos mais extremos, que se tornam corriqueiros no cenário político atual, a influência dos religiosos com interesses políticos, como a igreja Assembleia de Deus, com pastores que indicavam para os deputados qual prefeito deveria receber o repasse dessas emendas do orçamento público, como foi admitido em público em 2022, durante um culto, por José W. Bezerra da Costa, líder da Assembleia de Deus¹⁰³.

As emendas individuais já possuíam estereótipos não virtuosos associados as mesmas, mas a situação se agravou quando ocorreu mais uma mudança na legislação das emendas parlamentares sobre o orçamento público, em 2019, transformando as emendas de bancadas de forma que fossem impositivas¹⁰⁴, tendo sido realizada pelo Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos deputados, com o intuito de retirar poder de barganha do Presidente Bolsonaro sobre o Congresso. Ironicamente, essa

¹⁰² <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/veja-como-os-partidos-distribuiram-as-emendas-individuais-para-minist%C3%A9rios-no-orcamento-2022/index.html>

¹⁰³ <https://www.nexojournal.com.br/extra/2022/02/10/Pastor-diz-intermediar-dinheiro-de-emendas-parlamentares>

¹⁰⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/559377-camara-aprova-pec-do-orcamento-impositivo-para-emendas-de-bancada/>

mudança acabou provocando o contrário, pois apesar da tentativa de barrar o Executivo, essa modificação direcionou o Presidente Bolsonaro a articular com os políticos do “Centrão” mais uma nova modificação, em 2020, que levou a aumentar certos tipos de emendas sobre outras, ligadas então às Emendas de Relator. Que originalmente eram emendas irrisórias, mas com a modificação, desvirtuou completamente a construção do orçamento, já que articuladas com interesses políticos, os relatores do LOA, podem agora fazer incontáveis modificações do projeto do orçamento, de modo a carrear recursos que seriam destinados aos ministérios para os mais diversos lugares, com vistas a atender seus interesses políticos e pessoais.

Tão logo se demonstra a limitação da mente humana quando sua imaginação só alcança os limites de sua própria bolha doméstica. Por exemplo, o deputado Domingos Neto (PSD-CE) foi o relator do orçamento de 2020, destinando R\$ 146 milhões de reais para o município de Tauá no Ceará, cidade com 58 mil habitantes, ao qual sua própria mãe, Patrícia Aguiar (PSD-CE) foi eleita prefeita no mesmo ano¹⁰⁵. Seguindo o mesmo exemplo, Eliane Nogueira (PP-PI), a mãe do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI) indicou aproximadamente R\$ 400 milhões em emendas de relator¹⁰⁶. Também Rogério Marinho (PL-RN) destinou R\$ 1,4 milhão à construção de mirante turístico ao lado de um terreno próprio no Rio Grande do Norte, onde ele pretende construir um condomínio privado¹⁰⁷. Seguindo o exemplo, o deputado federal Ibaneis Rocha do Distrito Federal, destinou R\$ 7 milhões de reais para suas próprias fazendas que ficavam em outro estado, no Piauí¹⁰⁸.

As emendas de relator não são impositivas, logo o Executivo, chefiado por Bolsonaro, possui poder de barganha sobre a destinação das Emendas de Relator, o que leva o dinheiro dessas emendas ser usado para interesse político próprio do Bolsonaro e seus aliados¹⁰⁹, não deixando de registrar que o deputado Artur Lira (PP-AL) destinou R\$ 114 milhões para cidades de aliados. Para os deputados da oposição foram destinados apenas míseros 4% das emendas de relator. Ressaltando que a articulação de Bolsonaro com o Centrão é chefiada por Ciro Nogueira, que se torna uma figura política estratégica no atual cenário político e nas eleições desse ano, por estar intermediando um montante de recursos que é três vezes maior do que a cifra destinada ao fundo eleitoral de 2022¹¹⁰. Assim, Bolsonaro está comprando a própria governabilidade ao injetar bilhões de reais de dinheiro

¹⁰⁵ <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/12/13/sob-influencia-de-domingos-neto-taua-esta-entre-as-cidades-campeas-de-verbas-secretas.html>

¹⁰⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/relator-do-orcamento-e-mae-de-ciro-nogueira-sao-campeoes-de-verba-politica.shtml>

¹⁰⁷ <https://economia.ig.com.br/2021-09-21/marinho-mirante-obra.html>

¹⁰⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/05/4926065-orcamento-secreto-governador-do-df-destina-rs-7-milhoes-para-onde-tem-fazendas.html>

¹⁰⁹ <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/expoentes-do-centrao-pp-e-pl-lideraram-indicacoes-do-orcamento-secreto/>

¹¹⁰ Fundo eleitoral está cotado em 2022 em aproximadamente R\$ 5 milhões

público em troca do apoio do Centrão, num contexto que não param de aumentar os pedidos de impeachment que se avolumam na gaveta do Arthur Lira, que se furta de exercer seu papel como Presidente da Câmara dos deputados.

Ao longo da campanha presidencial de 2018, apesar de estar há quase trinta anos no congresso, como parlamentar vinculado ao centrão, Bolsonaro conseguiu construir sua figura política como averso e denunciante da corrupção, afirmando que em seu governo destituiria a “velha política” e estabeleceria uma “nova política”. Não obstante, ao contrário do que foi dito, Bolsonaro vem levando os expedientes da “velha política” ao limite do possível, usufruindo dos efeitos das crises institucional e política instauradas desde 2016. Pode-se afirmar com isso o estabelecimento de uma nova-velha política no Brasil que vem custando bem caro ao povo brasileiro.

COMO UM SER HUMANO EXISTE EM CONDIÇÃO DE FOME? QUANDO A FOME É PROJETO POLÍTICO, O QUE PENSAR, O QUE SENTIR?¹¹¹

Águida Cristina Santos Almeida¹¹²

A presença de famintos no Brasil é algo habitual, corriqueiro, faz parte da configuração social dessa terra bruta, que pasmem, produz em torno de 10% da produção mundial de um conjunto de grãos estratégicos, como trigo, soja, milho, cevada, arroz, bem como da carne bovina¹¹³. Embora o agro brasileiro seja um dos principais produtores de alimentos do mundo, o Brasil foi excluído do Mapa da Fome das Nações Unidas por meros 4 anos, entre o período 2014-2017. Duas perguntas básicas emergem desse dado: Por que um dos países que mais produzem alimentos no mundo exibe um quadro persistente de fome e/ou insegurança alimentar em sua população? O que fez com que o Brasil fizesse essa pausa, comemorando 4 anos nos quais a fome foi erradicada em nosso território?

Antes de responder a essas perguntas, é muito importante que cada um daqueles e daquelas brasileiros(as) que conseguem encher as barrigas todos os dias de modo adequado/satisfatório parem um instante e pensem nos mais de 33 milhões de brasileiros que se encontram hoje em situação de fome, e nos mais de 115 milhões que sofrem com algum grau de insegurança alimentar. Mirando o olhar para os famintos, é fundamental entendermos que para aqueles que não estão conseguindo acessar a comida, todo o resto faltou, porque depois do ato de respirar, se alimentar e beber água seguem na lista como rito essencial para existir, para manter-se “vivo”. Desse modo, para aqueles que não conseguem encher a barriga, todo o conjunto de coisas que também são importantes na existência já não mais são vislumbrados, e com absoluta certeza não há mais nenhuma dignidade, esperança, alegria, e todo o tipo de emoções e sensações ruins devem imperar, como dor, sofrimento, humilhação, tristeza, revolta, indignação. Ou seja, para quem vive de barriga cheia, imagino que o exercício diário de parar uns minutos do dia e pensar sobre os milhões de brasileiros famintos que existem hoje no Brasil (e no mundo), pode ser um exercício construtivo no sentido de suscitar um sentimento de indignação com a situação, pode resultar em reflexões que questionem o quadro de penúria, ou resultar em indagações do tipo: o que pode explicar tamanha tragédia? quais são os

¹¹¹Artigo escrito em junho de 2022.

¹¹²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹¹³<https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/agro-alimenta-o-mundo/>

‘culpados’ dessa tragédia? Ou ao menos, no mínimo, gerar um sentimento de conexão com essas pessoas, em razão de uma maior compreensão desse sofrimento, que é inaceitável, inadmissível, considerando que a fome avança num território que bate recordes anuais na produção de alimentos.

A fome avança num território que entre 1990 e 2012 conseguiu reduzir a extrema pobreza de 25,5% para 3,5% da população e que desde 2011 conseguiu retirar 22 milhões de pessoas da miséria, graças ao aprimoramento e expansão do programa Bolsa Família¹¹⁴, bem como da criação de um conjunto de programas e ações de governo para debelar esse grave problema social, um problema básico a ser superado, caso um país almeje o título de civilizado. Ou seja, a retirada do Brasil do Mapa da Fome esclareceu alguns fatos já conhecidos, mas que cinicamente os donos do poder fingiam não saber, ignoravam, como por exemplo, o quão fácil, rápido e barato é equacionar a fome no Brasil, que tem uma população majoritariamente urbana e que produz muita comida.

Desse modo, ficou óbvio o fato de a fome no Brasil constituir-se num projeto político, dado que boa parte das ações e dos programas que culminaram na erradicação da fome vêm sendo alvo de desmonte, explicando esse retorno acelerado e avassalador da fome, agravado por estar acontecendo num contexto de pandemia, expondo o ódio e o desprezo que as frações de classe dominante e parcela da classe política sentem pelo povo brasileiro.

Alguns poucos exemplos do processo de desmonte da estrutura que foi sendo montada, sobretudo nos governos do PT, e que resultou na absoluta e inquestionável conquista social e civilizatória de debelar esse mal incapaz de ser explicado e expressado em palavras, que é a fome. Saber o que está se passando leva a um rápido e dolorido entendimento do que tem sido feito na gestão política sob o atual (des)governo. Assim como o Programa Bolsa Família, que o governo destruiu, colocando no lugar o Auxílio Brasil, muito aquém em termos de organização e maturidade quando comparado com o programa destituído, o Programa de Aquisição de Alimentos, fundamental no êxito da erradicação da fome, também foi destruído pelo atual governo e rebatizado com o nome Alimenta Brasil. Enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos chegou a ter R\$ 586 milhões aplicados em 2012¹¹⁵, no primeiro ano do governo de Bolsonaro, o valor orçado no Programa não passou de R\$ 100 milhões. Sob o novo nome em 2020, sob o decreto de situação emergencial em função da eclosão da pandemia, o programa voltou a ter R\$ 500 milhões orçados, mas o governo executou menos de R\$ 300 milhões do total orçado. Ou seja, num contexto de avanço da fome e do desemprego, diante do quadro de crise sanitária, o governo por decisão espontânea deixou de gastar

¹¹⁴ <https://www.ufjf.br/ladem/2014/09/26/a-fome-e-uma-vergonha-a-menos-para-o-brasil/>

¹¹⁵ <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-destroi-programa-alimentar-mesmo-com-avanco-da-fome-diz-site/>

mais de R\$ 200 milhões num programa central no combate à fome. Como processar uma informação dessa? Como digerir um crime dessa magnitude?

Pois bem, em 2021 foi ainda pior, dado que mesmo num contexto severo de pandemia, o programa teve míseros R\$ 58,9 milhões orçados e agora em 2022 o programa foi quase absolutamente extinto, dado que até maio o governo tinha gasto míseros R\$ 89 mil, além de alterar os critérios de acesso aos alimentos, e em razão do orçamento secreto, o acesso adequado aos dados estarem totalmente comprometidos. Quem ainda pode duvidar que a fome é um projeto nesse governo? Por mais difícil que seja essa compreensão, por mais que ela indigne e machuque, não há como negar.

Outro dado tão revoltante e assustador quanto os expostos anteriormente diz respeito ao fato de o governo, em 2021, ter destinado R\$ 375,9 milhões de recursos do Programa Bolsa Família, considerado como “sobra”, para pagar despesas dos militares¹¹⁶. Como pode haver sobra de recursos de um programa de combate à fome e a pobreza, num contexto de avanço acelerado da fome e da pobreza? Como isso pode ter acontecido? Nas piores previsões e especulações possíveis eu não conseguiria imaginar que pudesse ser tomada uma decisão dessa, e por isso não paro de me perturbar com essa notícia. Os recursos, remanejados no final de 2021, foram usados para bancar desde auxílio-moradia de militares até projetos estratégicos do Ministério da Defesa. O programa Bolsa Família também foi usurpado para outras demandas, com a retirada de R\$ 90 milhões para a compra de tratores destinados a aliados. Por isso e muito mais a fome avança de modo avassalador e somente no último ano, o número de famintos cresceu em mais de 14 milhões, passando dos 33 milhões de pessoas¹¹⁷.

Diante dessas evidências o único modo de seguir firme e de pé, não se entregando a dor e a revolta que me consomem em cada célula do meu corpo, é buscando pela resignificação do sofrimento sentido, transformando-o em energia para seguir lutando, para seguir acreditando num Brasil melhor, mais justo. Resignificando a dor para transformá-la em energia para a boa luta, dando continuidade ao legado da luta dos tantos milhões que não desistiram e dos milhões que não desistem de tornar o Brasil um lugar melhor para o seu povo, um território que possa ser tido como civilizado. A luta segue parecendo ser sem fim, sobretudo porque de 2016 para cá o retrocesso vem ocorrendo à velocidade da luz. Mas o lema é: lutar e resistir nesses tempos tenebrosos, para poder presenciar,

¹¹⁶ <https://jornalggn.com.br/politica/bolsonaro-destina-aos-militares-recursos-que-deixou-de-usar-no-bolsa-familia/?fbclid=IwAR1v5Cfz-yYdQrJRf6MKTRYVtuvPoMzr-737Fw0EDTWsRtnrLrq1CkpfFnU>

¹¹⁷ https://www.brasilsemfome.org.br/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=acaocidadania-ampliva-google-geral-redepenssan-trafego-mai22-cpc&utm_content=acaocidadania-ampliva-google-geral-redepenssan-trafego-mai22-cpc-as18+-ampla-generica-texto&gclid=EAIaIQobChMI2eG8_ofP-AIV2eFcChlYWgZtEAAYASAAEgLLv_D_BwE

viver e contribuir na reconstrução, quando os tempos melhores chegarem, porque com total e absoluta certeza eles virão, mesmo que possam parecer ainda distantes.

Para os famintos, aquela famosa música do Titãs não realiza sua poesia, pelo fato de que em situação de fome, é comida que se quer, só em comida deve se pensar, e é nesse sentido que a fome se torna um poderoso instrumento de dominação, de subordinação. Para quem não lembra, a música lançada em 1984, pelo grupo de pop Titãs diz: “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte... a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.... a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé.... a gente não quer só comida, a gente quer a vida, como a vida quer”. Triste Brasil!

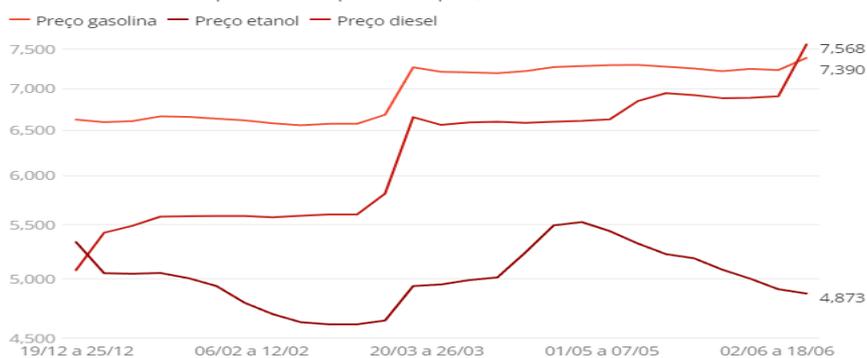
MOTOCIATAS PROMOVIDAS POR BOLSONARO FRENTE AO AUMENTO DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS¹¹⁸

Rudson Vitor Fidelis de Lima¹¹⁹
Águida Cristina Santos Almeida¹²⁰

Já é de costume do Presidente Jair Bolsonaro fazer discurso inflamado, ao mesmo tempo que se furta se exercer, minimamente, as prerrogativas do cargo que ocupa desde 2019. Diante dos sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis, que de acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), em comunicado feito dia 24 de junho, registraram mais um aumento, fazendo com que os preços da gasolina e do diesel subissem mais uma vez e batessem recorde. De acordo com o levantamento da ANP, o valor médio do litro do diesel passou de R\$ 6,906 para R\$ 7,568, uma alta de 9,6%. Na semana, o maior valor encontrado para o diesel foi de R\$ 8,950 no município de Cruzeiro do Sul (AC). Já o preço médio do litro da gasolina avançou de R\$ 7,232 para R\$ 7,39, uma alta de 2,2%. O maior valor encontrado foi de R \$8.890 na cidade de São Paulo.

Preço dos combustíveis em 2022

Valor médio cobrado por litro nos postos do país, em R\$



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

¹¹⁸ Artigo escrito em junho de 2022.

¹¹⁹ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: rudsonfidelis13@gmail.com;

¹²⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Diante um retrospecto desse aumento de combustíveis, levando em consideração somente o ano de 2022, o Presidente Jair Bolsonaro zomba da cara dos brasileiros, mobilizando apoiadores nas motociatas que promove em diversas cidades do país e dando a mínima à escalada dos preços dos combustíveis, apesar dos impactos sociais e econômicos que se acumulam e vão contribuindo à piora nas condições socioeconômicas do povo brasileiro. Não achando pouco, segundo uma matéria publicada pela CNN no dia 14/04/2022¹²¹, a participação de Bolsonaro em motociatas, portanto, teria custado, pelo menos, R\$ 7,92 milhões aos cofres públicos. Entre maio e novembro de 2021, Bolsonaro participou de pelo menos 10 motociatas fora de Brasília, cujas viagens tiveram um custo total de R\$ 4,37 milhões para a Presidência da República.

Em 2022, já foram realizadas motociatas em Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Belém (PA), Manaus (AM)¹²² (essas últimas duas em meio à comoção pela confirmação e revolta pelos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips na Amazônia), e uma motociata em Maceió (AL), realizada hoje (28 de junho). Essas motociatas mostram um Presidente inoperante diante dos problemas sociais e econômicos do povo. Nessas motociatas vê-se um presidente zombador do povo brasileiro, quando diante de uma recente pesquisa da revista Exame/Ideia apontou que 83% dos entrevistados diminuiriam o uso do carro ou da moto por causa do aumento da gasolina, diesel e etanol.

Um dos inúmeros grupos duramente impactados com a escalada nos preços dos combustíveis trata das pessoas que trabalham como motoristas de aplicativo. Pois de acordo com o Jornal de Fato, um entrevistado “motorista de aplicativo” diz que antes trabalhava de 7 a 8 horas por dia, e agora com esse aumento trabalha de 10 a 11 horas para conseguir pagar as contas. Enquanto isso, em discurso no encerramento da 23ª Feira Nacional da Soja, realizada em Santa Rosa (RS), Jair Bolsonaro afirmou¹²³: *“Nesta semana, vocês estão conhecendo um pouco mais o que é a Petrobrás aqui no Brasil. Eles sabem que o país não aguenta mais um reajuste de combustível em uma empresa que fatura dezenas de bilhões de reais por ano, às custas do nosso povo brasileiro”*. O Presidente se refere a política de preços da Petrobrás como se não pudesse fazer absolutamente nada para mudar a situação e isso é de um cinismo enorme, considerando que a Petrobrás ainda é uma empresa estatal e ele é o Presidente da República.

¹²¹<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/24/precos-da-gasolina-e-do-diesel-sobem-e-batem-recorde-nos-postos.ghtml>

¹²²<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/motociata-com-bolsonaro-amanha-deve-custar-pelo-menos-r-1-milhao-aos-cofres-publicos/>

¹²³<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/18/como-o-aumento-no-preco-dos-combustiveis-impacta-o-custo-de-vida-dos-brasileiros>

Diante do exposto, faço as seguintes perguntas: Será que o presidente está preocupado com esse aumento dos combustíveis quando gasta mais de R\$ 1 milhão por cada motociata que promove? Será mesmo que o Presidente é sensato, quando se junta com apoiadores à promoção de motociatas, em meio a grandes aumentos nos valores dos combustíveis?

**A POLÍTICA ANTI-INDIGENISTA COMO UMA DAS FRENTES DO RETROCESSO
CIVILIZATÓRIO PELO QUAL PASSA O BRASIL¹²⁴**

Júlia Farias V. Caminha¹²⁵

Águida Cristina Santos Almeida¹²⁶

Foi no dia 1 de janeiro de 2019 que se iniciou o período de desmonte total das políticas de proteção aos povos indígenas no Brasil. Nesse dia, foi assinada pelo recém empossado do cargo de presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, a Medida Provisória (MP)870¹²⁷ que transfere a responsabilidade sobre os processos de demarcação de terras indígenas, até então exercido pela Funai, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), instituição que historicamente se posiciona contra as medidas de direito indígena à terra e em favor de programas de expansão da área de exploração do agronegócio e mineração na Amazônia. Além desse absurdo, outro se soma: foi repassada para o recém-chegado e inexperiente Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, chefiado por Damares Alves, a supervisão da Funai, quebrando o vínculo de décadas da fundação com o Ministério da Justiça.

Não obstante, no dia 28 de maio de 2019, o Senado aprovou uma MP de reestruturação de Ministérios¹²⁸ devolvendo à Fundação Nacional do Índio a autoridade sobre a demarcação e proteção de terras indígenas e o retorno desse órgão à alçada do Ministério da Justiça. Entretanto, ainda no mesmo dia em que sancionou a lei 13.844 que reconhece a reorganização da estrutura ministerial de acordo com as decisões do Senado, Bolsonaro, provando que seu governo buscaria cumprir sua promessa de campanha, sob a qual afirmou que índio não teria um centímetro de terra, edita uma nova MP que retorna a essência daquela de seu primeiro dia de mandato em uma tentativa de

¹²⁴Artigo escrito em julho de 2022.

¹²⁵Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliafarias.uniufcg@gmail.com;

¹²⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹²⁷ - https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830 (Art.21. e Art.43.)

¹²⁸ - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/28/senado-aprova-mp-que-reestrutura-ministerios-texto-segue-para-sancao>

rescindir sobre as pautas que já tinham sido rejeitadas¹²⁹ e em mais um processo exaustivo, o STF escolhe por suspender essa medida provisória dada sua inconstitucionalidade¹³⁰.

É sobre esse clima de tensão entre o ‘querer do governo’ e a necessidade dos povos nativos que se desenvolve toda uma política de transformação da Funai em uma Fundação que subverte seu fundamento em prol de uma agenda anti-indígena¹³¹. Em vista disso, a chamada “Nova Funai” inaugura-se ante uma nova gestão, dirigida atualmente pelo delegado da PF Marcelo Xavier¹³², que possui relação estreita com o ruralista e secretário Especial de Assuntos Fundiários (Mapa), Nabhan Garcia, conhecido por “salivar ódio aos indígenas”¹³³.

Seguindo a linha bolsonarista, a Funai, desde fevereiro de 2021, está entregue ao processo de militarização, dado que a proporção de militares chefiando as coordenações regionais dos 9 estados da Amazônia Legal chega a 58,3%. Para o líder indígena da Apib (Articulação dos povos indígenas do Brasil), Dinamam Tuxá, essa nova estrutura da fundação está longe de ser adequada, considerando que o ideal seria a entrega dos cargos para profissionais indigenistas, antropólogos e estudiosos que entendem de fato sobre a questão dos povos originários, com os quais entrarão em contato. Ainda, reforça que a ascensão dos militares sobre cargos de tamanha relevância dentro da Funai reaviva a “ideologia da ditadura”, muito perigosa, já que, segundo ele, os militares tendem a enxergar os indígenas como um povo que não contribui para a soberania do país¹³⁴.

Alguns indícios da veracidade nas palavras de Tuxá se revelam no dia-a-dia dos noticiários. Por exemplo, em junho de 2021 durante uma reunião de trabalho o tenente do Exército e coordenador da Funai no Vale do Javari(AM), Henry Charles Lima, incentiva “meter fogo” em indígenas isolados, além de protestar contra a atuação “ideológica” na questão indígena (referindo-se às recorrentes denúncias feitas por associações de indígenas acerca das condutas imorais e violentas dos coordenadores da Funai)¹³⁵. Outro caso chocante aconteceu dentro do circuito interno da unidade da Funai, em que o chefe da Coordenadoria Regional Xavante, Álvaro Peres, foi filmado agredindo fisicamente um indígena¹³⁶. Para mais, outro coordenador da Funai, este considerado “modelo” pelo

¹²⁹ - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/mp-volta-a-transferir-demarcacao-de-terras-indigenas-para-o-ministerio-da-agricultura>

¹³⁰ - <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=418183&ori=1> e <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49187664>

¹³¹ - <https://www.inesc.org.br/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro/>

¹³² - <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49107737>

¹³³ - <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/general-cai-da-presidencia-da-funai-apos-pressao-de-ruralistas.shtml>

¹³⁴ - <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/19/militares-ja-ocupam-quase-60-das-coordenacoes-regionais-da-funai-na-amazonia-legal>

¹³⁵ - <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/tenente-do-exercito-coordenador-da-funai-fala-em-meter-fogo-em-indigenas-isolados-no-am-ouca-audio.shtml>

¹³⁶ - <https://www.rdnews.com.br/orgaos/conteudos/144655>

governo Bolsonaro, foi preso por suspeita de envolvimento em esquema milionário de arrendamento ilegal de terra indígena¹³⁷. Sobre estes casos, muitos outros se somam.

No que se refere às políticas de (des)amparo às comunidades indígenas durante a pandemia do covid-19, é totalmente um show à parte. A situação foi tão precária e desesperadora que os indígenas se viram na necessidade de buscar justiça e respaldo no Tribunal Penal Internacional, denunciando o Presidente Bolsonaro de cometer crimes contra a humanidade, sobretudo os crimes de genocídio, e ecocídio¹³⁸.

Até chegarmos em 2022 foram muitos os obstáculos que os povos indígenas vêm tendo que enfrentar, desde o terror do Julgamento do Marco Temporal¹³⁹, até a violência policial desproporcional imposta por simplesmente manifestarem-se de forma pacífica contra a dilaceração de seus direitos¹⁴⁰. Ainda esse ano, outro trauma se soma nessa árdua trajetória de enfrentamento de políticas anti-indígenas e de batalha pela reconquista das terras que violentamente foram arrancadas de seus povos: o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados em uma região de reserva indígena no Vale do Javari. Bruno era conhecido por incentivar moradores a denunciar irregularidades cometidas em reserva indígena chegando a denunciar que estava recebendo ameaças e, por mais que as causas deste crime ainda sejam desconhecidas, para um bom entendedor meia palavra basta: o fortalecimento e empoderamento de um discurso político violento anti-demarkação e anti-indigenista definitivamente tiveram seu papel.

Por fim, é necessário construir a consciência de que a luta pela reconstrução da Funai, pelo fortalecimento dos direitos indígenas e da proteção de seus territórios ancestrais não deve ser uma luta solitária, mas sim uma luta coletiva e de responsabilidade de todos que conseguem enxergar a profundidade da violência recorrente a esses povos, seja agredindo-lhes ou machucando-lhes, seja quando os apartam da terra, pois como bem pontuou o indigenista Bruno Pereira: “tirar terra de índio é matar o índio”¹⁴¹.

¹³⁷ - <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/17/preso-por-arrendar-terra-indigena-coordenador-da-funai-era-considerado-modelo-pelo-governo>

¹³⁸ - <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/08/09/indigenas-denunciam-bolsonaro-por-crime-contra-a-humanidade-e-genocidio-no-tribunal-penal-internacional-de-haia.ghtml>

¹³⁹ - https://www.fundobrasil.org.br/blog/entenda-o-marco-temporal-e-como-ele-afeta-os-direitos-dos-povos-indigenas/?gclid=Cj0KCQjwIK-WBhDjARIsAO2sErRgGT1rteucFkGBSLpvDnDNi1BijfC5CxjZfTpS1xkG-jhVLcTySSwaAtYZEALw_wcB

¹⁴⁰ - <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/17/indigenas-sao-recebidos-com-bombas-na-funai-em-brasilia-veja-ideos>

¹⁴¹ https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/difícil-cansativo-perigoso-disse-bruno-a-folha-antes-de-ir-a-floresta-pela-ultima-vez.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

PARASITAS NA PETROBRAS¹⁴²

Rafael Tavares Requeijo¹⁴³

Águida Cristina Santos Almeida¹⁴⁴

No filme *Alien - o oitavo passageiro*, dirigida por Ridley Scott, a trama se inicia após o primeiro oficial da nave ser atacado por um *facehugger* e acaba sendo infectado por um parasita alienígena, no entanto, como não demonstra sintomas de nenhuma doença os tripulantes da nave ignoram o perigo. Não obstante, posteriormente o alien abre um buraco no peito do primeiro oficial, levando-o a óbito e criando o perigo para os demais que estavam na nave. Na conjuntura socioeconômica brasileira atual, está claro que a ala econômica do poder executivo federal tem como foco parasitar na Petrobras, com um objetivo semelhante ao do alien, que é o de usufruir ao máximo do portador e depois matá-lo.

Isso ficou claro com a volta da crise dos preços dos combustíveis, a qual tinha ocorrido já em 2020 por conta do término do distanciamento social. Agora em 2022, frente a amenização dos números da pandemia e das questões relacionadas à guerra na Ucrânia, todavia, ao invés do executivo federal consolidar um plano para amenizar os recorrentes choques de preços dos combustíveis, o presidente prefere realizar medidas paliativas e atacar a Petrobras, os governadores e apontar que não é algo que ocorre só no Brasil, ou seja, pouco ou quase nada está sendo realizado para minimizar os efeitos da possibilidade de uma crise maior de choques de preços que podem ocorrer pelo alongamento da guerra no leste europeu. O presidente conduz as falas acerca da escalada dos preços dos combustíveis colocando-se como alguém que não tem nenhuma relação com a crise, que não pode fazer nada a respeito, mantendo o padrão de associar as crises a pessoas, grupos e/ou instituições alheios a sua linha de ação, atribuindo-lhes os papéis de vilões, enquanto se põe como vítimas dos mesmos (sejam pessoas, grupos, instituições).

Com a retomada de setores da economia, com a diminuição dos casos de contaminação da covid-19, o preço dos combustíveis já vinha sofrendo aumentos, no entanto, com a guerra da Ucrânia, a crise e os choques de preços foram amplificados no mercado internacional. Desse modo, como a Petrobras segue a política de compor seu preço com base na paridade de preço de

¹⁴²Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁴³Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

¹⁴⁴Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

importação, tal decisão só gera impactos mais fortes para as economias periféricas, dados que valores do mercado internacional estão cada vez mais descolados do padrão de consumo de uma grande parcela da população.

Por conseguinte, o resultado foi uma gradual variação considerável dos preços dos combustíveis, desse modo somente em 2022 o preço da gasolina já subiu em 31% e do diesel 68%¹⁴⁵ no Brasil, além do diesel já ter somado quatro reajustes neste ano. Não obstante, enquanto os reajustes de preços se repetem o presidente empregou como estratégias a troca recorrente de presidentes na Petrobras e o ataque aos governadores, como os meios de sinalizar à população que estava lutando para reverter a situação, com um discurso populista de defensor do povo, lutando contra os ‘vilões’ responsáveis pela escalada dos preços dos combustíveis.

Tanto o presidente quanto representantes dos ministérios da Economia e de Minas e Energia fizeram muitas alegações de que a Petrobras era a culpada pelo aumento considerável dos preços, pois estaria visando somente o lucro, ao mesmo tempo em que afirmavam que o executivo não tinham ferramentas para exercer algum controle sobre os preços, dado que somente o conselho da estatal pode estabelecer a política de preços. Assim, a partir de um discurso retórico, o presidente, num período de aproximadamente três meses, mudou o presidente da empresa três vezes, sendo eles: Joaquim Silva e Luna, no cargo até 13 de abril de 2022, José Mauro Ferreira Coelho, no cargo até 20 de junho de 2022 e o atual recentemente aprovado o Caio Paes de Andrade que era um secretário de Guedes, e apesar de não experiência no setor de petróleo, foi aceito pelo conselho da estatal.

Durante a crise em curso, na gestão dos preços dos combustíveis, também foi substituído o ministro de Minas e Energia, que foi nomeado para o cargo e integra o grupo de Guedes, Adolfo Sachsida. Assim que foi empossado, Sachsida enviou para Guedes um pedido para avaliar a desestatização da empresa, o qual afirmou considerar um momento político oportuno para passar a privatização, justificando o descontrole de preços como alibi à privatização. Contudo, é importante lembrar da privatização que ocorreu na refinaria de Landulpho Alves, subsidiária da Petrobras na Bahia, a qual resultou somente em aumento de preços para a população local, tanto que posteriormente a Bahia se tornou o estado com o combustível mais caro, por conta da privatização¹⁴⁶, ou seja, nem toda a privatização resulta em queda de preços e modernizações como é defendido por uma parcela grande das mídias, até mesmo porque, as privatizações transformam monopólios estatais

¹⁴⁵ Dados e informações retiradas do texto na página Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/21/petrobras-sob-gestao-paulo-guedes-caos-na-chefia-e-gasolina-cara-visando-privatizacao>

¹⁴⁶ Informações retiradas do texto da página GGN: <https://jornalggn.com.br/economia/petroleiros-tentam-barrar-privatizacao-da-refinaria-da-petrobras-em-manaus%ef%bf%bc/>

em monopólios privados, agravando as consequências sociais e econômicas de estruturas de mercado com esse formato.

Mesmo com tantas intervenções o presidente ainda insiste que não pode intervir, que nada pode fazer, sendo que a política de preço de paridade de importação poderia ser revogada pelo presidente por não ser lei, e isso, porém, não foi feito. Desse modo, já se foram três anos e meio de governo e até o momento não foi cogitada alterar a matriz energética, não foi cogitada sequer alterar a política de preços praticada pela Petrobras. Na verdade, além de ficar mudando a presidência da Petrobras, numa manobra diversionista e de atacar governadores, o governo aponta como solução a criação de vouchers para motoristas e caminhoneiros, ou seja, novamente o governo demonstra sua ineficiência para se construir projetos/planos até mesmo de curto prazo, que ensejem em resultados profícuos à sociedade, além de que tal qual ocorreu com o Ministério da Saúde, que foi militarizado e vem sofrendo um desmonte de suas secretarias, a Petrobras e o ministério de Minas e Energia estão sendo parasitados por subordinados de Guedes, tal qual o alien que parasitam e atacou os tripulantes da nave nostromo.

NÃO É SOBRE NÚMEROS, É SOBRE VIDAS¹⁴⁷

*Cíntia Riquele Bezerra Silva¹⁴⁸
Águida Cristina Santos Almeida¹⁴⁹*

Para o país que já foi exemplo como referência internacional de combate à fome, não há maneira que se possa esconder, o desejo de todos é acordar em um país que possam comer. No Brasil, a alimentação deveria ser um direito humano básico garantido e apesar de ser garantido pela Constituição, não há respaldo nos números. Contudo, não se pode esquecer nunca, é preciso repetir incansavelmente que não se trata de números, que não são apenas estatísticas, mas na verdade, são vidas. A crise da fome no Brasil é um projeto e o governo que deveria ser responsável por políticas públicas que visassem a garantia no acesso à comida para todos, nos últimos anos vem trabalhando no desmonte da estrutura outrora construída para combater esse flagelo.

De acordo com o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)¹⁵⁰ que aborda e apresenta à sociedade brasileira os resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN). A pesquisa evidencia os diferentes níveis de agravamento em relação ao acesso à comida, através de recortes por gênero, raça/cor, escolaridade e local de moradia. Além disso, destaca-se que em 29 anos estamos diante dos piores números, com 33 milhões de pessoas em situação de fome. Apesar do Brasil ter saído do mapa da fome em 2014, desde 2017 os índices em relação à fome vem apresentando alta. Isso é resultado de um processo de desmonte das políticas voltadas para o combate da fome no país, aprofundado pela Covid-19.

Em um contexto de aumento da pobreza, inflação e desmonte de políticas efetivas, as desigualdades sobre grupos sociais e regiões historicamente mais afetadas foram acentuadas. Por trás

¹⁴⁷ Artigo escrito no mês de julho de 2022.

¹⁴⁸ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: cintia.riquele@estudante.ufcg.edu.br

¹⁴⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁵⁰ <https://olheparaafome.com.br/>

da fome, temos o flagelo sobre as crianças, as mulheres e a população negra, acrescido a isso o negacionismo frente ao problema climático, que tanto prejudica a produção agrícola e tem relação direta com a Insegurança Hídrica.

Segundo os dados do referido relatório, a insegurança alimentar está presente em mais de 60% dos domicílios das áreas rurais. Desses, 18,6% das famílias convivem com a fome, valor maior do que a média nacional. A pobreza das populações rurais, associada ao desmonte das políticas de apoio às populações do campo, da floresta e ribeirinhas, continua impondo a fome, em movimento de escalada. Durante o período mais agudo da pandemia, a suspensão das aulas presenciais foi usada como justificativa para a quase eliminação das compras de alimentos da agricultura familiar e, conseqüentemente, para a redução da oferta de refeições de qualidade aos escolares.

A condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior, comparativamente aos de áreas urbanas, com a Insegurança Alimentar atingindo mais de 60% dos domicílios, e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com Insegurança Alimentar moderada e Insegurança Alimentar grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente.

Na quase totalidade dos domicílios (estima-se 91%) cuja renda por pessoa era inferior a 1/4 do salário mínimo se convive com algum grau de insegurança alimentar e, em 43% deles os moradores vivenciam a fome. Por outro lado, 67% dos domicílios com renda maior que um salário mínimo têm acesso pleno a alimentos, ou seja, há segurança alimentar garantida. Porém, se em 2020 não havia domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa em situação de fome, no início de 2022 essa deixou de ser uma garantia contra a privação do consumo de alimentos, em virtude da crise econômica, da escalada da inflação e dos reajustes do salário mínimo abaixo da inflação. Dessa maneira, agora, 3% dos lares nesta faixa de renda estão em situação de fome, e 6% convivem com redução no acesso aos alimentos.

Nesse cenário de desmonte das políticas públicas, direta ou indiretamente voltadas à proteção e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), deve-se destacar, em 2021, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, respectivamente, frágeis em suas concepções e limitados na abrangência populacional.

O que ocorre é que grupos sociais foram deslocados para a borda inferior da sobrevivência, desprovidos de renda suficiente, de moradia adequada, de serviços sanitários, de acesso à educação e aos serviços de saúde, passando, também, em seu cotidiano, a conviver com a fome. Ou seja, esses grupos sociais são desdenhados pelas elites econômicas do país e deserdados por um Estado gerenciado sob a doutrina neoliberal e sob a obsessão pelo equilíbrio fiscal e controle de gastos.

A ESTREITA LIGAÇÃO DO BOLSONARISMO COM O GARIMPO ILEGAL¹⁵¹

*Gabriel Moreno Maciel Pereira*¹⁵²

*Águida Cristina Santos Almeida*¹⁵³

Desde o princípio do mandato, em 2019, a trajetória política do então presidente Jair Messias Bolsonaro é marcada por inúmeros escândalos de corrupção, e na lista dos crimes, um dos que mais é escancarado talvez seja os que ligam o presidente a questões ambientais. O governo federal tem desmobilizado a fiscalização ambiental desde o começo do seu governo, nos mais variados âmbitos, conforme veremos a seguir.

A questão é escancarada de tal forma, que em reunião ministerial divulgada pelo ministro do STF, Celso de Mello, no dia 22/04/2020, o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles sugere que o governo deveria aproveitar a visibilidade trazida pela pandemia da Covid-19, onde o foco da mídia e da sociedade estavam voltadas para o coronavírus e mudar as regras e legislações ambientais que poderiam ser questionadas pela justiça e pela sociedade civil, em palavras do próprio ex-ministro “aproveitando a pandemia para passar a boiada”⁴. A declaração é clara e objetiva, a intenção do então ministro diz respeito sobre passar por cima das leis ambientais vigentes e explorar toda a região de mata que até então é protegida por lei, fazendo ainda o uso da pandemia para que a opinião pública não abalasse ou questionasse suas decisões.

Da data da reunião ministerial até o dia de hoje, 11/07/2022¹⁵⁴, algumas coisas mudaram, menos a intenção do governo federal em destruir e explorar a floresta Amazônica, e atacar e expropriar os povos indígenas. O ministro Ricardo Salles caiu, porém, os escândalos continuam a aparecer, o mais recente culminou na prisão de 5 pessoas que segundo as investigações chefiava um esquema de garimpo que movimentou em 2 anos a quantia de 16 bilhões de reais em ouro retirado de

¹⁵¹Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁵²Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) E-mail: gabrielmmp@gmail.com

¹⁵³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁵⁴<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/10/baroes-do-ouro-ilegal-no-brasil-dinheiro-movimentado-as-margens-da-lei-chegou-a-r-16-bilhoes-em-dois-anos.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=fant&utm_content=post

áreas de preservação ambiental. A investigação começou a partir de uma pista de pouso ilegal onde a suspeita era que os aviões efetuavam o transporte de drogas, porém, a Polícia Federal constatou que além de drogas, os aviões também transportavam ouro⁵.

A operação apreendeu 39 kg de ouro, que logo se descobriu ser da empresa “Gana Gold”, de modo que as investigações levaram a polícia até a cidade de Itaituba, conhecida como “Cidade Pepita”, localizada no Pará, onde a empresa possui uma enorme área de exploração de ouro. A cidade é campeã em autorizações de garimpo de ouro no Brasil, sendo responsável por mais de 25% dos requerimentos de todo o país, porém, não existe nenhum tipo de fiscalização, em palavras do próprio prefeito “Demos mais de 500 licenças e nunca fomos fiscalizar”¹⁵⁵. A fala foi realizada após deflagração de outra investigação que culminou na destruição e apreensão de mais de 21 escavadeiras, 26 motores bomba, uma balsa, três geradores, um trator esteira e 14 acampamentos avaliados em mais de R\$ 10 milhões¹⁵⁶. Toda essa movimentação fez com que o prefeito de Itaituba viajasse até Brasília-DF para se reunir com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, na tentativa de que o governo federal parasse a investigação em curso, num encontro que não constava na agenda oficial do ministro.

Fica então o questionamento, se a prefeitura libera a exploração e os órgãos competentes não realizam a fiscalização, o que esperar? Qual o propósito do arranjo em curso? Pois bem, existem órgãos federais que deveriam realizar a fiscalização, como o ICMBio, IBAMA, a própria Polícia Federal e até mesmo a FUNAI, entretanto, o que encontramos é um cenário oposto ao que deveria acontecer, levando em consideração que o governo federal faz de tudo para prejudicar a atuação das instituições de estado responsáveis pela regulamentação e fiscalização, de modo que tem-se um verdadeiro desmonte das instituições para que a lei não seja cumprida. Mais um exemplo desta situação, diz respeito a um caso ocorrido no ano de 2020, após uma megaoperação do IBAMA que flagrou campos de garimpo ilegal no meio da floresta⁷ e os servidores que coordenaram a operação simplesmente foram exonerados dos seus cargos¹⁵⁷, o que demonstra uma completa ligação do governo federal na tentativa de parar com as operações que fiscalizam o garimpo ilegal em terras de proteção ambiental.

¹⁵⁵ <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/02/demos-mais-de-500-licencas-nunca-fomos-fiscalizar-diz-prefeito-da-cidade-campea-em-autorizacoes-de-garimpo-de-ouro-no-brasil-25405557.ghtml>

¹⁵⁶ <https://veja.abril.com.br/brasil/videos-flagram-avioes-e-retroescavadeiras-em-garimpo-ilegal-na-amazonia/>

¹⁵⁷ <https://veja.abril.com.br/coluna/impacto/ibama-exonera-servidores-apos-operacao-em-terra-indigena/>

São fortes e claros os indícios das ligações do governo federal com atividades ilegais de inúmeros tipos que degradam o meio ambiente e colocam em xeque não só o futuro da floresta amazônica, como também o futuro dos povos indígenas que resistiram ao genocídio imposto desde a colonização, bem como o futuro da humanidade, que já está vivendo uma crise climática de consequências ainda não devidamente compreendidas, fazendo-se valer o questionamento: quem fiscaliza quem deveria fiscalizar?!

A INDÚSTRIA DA FOME¹⁵⁸

*Charles Lucio Bezerra da Silva*¹⁵⁹

*Águida Cristina Santos Almeida*¹⁶⁰

O crescimento econômico tem relações fundamentadas na dinâmica da produção e comercialização para o mercado sendo um objeto de estudo das ciências econômicas ainda antes de Adam Smith, embora tenha sido sua obra *A riqueza das nações* que ocupou de forma central esse marco. No contexto do comércio internacional, o Brasil é o segundo maior exportador de alimentos do mundo, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC) que segundo estatísticas deve manter sua liderança nesse setor nos próximos anos, graças à potencialidade que exhibe nesse segmento.

Contudo, embora a produção de alimentos venha crescendo, também cresce as estimativas e os números de brasileiros que passam fome, resultando num permanente agravamento do quadro de insegurança alimentar, que compreende desde a alimentação de má qualidade, passando pela ausência de uma dieta firme, até o quadro mais grave de insegurança alimentar, marcado pela condição de fome. Segundo especialistas, o índice elevado de insegurança alimentar em áreas rurais no Brasil é ocasionado por uma combinação de fatores dispostos como a pobreza no campo, a elevada concentração no acesso à terra, bem como a limitação dos recursos hídricos em muitas regiões do país⁵. Essa situação vem sendo aprofundada em razão do desmontes das políticas públicas de segurança alimentar⁶, num contexto de pandemia que prejudicou o acesso dos pequenos

¹⁵⁸ Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁵⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.Lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

¹⁶⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57296843>

Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2022/07/o-agro-e-pop-e-pouco-se-importa-com-voce-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas/>

Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/opiniao/a-contradicao-entre-a-forca-do-agronegocio-e-a-fome-no-brasil-172004/>

Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/05/14/commodities-desvalorizacao-do-real-pressiona-contratos-futuros-de-soja.ghtml>

produtores rurais aos mercados, e agravou fortemente a situação de desemprego e precarização do mercado de trabalho.

A contradição, nesse caso, constata-se que, enquanto milhões de brasileiros passam fome, as exportações de alimentos estão em trajetória ascendente. Sendo parte da cadeia produtiva do país, o agronegócio é um setor dominado globalmente por um grupo de multinacionais e por uma oligarquia nacional que há séculos consegue impor seus interesses dentro da estrutura de poder. Juntas, as empresas ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus controlam 70% da produção, comercialização e transporte de produtos agrícolas, constituindo uma atividade marcada por um permanente processo de concentração, no qual as grandes marcas seguem aumentando a concentração dos mercados de agroquímicos, sementes, e de terras. Desta forma, o principal objetivo do agronegócio está no atendimento à demanda global por commodities, sem qualquer conexão com uma estratégia ligada ao desenvolvimento nacional.

Os resultados alcançados pelo referido setor no Brasil são justificáveis através da desvalorização da moeda brasileira, que acaba deixando o preço da produção nacional competitivo no exterior, estimulando as exportações. Deste modo, a exportação do agronegócio brasileiro, acaba por não competir com a produção voltada para o mercado interno, de maneira que a principal fonte de aquisição de alimentos pelos brasileiros, acaba sendo a produção oriunda da “agricultura familiar”, que carece de apoio e incentivos na medida equivalente dos papéis social e econômico que desempenha: ao colocar alimento na mesa de milhões de brasileiros; ao gerar empregos e dinamismo econômico; ao maximizar o uso da terra e de outros recursos naturais, considerando que a agricultura familiar é explorada em minifúndios.

O DISCURSO DE ÓDIO COMO CAUSA MORTIS¹⁶¹

Karla Vitória de Queiroz¹⁶²

Águida Cristina Santos Almeida¹⁶³

Com a aproximação do pleito eleitoral de 2022, os noticiários passaram a mostrar ainda mais casos de violência política que, atualmente, vão além dos ataques contra figuras correspondentes a cargos políticos de ordem federal, estadual ou municipal, caracterizando também vítimas e agressores militantes representantes de partidos e candidatos específicos. A previsão é que esse cenário de violência política se acentue daqui para frente, principalmente quando a campanha eleitoral iniciar, dado que o atual presidente propaga discursos de ódio, incentivando a violência em diversos aspectos, ao mesmo tempo que possui uma base de apoiadores fanática e garante forte respeito e fidelidade ao mesmo.

Recentemente, a sociedade testemunhou a tragédia ocorrida em Foz do Iguaçu, PR, na qual o bolsonarista Jorge Guarinho invadiu festa de aniversário com tema petista e efetuou disparos contra Marcelo Arruda, tesoureiro do PT, que reagiu em legítima defesa, evitando uma chacina, ou seja, evitando uma tragédia ainda maior, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito instantes após ao ataque. Jorge Guarinho, o bolsonarista agressor, foi internado logo após ao ato brutal de violência que desferiu. Preocupantemente, casos como esse vêm sendo normalizados por frações da população e da classe política, com a justificativa de que o período eleitoral acarretaria o aumento desse tipo de violência, quando, na verdade, deveriam ser tomadas providências contra a intolerância política. Outro modo de encarar o fato, foi negar a natureza de crime político no ocorrido com Marcelo, com o objetivo de blindar Bolsonaro de co-responsabilidade na tragédia, o que é um absurdo dada a

¹⁶¹Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁶²Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com.;

¹⁶³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/07/15/interna_politica,1380485/policia-civil-diz-que-nao-houve-crime-politico-em-morte-do-tesoureiro-do-pt.shtml

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/14/policia-conclui-inquerito-sobre-morte-de-tesoureiro-do-pt-por-bolsonarista.ghtml>

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/14/policia-conclui-inquerito-sobre-morte-de-tesoureiro-do-pt-por-bolsonarista.ghtml>

obviedade da motivação política e da frequência com a qual Bolsonaro injeta ódio em sua base de apoiadores e um ódio frequentemente direcionado ao PT e aos petistas.

No final da semana datada em 15 de julho, a Polícia Civil do Paraná concluiu que o ocorrido não pode ser classificado como crime político, pois não existem provas de que Jorge Guarinho foi motivado por questões de ordem política. Assim, o policial penal foi indiciado por homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe e perigo coletivo⁵.

Frente a um desfecho desse, como esperar que o período eleitoral de um país com um governo altamente violento, propagador de discursos explicitamente agressivos, possa ser interpretado como inocente frente ao clima de intolerância política que está levando o Brasil para uma trágica onda de violência política que pode ainda custar muitas vidas, derramar muito sangue e impor muito sofrimento ao povo? Frases como “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”. “Vou botar esses picaretas para correr do Acre”. “Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá”, ou “Violência se combate com mais violência”, foram proferidas pelo atual presidente durante sua campanha em 2018 e já como então presidente⁶. Assim, fica evidente que o atual governo parece achar viável utilizar a violência como meio de manifestação política, parece que a violência política funciona como importante instrumento no âmbito das ambições que o projeto em curso incute.

Durante comício guiado pelo ex-presidente Lula (PT), no Rio de Janeiro, um dispositivo caseiro constituído de fezes humanas foi lançado contra a população que participava do ato. O responsável assumiu o feito e foi preso em flagrante por crime de explosão⁷. O Brasil vem sendo caracterizado por uma forte polarização política e, por mais que não seja de agora, fica cada vez mais difícil de manifestar suas opiniões em um ambiente que não seja marcado por ofensas e atos violentos, considerando que um dos lados dessa polarização usa da violência como instrumento de combate àqueles que são considerados os “inimigos a serem destruídos”.

Especialistas confirmam haver o medo de uma violência durante e pós-eleição, ou seja, dependendo do candidato vencedor das eleições de 2022, uma suposta fraude seria indicada, alvoroçando os seguidores que defendem o voto escrito. Assim, mais uma onda de violência surgiria, como ocorrido nos Estados Unidos com as alegações de fraude cogitadas por Donald Trump, ao perder eleições contra Joe Biden⁸. Este seria mais um exemplo de como o atual presidente consegue infiltrar suas ideias nas mentes de seus seguidores, influenciando-os através de discursos, atos de ódio e também de fake news.

Os dados mostram que a violência política segue aumentando, e segundo especialistas os números tendem a crescer ainda mais com a aproximação do período eleitoral. No último trimestre, 19 homicídios relacionados a episódios de violência política foram registrados e, apenas no primeiro

semestre deste ano, 214 casos foram registrados, segundo o Observatório de Violência Política e Eleitoral da Universidade Estadual do Rio de Janeiro⁹.

Dessa forma, conclui-se que o Brasil passa por um forte momento de intolerância política, contrariando, mais uma vez, o que se diz acerca da evolução do ser humano, já que, notoriamente, percebe-se como atos humanos ficam cada vez mais resumidos à intolerância, principalmente quando o governo em vigor é o primeiro a apoiar atitudes violentas e proferir discursos de ódio. E que essa fase difícil possa ser sucedida por uma fase mais próspera, que depois dessa guerra venha muita paz e que esse momento sombrio deixe importantes lições ao povo brasileiro, nos diversos grupos sociais que o conformam.

A SORTE ESTÁ LANÇADA/ALEA JACT EST¹⁶⁴

Michel Whilliams da Silva Chaves¹⁶⁵

Águida Cristina Santos Almeida¹⁶⁶

Já se disse que toda História é História contemporânea disfarçada. Como todos sabemos, existe algo de verdade nisso¹⁶⁷. Por exemplo, o rio Rubicão – um riacho italiano que hoje possivelmente coincide com o Rio Pisciatello – ficou celebrizado na História da Antiguidade pela sua posição estratégica e administrativa, já que seu curso d’água assinalava a divisa entre a província romana da Gália Cisalpina e o território que se ligava à jurisdição de Roma. Do rio até Roma, que gira em torno de 250km, deveriam ser percorridos sem legiões romanas, pois, garantiam que o espaço, quase sagrado da política, não se contaminasse com os processos militares. Obviamente, que tal ação não neutralizava as pretensões militares em Roma, pois, um antigo cônsul já havia logrado êxito, Cornélio Sila, ditador que exilara César ainda muito jovem de Roma. Nesse interim, César hesitou muito em passar com seus soldados pelo Rubicão. Mas, logo após conversas com os seus generais, exclamou: “Vamos para onde nos chamam a voz dos deuses e a injustiça de nossos inimigos”, disse ele, segundo Suetônio¹⁶⁸, e, em um gesto que Plutarco¹⁶⁹ classificou como “um abandono dos conselhos da razão”, cruzaram o Rubicão. Para resumir, César marcaria seu nome na longa História romana falando: *Alea jacta est* (“a sorte está lançada” ou “os dados estão lançados”).

A sorte brasileira foi lançada diversas vezes, basta observar o que chamamos de década perdida. A inflação, em tal período, fazia parte da vida dos brasileiros, níveis que podem ser considerados de hiperinflação. Assim, para a estabilização em quase uma década, propõe-se vários planos, como o Cruzado para combater a inflação com o congelamento de preços, no Plano Collor com o objetivo de combater a inflação inercial com o bloqueio financeiro, depois, e não menos importante, o Plano Real para estabilizar os preços com a âncora cambial.

¹⁶⁴ Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁶⁵ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET/Economia e integrante do GAACE.

¹⁶⁶ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

¹⁶⁷ HOBSBAWN, Eric J. Sobre História. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo, 1998. P. 243.

¹⁶⁸ Historiador e biografista de César.

¹⁶⁹ Idem.

Abandonamos a razão e abraçamos o que de pior, para os gregos e romanos, que é o *Pathos*. As paixões sempre foram o calcanhar de *Aquiles* dos filósofos que viam na razão a condição humana por excelência, enquanto as paixões eram vistas como elementos opostos e inibidores dos processos racionais. Simplesmente apaixonados, mergulhados no Consenso de Washington, idealizavam um Brasil para além de tais “Rubicões”.

Mas as paixões não são só problemáticas para os filósofos. Todas as sociedades, de um modo ou de outro, tentaram regular e controlar as paixões, por isso os Rubicões são importantes. Seus excessos levam o homem a um estado de desmesura, posição repreensível, geradora de mal-estar no homem e na cultura. No Brasil contemporâneo não é diferente, Bolsonaro e militares nos inebria falando asneiras e questionando urnas, o presidente da Câmara atropela sozinho Constituição, leis, regimentos para aprovar projetos de compra de votos. Em um desespero eleitoral, Bolsonaro promoveu um pacote de bondades que custará R\$ 41,25 bilhões¹⁷⁰, originada a partir da PEC do Estado de Emergência e a Emenda Constitucional 123, autoriza gastos públicos para aumentar benefícios sociais como o Auxílio Brasil e o vale gás, conceder ajuda financeira a caminhoneiros e taxistas, ampliar a compra de alimentos para pessoas de baixa renda, diminuir tributos do etanol e, assim, os gastos são permitidos até dezembro de 2022. Ainda apaixonado e marchando na Roma brasileira, Bolsonaro e os seus, cometem crimes que são passíveis de impedimento, pela lei complementar 64, de 1990, conhecida como lei de inelegibilidades. César também cometeu crimes ao ultrapassar os limites jurídicos de Roma e, automaticamente, se tornou inimigo, mas, foi aclamado pela população romana, mas há diferenças substanciais, obviamente.

Dito isto, hoje encontramos um país tal qual Roma: em disputas ideológicas, dois cônsules, Bolsonaro e Lula, a rede Globo clamando por uma terceira via que seria o Crasso (Simone Tebet), o congresso refém de um Brutus, de orientação conservadora, e as instituições inexistindo. Para além de qualquer comparação, há necessidade de reconstrução da nossa *Roma de bravos guerreiros*, que se norteie por ações que elevem o nível de produtividade da economia (estritamente ligadas a políticas de industrialização e modernização industrial) e ações que culminem na expansão e melhoria dos serviços públicos, dado que elevam o poder de compra dos trabalhadores sem a necessidade de aumentar tanto os salários (como por exemplo, expansão e melhoria dos serviços públicos de transporte, saúde, educação, programas de acesso à moradia popular)¹⁷¹.

¹⁷⁰ Dados retirados do site: <https://eurio.com.br/noticia/37542/congresso-promulga-pec-do-pacote-de-bondades-e-aumenta-auxilio-brasil-para-rs-600.html>

¹⁷¹ CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira*. São Paulo, 2018.

Em suma, onde “todo o caminho vai a Roma” ou “todo o caminho vaia a Roma”, é importante explicitar: a) o cuidado com as paixões, o *pathos* pode ser um arranque para aquilo não conquistado ou a pá de cal no que restou; b) a importância de uma análise profunda da atual situação do nosso país; e c) para qualquer situação, nos deparamos igual a César diante do Rubicão.

Que a Deusa Fortuna¹⁷² nos guie.

¹⁷² Deusa da sorte e o acaso.

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E SEU PAPEL NA SOBERANIA DE UM PAÍS¹⁷³

*Jean Lucas Borges de Carvalho¹⁷⁴
Águida Cristina Santos Almeida¹⁷⁵*

O liberalismo como uma das correntes econômicas mais hegemônicas durante muitos séculos, após a Revolução Industrial Inglesa, sobretudo depois da publicação da obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, foi o principal eixo ideológico à consolidação do capitalismo no mundo e seus desdobramentos sobre o Ocidente e o Oriente até, pelo menos a grande depressão de 1929. Contudo, embora as ideias do liberalismo econômico tenham imperado, o desenvolvimento dos países que se industrializaram, acompanhando a trajetória da Inglaterra, deu-se por meio de uma contundente intervenção do Estado, planejando e coordenando o processo de industrialização, bem como protegendo a indústria nascente.

Em analogia aos tempos atuais, a industrialização tardia de países no continente asiático que depende ininterruptamente do Estado para o desenvolvimento socioeconômico de sua sociedade e suas crescentes taxas de crescimento econômicos, percebemos o inverso do que ocorre no Estado e na economia brasileira, sobretudo dos anos 1990 em diante.

No caso do Brasil, desde 2016, a retomada do debate do neoliberalismo, bem como da agenda de políticas e de reformas que contempla, com um Estado operando quase que exclusivamente em prol dos interesses dos grupos econômicos, e em detrimento da sociedade, vem acelerando o processo de piora social e econômica que vem marcando o Brasil desde a gestão de Michel Temer e que se acelerou sob o (des)governo de Bolsonaro.

Não obstante, a chegada da crise do subprime em 2008 nos Estados Unidos; a pandemia causada pelo Coronavírus, em 2020; e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, em

¹⁷³ Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁷⁴ Graduando em ciências econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), atualmente participante do grupo do Grupo de Acompanhamento e Análise de Conjuntura Econômica (GAACE).

E-mail: jeanborges29@gmail.com.

¹⁷⁵ Professora adjunta da Unidade Acadêmica de Economia (UAEF) e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise de Conjuntura Econômica (GAACE). Como também revisora do artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

2022, forçou ainda mais todos os países do mundo a adotarem uma política fiscal expansionista, para impedir uma piora social e econômica ainda maior, sobretudo dos mais vulneráveis e preservar minimamente uma coesão política nos países

A sociedade brasileira, sobretudo os mais vulneráveis, já sofre as consequências desses desequilíbrios externos e internos mediante a um planejamento estatal e industrial mal arquitetado, incompleto e insuficiente. Além disso a cada dia vai ficando patente que a agenda de políticas e reformas neoliberais não atende aos interesses das classes menos abastadas da sociedade, que dependem com mais intensidade do Estado para a reversão do ciclo persistente de pobreza e à diminuição da desigualdade tão alarmante no século XXI, sobretudo no Brasil.

Histórica e estruturalmente, no Brasil criou-se uma disparidade expressiva entre o nível de renda per capita entre negros e brancos em todas as regiões do país, mas, a gestão neoliberal do Estado parece negar que existam milhões de brasileiros que não possuem o mínimo necessário a uma sobrevivência com dignidade, e que estão a mercê da melhora no mercado de trabalho, que por sua vez, depende da retomada da economia, para conseguirem acessar renda, e assim exercerem cidadania e capacidade de consumo.

De maneira empírica o desenvolvimento econômico de um país depende substancialmente da presença do Estado, como provedor das políticas públicas e coordenador do próprio desenvolvimento, bem como em ações de combate à pobreza e desigualdade, presente até nas economias mais desenvolvidas do mundo incluindo o Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos, por exemplo. Nenhum país pode alcançar seu tão almejado título de potência econômica mundial quando se tem milhões de pessoas com uma renda per capita mensal inferior a preconizada na regra nacional de salário-mínimo, como também a um nível de salário-mínimo que absorve mais da metade do valor da cesta básica, comprometendo frontalmente a possibilidade de uma vida com dignidade.

Ou seja, a conjuntura econômica brasileira fica ainda pior à medida que o salário-mínimo vai sendo ininterruptamente absorvido pelo no valor da cesta básica por conta da alta inflação que atinge os preços dos alimentos e de outros bens e serviços essenciais, como combustíveis e energia. Deste modo, a importância do Estado em aumentar os gastos públicos, adotando uma política fiscal expansionista, a fim de combater os desequilíbrios econômicos e sociais que uma sociedade desigual produz.

Não obstante, na atual conjuntura econômica, o enfraquecimento do Estado segue contribuindo para aumentar o nível de desigualdade que antes já se encontrava em níveis preocupantes e que compromete o ritmo de crescimento econômico e uma retomada consistente da economia. Assim, faz-se cada vez mais urgente suprimir as políticas de caráter neoliberal e implementar políticas desenvolvimentistas, bem como políticas que coloquem a inclusão social no centro de uma agenda para todos.

SOBERANIA AMERICANA E CHINESA NA GEOPOLÍTICA: A AMEAÇA À TAIWAN¹⁷⁶

*Lenilson Guedes Brandão Filho*¹⁷⁷

*Águida Cristina Santos Almeida*¹⁷⁸

Nancy Pelosi, atual presidente da Câmara dos Estados Unidos, realizou uma viagem à Taiwan juntamente com diversos parlamentares americanos. O intuito da viagem foi encontrar com o presidente da ilha, Tsai Ing-wen, contudo, percebe-se uma clara provocação aos chineses, que afirmam ser uma violação da soberania chinesa. A China reivindica a ilha de Taiwan como seu território, considerando que Taiwan é reconhecido como país independente por uma quantidade inexpressiva de países, já que parcela majoritária dos países consideram Taiwan como uma província da China.

Todavia, as tensões criadas pelos Estados Unidos ao redor do mundo, principalmente na Ásia, não começaram recentemente. Diversas foram as vezes em que os americanos interferiram em relações diplomáticas de outros países com o intuito de defender seus próprios interesses. Em retaliação à visita de Pelosi, a China realizou testes de mísseis balísticos próximos à Taiwan, afirmando ser uma consequência da provocação aos chineses. No caso desse conflito, há claro interesse americano na exportação de microchips por parte de Taiwan, necessários à produção de grande parte dos componentes eletrônicos.

Com isso, percebe-se que os estadunidenses já aderiram ao lado taiwanês do conflito. Diante disso, fica evidente que Taiwan se encontra em meio a uma zona de guerra e, esse “imbróglio”

¹⁷⁶Artigo escrito em agosto de 2022.

¹⁷⁷Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: lenilson.guedes@estudante.ufcg.edu.br

¹⁷⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/04/qual-e-a-relacao-de-taiwan-com-os-eua.ghtml>

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-visita-de-legisladores-dos-eua-china-realiza-novos-exercicios-perto-de-taiwan/>

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/15/china-realiza-mais-exercicios-militares-perto-de-taiwan-durante-visita-de-parlamentares-dos-eua.ghtml>

tenderá a gerar instabilidade para a Ásia e para o comércio mundial. Sob a ótica chinesa, Taiwan deveria ceder e ser definitivamente incorporado à China continental e perder sua soberania por completo, isto é, perder o controle de seu próprio território.

Portanto, a ameaça norte-americana e chinesa aos interesses nacionais de cada Estado pode representar um risco a todos os demais países do globo. No caso de Taiwan, fica evidente que não há soberania nacional, haja vista que está constantemente sob ameaça das grandes potências. Logo, o interesse interno (do próprio território) se torna secundário frente aos interesses das grandes potências. Recentemente, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, se pronunciou favorável à independência de Taiwan. Em contraponto, o presidente chinês, Xi Jinping, que busca a reeleição, insiste em reforçar a posição de província ocupada por Taiwan, junto ao território chinês. Ou seja, as tensões geopolíticas tenderão a crescer e os movimentos da potência hegemônica, que nesse momento histórico se trata dos Estados Unidos, terão papel decisivo na escalada das tensões e das potenciais rupturas que por ventura venham a ocorrer.

O RACISMO ESTRUTURAL PRESENTE NO BRASIL¹⁷⁹

John Wesley Pereira Dantas dos Santos¹⁸⁰

Águida Cristina Santos Almeida¹⁸¹

O racismo estrutural é um dos principais problemas sociais presentes na sociedade, sobretudo naqueles países com histórico de escravidão, onde após a abolição da escravidão, que não foi acompanhada de um processo de inserção do negro na sociedade, dotado de direitos e cidadania, fundou-se a base do racismo estrutural e manteve presente o preconceito e a discriminação racial. O racismo estrutural nada mais é do que um conjunto de hábitos, práticas, situações e falas que estão presentes na nossa sociedade e que promovem diretamente ou indiretamente preconceito racial¹⁸². Atualmente, as mazelas sociais relacionadas ao racismo estão enraizadas na cultura brasileira assim como em sua política e instituições.

Uma pesquisa que entrevistou 1200 pessoas, mostrou que 72% das pessoas que utilizam transporte público no Brasil já presenciaram casos de racismo, e 39% revelam já ter sofrido discriminação, ressaltando que isso ocorreu apenas enquanto se locomoviam, sem contar as outras áreas da vida dos indivíduos entrevistados. A pesquisa divulgada no Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial revelou também que 71% das pessoas negras que trabalham em fundações ligadas ao trânsito sentem medo de sofrer discriminação. As mulheres negras são as que mais se sentem vulneráveis nos deslocamentos, considerando 72% delas temem sofrer algum tipo de assédio sexual e 47% DE sofrer algum tipo de racismo, números preocupantes em um País onde a diversidade étnica e a miscigenação constituem traços culturais e sociais irrefutáveis.

O Brasil é o segundo país com maior população negra do mundo, característica que se deu devido ao processo de colonização pelos europeus, com a escravização dos negros africanos, o que levou à grande diversidade étnica e racial presente hoje no Brasil. Entretanto, essa diversidade não emerge dentro dos poderes políticos e econômicos, espaços monopolizados por homens brancos. Por

¹⁷⁹ Artigo escrito em agosto de 2022.

¹⁸⁰ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: wesleyjohnpbb@gmail.com.

¹⁸¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁸² <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/racismo.htm>

exemplo, na política, onde apenas 29,11% dos prefeitos brasileiros são negros e os outros 70,29% são pessoas brancas.

Outro dado que exhibe a gritante desigualdade racial presente no Brasil, diz respeito aos dados de renda, pois de acordo com o IBGE os brancos têm renda 74% maior do que pessoas negras. Ou seja, essa mesma população que representa 56% da população brasileira está em clara desvantagem no mercado de trabalho, acumulando os piores indicadores de renda, assim como os menores níveis de escolaridade¹⁸³. E A falta de políticas de equidade racial assertivas ao longo do tempo agravam ainda mais a situação.

Em virtude dos fatos mencionados é evidente que os poderes governamentais devem incluir pautas e projetos de conscientização coletiva, assim como implementar uma política institucional antirracista reconhecendo que isso é um problema estrutural e, assim garantir a representatividade de raças E etnias nos espaços coletivos de decisão, bem como ampliar as políticas de segurança que garantam a proteção desses indivíduos e promovam uma inclusão igualitária em termos econômico e sociais.

¹⁸³ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/brancos-tem-renda-74-superior-a-de-pretos-e-pardos-diz-ibge.shtml>

O BAIXO NUMERO DE CANDIDATURAS INDIGENAS COMO SUCESSO DE

ALGUNS¹⁸⁴

*Karla Vitória de Queiroz*¹⁸⁵

*Águida Cristina Santos Almeida*¹⁸⁶

Como todos já deveriam saber, apesar de muitos “fecharem os olhos”, o povo indígena vem lutando por sua sobrevivência e permanência na terra há muito tempo, desde que os portugueses ficaram conhecidos por “descobrir” o Brasil, quando, na verdade, os indígenas já estavam no território que posteriormente veio se chamar de Brasil. E, apesar de não ser todo o necessário, a representação política aparece como um meio de obter maior representatividade e espaço na luta por voz e direitos, uma vez que ocupantes de cargos que deveriam se articular em prol dos indígenas, ao contrário, não asseguram os direitos coletivos desses povos, mas priorizam pautas de grupos específicos, que conflitam com os interesses e garantias dos indígenas, como é o caso do atual presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marcelo Xavier. Assim, a representatividade indígena no meio político é vital para que esse povo tenha voz em um país com representantes egoístas e ambiciosos. Mas, infelizmente, não é o que tem acontecido, uma vez que os cargos políticos ocupados por indígenas são limitados e, com a aproximação do pleito eleitoral de 2022, essa questão fica ainda mais evidente.

Atualmente, o número de indígenas ocupando cargos políticos é relativamente pequeno, considerando o tamanho da população indígena a ser representada, em suas

¹⁸⁴ Artigo escrito em agosto de 2022.

¹⁸⁵ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com.;

¹⁸⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

múltiplas pautas e particularidades da vastidão de povos de diferentes tribos e tradições. Segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), nas eleições de 2018, o número de candidatos que representavam o povo indígena foi 133. Em 2020, o total foi de 2.216¹⁸⁷. Em 2022, apenas duas candidaturas para governador são de indígenas, uma na Bahia, com Jerônimo Rodrigues (PT), e a outra pelo Amazonas, com Israel Tuyuka (PSOL)¹⁸⁸. Além disso, por mais que, com o passar do tempo, esse número de candidaturas aumente, não significa que os indígenas estão com uma base representativa suficiente, considerando que, ao observar o total de candidaturas, o número de candidatos indígenas presentes ainda é uma minúscula parcela dentre os que pleiteiam cargos políticos.

Ademais, o Brasil possui um governo com representantes que consideram apenas uma pequena parcela da população e seus interesses próprios. São muitos os exemplos atuais. O próprio presidente, que precisa zelar pela população brasileira como um todo, prefere excluir alguns grupos e, como imaginado, o povo indígena é um deles. Jair Bolsonaro, ainda como deputado federal, em discurso na Câmara dos Deputados, afirmou: “[...] realmente a Cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país”¹⁸⁹. Ou seja, uma fala que exhibe claramente a hostilidade e o ódio que destila aos povos originários.

Como já era de se imaginar, o número de indígenas assassinados cresceu durante o governo Bolsonaro¹⁹⁰. Assim, como os indígenas poderiam se sentir representados por um (anti)presidente que profere frases repletas de ódio contra seu povo? Em sua campanha presidencial, em 2018, Bolsonaro realizou diversas falas ameaçadoras à Funai, com promessas de não demarcar terras indígenas durante seu

¹⁸⁷<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/representacao-indigena-na-politica-fachin-defende-que-justica-eleitoral-realize-estudos-sobre-o-tema>

¹⁸⁸<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/15/saiba-quem-e-o-unico-indigena-que-disputara-um-governo-estadual-nas-eleicoes-2022>

¹⁸⁹<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/03/16/bolsonaro-ja-lamentou-que-o-brasil-nao-dizimou-os-indigenas.ghtml>

¹⁹⁰<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/durante-o-terceiro-ano-de-mandato-de-bolsonaro-176-indigenas-foram-assassinados-no-brasil>

mandato. Dito e feito. Ou melhor, ajudou no chamado “desmonte da Funai”, ao transformar um órgão voltado à defesa dos interesses dos indígenas, em palanque para seus interesses e de seus seguidores, uma vez que órgãos como a Funai passaram a ser regidos por princípios bolsonaristas, assumindo uma conduta claramente anti indigenista.

Dessa forma, a falta de representatividade indígena na política torna-se algo ainda mais grave quando órgãos como a Funai ficam impedidos de exercer suas funções de Estado por conta de interesses particulares de determinada camada privilegiada da sociedade. Atualmente, com o assassinato do indigenista Bruno Pereira, servidor de carreira da Funai, e do jornalista inglês, Dom Philips, no Vale do Javari, ficou ainda mais claro como existem pessoas dentro da organização que não se importam com os princípios básicos que regem (ou deveriam reger) a atuação da fundação. Quantos servidores não foram silenciados por atuarem de forma correta, em prol das causas indigenistas dentro de organizações como a Funai? Quantos não foram mortos por agir dignamente, sem seguir um grupo de pessoas que objetivam suas próprias vontades e interesses?

Como exemplo da problematização anterior, temos o caso em que a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) pediu ao MPF o afastamento do presidente da Funai, Marcelo Xavier, com a denúncia de que este estaria se furtando de seus deveres no cargo, com exemplificações das mortes de Bruno Pereira e Dom Philips, além de mudanças na Funai, com retirada de servidores experientes de funções estratégicas, que passaram a ser exercidas por pessoas sem experiência em áreas específicas, que resultam em consequências relacionadas a problemas na proteção e demarcação das áreas indígenas. A petição também incluiu ações do atual presidente Jair Bolsonaro, como a não declaração de terras indígenas ao longo de seu mandato e a transferência da demarcação de Terras Indígenas da Funai para o

Ministério da Agricultura¹⁹¹. Portanto, fica cada vez mais difícil para os indígenas obterem voz nesse país, e o aumento no número de representantes políticos indígenas precisa ser visto como um passo vital à garantia de seus direitos, principalmente quando estes são deixados de lado pelo governo em vigor.

Desse modo, representantes indígenas na política são essenciais para que esse povo possua força em uma sociedade que prefere não enxergar como essa parcela da população brasileira sofre de diversas formas, desde ataques e assassinatos até a diferença significativa no número de candidaturas e, sobretudo, a negação a sua existência, concreta e simbólica, quando apartados da terra. Sem contar que o caso fica ainda mais sério quando as ameaças a esse povo partem de altos cargos políticos, movendo ainda mais massas de ódio contra esse povo que cada vez mais assume um papel central na preservação ambiental, no contexto de crise climática na qual estamos mergulhados. Assim, é vital que haja um entendimento social e apaziguamento político na compreensão das necessidades dos povos originários e que lute pela garantia dos seus direitos, ocupando cargos de decisão dentro do governo, principalmente quando os que deveriam estar direcionados a esses objetivos já não traduzem os direitos e necessidades desse povo.

¹⁹¹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/apib-pede-o-afastamento-imedi-do-presidente-da-funai/>

BOLSONARO E SUAS AMEAÇAS À DEMOCRACIA BRASILEIRA¹⁹²

John Wesley P Dantas dos Santos¹⁹³

Águida Cristina Santos Almeida¹⁹⁴

O presidente Bolsonaro, um apologista da ditadura militar no Brasil, está cada vez mais hostil ao sistema democrático de freios e contrapesos, diz José Miguel Vivanco, diretor da Human Rights Watch¹⁹⁵. Não é de hoje que o atual presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro ataca a democracia e as instituições brasileiras, desde 2018 o presidente vem atacando o sistema eleitoral brasileiro, visto no mundo todo como exemplo.

Com a crescente preferência de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas eleitorais, principal concorrente do presidente nas eleições de 2022, o atual presidente não poupa esforços e continua afrontando o Supremo Tribunal Federal e, mesmo sem nenhuma evidência ou prova, Bolsonaro alega fraudes no sistema eleitoral brasileiro, o mesmo sistema que o elegeu nas eleições de 2018 e o elegeu e a seus filhos para mandatos no congresso. Inclusive, o presidente já ameaçou até mesmo reagir fora das quatro linhas da Constituição.

Um grupo de pesquisadores, professores, cientistas sociais e acadêmicos protocolaram uma denúncia contra o presidente à ONU (Organização das Nações Unidas), que contou com a assinatura de 85 integrantes do Observatório para Monitoramento dos Riscos Eleitorais do Brasil (Demos). No documento, os signatários indicam à ONU que, desde a eleição em 2018, Bolsonaro tem atacado sistematicamente o Judiciário, a imprensa, universidades, organizações sem fins lucrativos e movimentos sociais, o que impõe ameaça significativa à democracia no Brasil.

¹⁹² Artigo escrito em julho de 2022.

¹⁹³ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também).

¹⁹⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Disponível: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/15/bolsonaro-esta-ameacando-os-pilares-da-democracia-brasileira-afirma-human-rights-watch.ghtml>

Disponível: <https://www.jota.info/eleicoes/pesquisadores-e-academicos-denunciam-bolsonaro-a-onu-por-ataques-a-democracia-18052022>

Disponível: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/07/07/proposta-emenda-eua-cortar-apoio-brasil-interferencia-militar-eleicoes.htm>

O assunto é tão delicado que um grupo de parlamentares americanos propuseram uma emenda para barrar o envio de recursos da Defesa para o Brasil, caso os militares interfiram nas eleições deste ano. A referida emenda foi assinada por influentes parlamentares americanos, como Tom Malinowski, Albio Sires, Joaquim Castro, Susan Wild, Ilhan Omar e Hank Johnson.

É indubitável que o atual presidente brasileiro é um criminoso, e deve ser responsabilizado pelos seus crimes contra a democracia brasileira, visto que nunca antes um presidente chegou a ameaçar publicamente, de modo sistemático e persistente o sistema eleitoral, um dos pilares da democracia brasileira. É de suma importância que as instituições e entidades governamentais brasileiras desde já, tomem as medidas cabíveis e o responsabilize o quanto antes, pois de acordo com a Constituição brasileira os “ataques” de Bolsonaro se configuram como crime de responsabilidade.

**ENTENDENDO A DESIGUALDADE BRASILEIRA: QUAL RUMO DEVE
SER TOMADO PARA O SEU COMBATE?** ¹⁹⁶

*João Victor Silva Barros*¹⁹⁷

*Águida Cristina Santos Almeida*¹⁹⁸

Primeiramente, para que seja entendida as consequências que a desigualdade pode trazer para uma nação, é fundamental que haja a compreensão de sua causa, ou seja, o que levou o Brasil a ser desigual? Esse questionamento é interessante e triste, pois, traz consigo um contexto histórico longo, de escravidão, concentração de renda e má gestão governamental, entre outros fatores. Dito isso, estes podem ser considerados os principais causadores da desigualdade socioeconômica que atinge o país e que trazem consequências devastadoras nas áreas da educação, saúde, economia, segurança, etc.

Nesse sentido, é importante destacar que a desigualdade no Brasil é fruto também do racismo estrutural que perdura por séculos, e que até hoje, pretos e pardos sofrem com esse desequilíbrio socioeconômico no país. Além disso, tal fato demonstra as consequências dos mais de 300 anos de escravidão que marcaram a história do Brasil. Segundo dados do IBGE, em pesquisa publicada no final de 2019 (antes da pandemia do COVID-19), das 13,5 milhões de pessoas que viviam em Extrema pobreza, 75% eram pretos ou pardos, ou seja, mais de 10 milhões de pessoas, o que demonstra que esse grupo são os que mais sofrem no país. Não obstante, segundo a gerente de Programas e Incidência da Oxfam Brasil, Maitê Gauto, a relação entre fome e desigualdade é direta, uma vez que, "O impacto da crise é muito diferente entre brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres. A desigualdade no Brasil é construída a partir de estruturas muito profundas da sociedade brasileira"¹⁹⁹.

Ademais, outro fator que evidencia a desigualdade no Brasil é a concentração de renda, que, de acordo com o estudo lançado pelo IBGE, em 2021, o 1% mais rico do país ganhava uma renda

¹⁹⁶ Artigo escrito em agosto de 2022.

¹⁹⁷ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante e bolsista do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: barros.joaovictos@gmail.com;

¹⁹⁸ Professora e coordenadora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com;

¹⁹⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/fome-e-desemprego-no-brasil-tem-cor-apontam-pesquisas.shtml?origin=folha>

mensal, em média, 34,9 vezes mais que metade dos brasileiros com os menores rendimentos no ano de 2020. Além disso, segundo o referido estudo, o rendimento médio dos domicílios per capita dessa parcela mais rica foi cerca de 16 mil reais, enquanto a renda média dos mais pobres foi de apenas 453 reais, durante a pandemia²⁰⁰.

Não obstante, como já relatado anteriormente, a desigualdade está diretamente relacionada com a fome, ou seja, ela é uma das graves consequências que a desigualdade socioeconômica trás para qualquer sociedade. Dito isso, é de suma importância haja uma compreensão sobre o termo “Segurança alimentar”, termo este que surgiu após a Primeira Guerra Mundial, onde foi percebido que a superioridade dos países não dependia somente da força bélica, e sim também de garantir a alimentação de sua população. No Brasil, a segurança alimentar é direito de todo cidadão, segundo a Constituição Federal de 1988. Porém, atualmente, vemos no país o valor da cesta básica aumentar a cada dia, segundo pesquisa realizada pelo Dieese, em 2022, São Paulo está no topo da lista, onde a cesta custa R\$713,86. Além disso, de acordo com a pesquisa, o salário mínimo para a manutenção de uma família com quatro pessoas, em janeiro de 2022 deveria ser de R\$5.997,14, o que equivale a 4,95 vezes o valor do mínimo de R\$1.212,00²⁰¹, ou seja, o mínimo necessário para a sobrevivência de uma família não está sendo garantido.

Dito isso, é importante a busca pela construção e melhora de programas governamentais já existentes, como o Bolsa Família, que, além de ser um programa de transferência de renda para famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, ele possui condições que integram direitos sociais básicos, nas áreas de educação e saúde, como por exemplo a obrigatoriedade em manter o cartão de vacinação atualizado e a frequência escolar das crianças e adolescentes. Logo, este tipo de programa é algo que deve ser cada vez mais sustentado e melhorado, pois é algo que visa o melhor para o povo brasileiro, garantindo direitos básicos do cidadão.

Além disso, a política de cotas no Brasil deve ser cada vez mais reforçada, visto que, como dito anteriormente, os pardos e negros são a população que mais sofre em termos de pobreza e discriminação, ou seja, este grupo lida diariamente com a falta de direitos básicos, como educação, saúde, alimentação e segurança. Dessa forma, se faz necessário que o governo invista na educação pública e em políticas cada vez mais rigorosas contra o racismo estrutural, para que todos possam ter o acesso a oportunidade, não somente na educação, mas de ter uma melhor qualidade de vida no

²⁰⁰ <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>

²⁰¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-02/valor-da-cesta-basica-aumenta-em-16-das-17-capitais-diz-dieese>

futuro. Outrossim, como forma de diminuir a concentração de renda, o Brasil precisa equilibrar o seu sistema tributário, reduzindo a tributação sobre a produção e o consumo, que atinge diretamente as pessoas de baixa renda, e aumentando o peso da tributação sobre o patrimônio e a renda, principalmente do topo da pirâmide social. Assim também como criar cada vez mais empregos e um aumento justo no salário mínimo nacional, para que todas as pessoas tenham o mínimo para viver com dignidade. Logo, com estas e outras políticas que visam o desenvolvimento, o Brasil deve caminhar contra a desigualdade que atinge de forma mais dura uma parcela expressiva da população.

A COMPLEXIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA, PERANTE UMA TEMPESTUOSA CRISE POLÍTICA²⁰²

*Jean Lucas Borges de Carvalho*²⁰³

*Aguida Cristina Santos Almeida*²⁰⁴

As múltiplas crises sofridas pelo Brasil, desde 2015, a saber: política, institucional, social e econômica, cada vez mais colocando em xeque a frágil e jovem democracia brasileira, bem como os direitos sociais conquistados na constituição de 1988. Assim, compromete-se séculos e décadas de lutas de uma sociedade que almeja atender às demandas sociais e econômicas de forma mais igualitária, mais equitativa.

À medida que o país sofre as consequências cada vez mais hostis do neoliberalismo. Fortemente reintroduzindo desde 2015 na agenda de política econômica e nas contrarreformas que vem sendo aprovadas, assiste-se ao seguinte cenário econômico: ínfimos índices de crescimento econômico; depreciação da moeda nacional; aumento crescente da fome; piora na qualidade de vida e do emprego; agravamento dos desequilíbrios ambientais (num contexto de explosão das taxas de desmatamento da Floresta Amazônica).

O Brasil atual experimenta, um quadro de deterioração social, econômica e política, marcado por, três pontos principais: o primeiro, consiste na piora do cenário político-econômico, visto o atual descaso do (desgoverno) de Jair Bolsonaro, que não atingiu metas mínimas de desempenho econômico, inviabilizando uma retomada do crescimento econômico. O segundo consiste numa estratégia eleitoral de extrema direita, que vem agravando o quadro de violência política que se alastra pelo país. O terceiro ponto, seria o agravamento das crises política e institucional, que persiste, e vai tornando mais difícil a reconstrução das condições de uma retomada da economia.

No período severo da pandemia do covid-19 viu-se a classe empresarial criticando as medidas de isolamento social, alegando o impacto econômico dessa decisão, ao mesmo tempo que ignoravam sua importância à preservação da vida. Por o

²⁰² Artigo escrito em agosto de 2022.

²⁰³ Graduando em ciências econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), atualmente participante do Grupo de Acompanhamento e Análise de Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: jeanborges29@gmail.com

²⁰⁴ Docente adjunta da Unidade Acadêmica de Economia (UAEF) e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise de Conjuntura (GAACE). Como também revisora do artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

utro lado, não se viu a classe empresarial lamentar pelos inúmeros prejuízos sociais e econômicos oriundos da pandemia e agravados pela caótica gestão do governo.

Finalmente, aos donos do poder político e econômico responder e reagir urgentemente as questões socioeconômicas de ordem nacional, para que possamos ter um futuro promissor. Por meio de uma série de políticas públicas eficientes, possamos promover uma reparação digna a todas as questões brasileiras, abandonadas, em razão da persistência das classes dominantes num modelo estreito, falido e excludente, que mantém o Brasil numa posição periférica na economia-mundo.

Ou seja, segue a acomodação da classe dominante brasileira, que desde tempos remotos, responde e existe somente aos seus próprios interesses da que por esse motivo o sociólogo Jessé Souza batizou de elite do atraso insensível a questões de natureza muito mais ampla de que o povo a terra verde e amarela tanto necessita e são fundamentais no alcance de graus maiores de desenvolvimento socioeconômico.

A INEVITÁVEL FELICIDADE²⁰⁵

*Michel Whilliams da Silva Chaves*²⁰⁶

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁰⁷

Quando eu era professor no Ensino Médio, no dia da primeira aula do ano, em que era preciso explicar aos alunos o que é a filosofia, eu costumava citar a definição de Epicuro e depois este verso de Aragon: *Le temps d'apprendre à vivre il est déjà trop tard*. E eu lhes dizia: "É isso: filosofar serve para aprender a viver, se possível antes que seja tarde demais, antes que seja absolutamente tarde demais". Por fim acrescentava, com Epicuro, que nunca é "nem cedo demais nem tarde demais" para filosofar, já que nunca é nem cedo nem tarde demais para "assegurar a saúde da alma", em outras palavras para aprender a viver ou para ser feliz.

Já como estudante de Economia, quando me deparei com a escola utilitarista, o seu fundador Jeremy Bentham, percebi que o objetivo era/é de orientar as ações humanas no sentido da busca pela máxima felicidade. Essa ideia de "espalhar" a felicidade exerceu, e exerce ainda hoje, influências acerca da discussão ética na formação do pensamento social, econômico e político. A filosofia utilitarista influenciou e influencia nas mais diversas áreas do conhecimento – Direito, Administração e Economia. Independentemente de suas derivações, o lema utilitarista é, em todas as suas vertentes, que: "o moralmente correto é o que proporciona o maior bem (a maior felicidade, o maior prazer) para o maior número possível de pessoas" e adota como referência a totalidade, a soma, de uma quantidade ideal²⁰⁸.

A busca da felicidade no contexto da sociedade contemporânea leva ao enfretamento do problema da frustração. Bauman problematiza esta questão em diversos momentos de sua obra e afirma que o consumo não leva à certeza e saciedade. O bastante nunca bastará²⁰⁹. Lipovetsky, por exemplo, chama esse traço da sociedade contemporânea de "felicidade paradoxal", ou seja, ao mesmo tempo em que o consumo produz elementos de positividade para o comprador, ofertando um

²⁰⁵ Artigo escrito em setembro de 2022.

²⁰⁶ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET/Economia e integrante do GAACE.

²⁰⁷ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

²⁰⁸ THIRY-CHERQUES, H. R. A Economia moral da utilidade. RAP – Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p. 306, 2002.

²⁰⁹ BAUMAN, Z. Modernidad líquida. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: 2009a.

paraíso momentâneo, novos problemas se constroem como efeitos do modo de vida impresso pela dinâmica do consumo.

Quando se construiu as bases fundamentais lá em Bentham, e as atualizamos no contexto contemporâneo, encontramos as características principais em: todo mundo deseja sua felicidade (hedonismo psicológico); é desejável que todo mundo busque sua própria felicidade (hedonismo ético egoísta); é desejável que todo mundo busque a felicidade de todo o mundo, incluída a sua (hedonismo ético universal). Modelos, simplesmente modelos. O que boa parte do *mainstream* da economia utiliza é do método dedutivo que generaliza, absolutamente, tudo na mesma régua.

Quando Freud escreveu sobre a necessidade da introdução do princípio de realidade, em poucas palavras, afirmou que manter uma condição subjetiva de prazer sem desprazer trata-se de uma meta inalcançável. Pois, além do mundo externo que não permite a satisfação irrestrita, também é preciso considerar questões psíquicas, como o tempo curto da vivência de prazer e a necessidade do contraste, ou seja, de um estado de desprazer que anteceda o de prazer²¹⁰.

“Deduzindo” assim, o corredor que só deseja as passadas por vir, não as que ele dá, do militante que só deseja a vitória, não o combate, do amante que só deseja o orgasmo, não o amor, mas, se assim fosse, por que e como ele correria? Militarista? Faria amor? Todo ato necessita de uma causa próxima, eficiente e não final, e o desejo, como notava Aristóteles, é a única força motriz. É por isso que podemos ser felizes, é por isso que às vezes o somos: porque fazemos o que desejamos, porque desejamos o que fazemos.

É o que se chama de felicidade em ato, que outra coisa não é senão o próprio ato como felicidade: desejar o que temos, o que fazemos, o que é - o que não falta. Em outras palavras, gozar e regozijar-se. Mas essa felicidade em ato é ao mesmo tempo uma felicidade desesperada, pelo menos em certo sentido: é uma felicidade que não espera nada, geralmente uma inevitável felicidade.

²¹⁰ FREUD, Sigmund (2006c). Além do princípio de prazer. In: Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente (1915-1920). v. 2. Trad. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, p. 135.

A CIDADE SOMOS NÓS²¹¹

*Michel Whilliams da Silva Chaves*²¹²

*Águida Cristina Santos Almeida*²¹³

É notável que o direito à cidade tenha se transformado em uma reivindicação tão comum no Brasil, reunindo demandas de grupos sociais muito diversos. Trata-se de uma trajetória de apropriação de um conceito que se iniciou através do diálogo de intelectuais progressistas brasileiros com o trabalho de Henri Lefebvre (2001), tendo se difundido em diversas áreas do conhecimento e alcançado, recentemente, o campo jurídico.

Este conceito extravasou o ambiente acadêmico e passou a ocupar os espaços públicos, em razão da relação vantajosa existente entre professores e estudantes das universidades brasileiras com movimentos sociais. Atualmente, a expressão “Direito à Cidade” tem sido utilizada como guarda-chuva para reivindicações que incluem o direito à moradia, o respeito à população de rua, o direito ao transporte público de qualidade e à mobilidade, a defesa de espaços públicos, e o direito à liberdade de manifestação, consolidando-se como síntese de reivindicações por novas formas de construção e de vivência no espaço urbano.

Na década de 1980, como parte do processo de conquistas democráticas e em função do avanço da liberdade de organização social, sindical e política, constituiu-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)²¹⁴, formado por organizações não-governamentais, associações de moradores, movimentos sociais por moradia e associações profissionais. A agenda de reivindicações políticas desse período organizava-se sob a ideia de reforma urbana e tinha como centralidade o direito à moradia, que se relacionava com outros temas como transporte público e acesso ao trabalho.

O MNRU foi um ator protagonista da inclusão do capítulo sobre a Política Urbana na Constituição de 1988, que definiu a competência dos municípios (governo local) para aprovar o plano de desenvolvimento urbano e nele estabelecer os meios para realizar *as funções sociais da cidade*. Para isso, foi introduzida a possibilidade de o governo local obrigar o uso de imóveis ociosos

²¹¹ Artigo escrito em outubro de 2022.

²¹² Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET/Economia e integrante do GAACE.

²¹³ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

²¹⁴ Nos anos 1990, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana passou a se chamar Fórum Nacional de Reforma Urbana

e sancionar os proprietários pelo seu descumprimento. Ademais, foi acrescentada uma modalidade de usucapião por meio da qual, após 5 anos, a propriedade é adquirida pelo possuidor que utilizar um imóvel privado para fins de moradia.

A partir de 2003, em razão da vitória de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, foi criado o Ministério das Cidades, com o propósito de financiar e coordenar as políticas públicas relacionadas à produção habitacional, regularização fundiária, transporte, mobilidade e saneamento. A definição de prioridades ocorreu mediante um amplo processo de participação política, por meio das Conferências Nacionais das Cidades (realizadas em 2003, 2005, 2007 e 2010 e 2013), com etapas local, regional e nacional, e da atuação do Conselho Nacional das Cidades, composto por representantes governamentais, empresariais, sindicais, acadêmicos, de organizações não governamentais e de movimentos sociais (BRASIL, 2013).

Essa institucionalização significou a ampliação das ações do Governo Federal voltadas à implementação dos instrumentos jurídicos previstos no Estatuto da Cidade, por meio da revisão obrigatória dos Planos Diretores municipais. Os governos locais foram obrigados a adequarem as regras locais às normas federais, sob pena de deixarem de receber recursos federais. O processo de definição do zoneamento urbano passou a ser realizado com participação da sociedade civil, por meio de audiências públicas e de conselhos mistos.

Assim sendo, o que foi construído durante anos como novas reivindicações urbanas e o direito à cidade, os comitês populares da Copa, as jornadas de junho de 2013, Ocupe Estelita: *“A cidade é nossa. Ocupe-a!”* e os *“rolezinhos”* dos jovens de periferias nos shoppings, estão sendo postos a prova na contemporaneidade do Brasil. A perversa combinação: empobrecimento geral da população, política assistencialista com critérios e valores incertos, possibilidade de empréstimo no banco e projeto de lei que permite esses mesmos bancos a expropriarem o *“bem de família”* dão o tom da nova fase de acumulação primitiva brasileira.

Há uma proposta que infere um valor x sem colocá-lo na previsão orçamentária, libera um crédito consignado com taxa de juros acima da média do mercado e permite os bancos de tomarem o único imóvel de muitas famílias, fazendo a inscrição no *cadúnico*, algo parecido com investir na bolsa de valores. As periferias dos grandes centros têm como característica agrupar famílias pobres ou de classe média, mal remuneradas, em casas enormes, herdadas de anos e anos. Imóveis construídos pelos ascendentes, deixados para os pais e que mora metade da família. O empobrecimento atingiu essa população, que se tornou dependente do auxílio, considerando que já vem enfrentando dificuldades financeiras, até porque a taxa de formalidade no mercado de trabalho vem diminuindo. Os bancos estão de olho nesses móveis e terrenos. A cidade está em pleno processo de especulação. Haverá, ainda mais, um afastamento do centro da própria cidade por boa parte da

população mais pobre se, somente se, um segundo mandato, do atual presidente, existir nesses termos.

Um passo à unificação dessas lutas é a adoção do direito à cidade, como slogan e como ideal político, precisamente porque ele levanta a questão de quem comanda a relação entre a urbanização e o sistema econômico. O reconhecimento jurídico do direito à cidade nas últimas décadas criou bases para novas reivindicações e colaborou para o diálogo entre diferentes movimentos urbanos, possibilitando a formação de uma agenda comum de lutas por transformações sociais, dentre os quais se destacam as manifestações contra a privatização de espaços públicos e contra a gentrificação.

Essa agenda pode ter semelhança com mobilizações, em outras regiões do mundo. Nesse sentido, ganha relevo a instigante manifestação de David Harvey quando afirma que a democratização desse direito e a construção de um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade são imperativas para que os despossuídos possam retomar o controle que por tanto tempo lhes foi negado, permitindo a instituição de novas formas de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; do contrário, não será nada.

DESMONTE DAS POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS DO GOVERNO FEDERAL²¹⁵

Rudson Vitor Fidelis de Lima²¹⁶

Águida Cristina Santos Almeida²¹⁷

O desmonte das políticas assistenciais do governo federal, sem dúvidas é algo de extrema importância a ser debatido. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) brasileiro passa por um amplo processo de desmonte muito complexo e perigoso. Conforme estabelece a Constituição de 1988 e reivindicada em movimentos sociais na década de 1980, a Assistência Social é um dos tripés da Seguridade Social, ao lado da Saúde Pública e da Previdência. Porém, o que vem acontecendo é contrário ao definido pela Constituição, com crescentes cortes orçamentários da Política de Assistência Social para a população de baixa renda, em todos os níveis, principalmente nos momentos em que há mais necessidade destes auxílios e benefícios sociais, como por exemplo no período pós-pandemia, com o rápido avanço da fome, queda da renda, elevados níveis de desemprego, desalento, subemprego e informalidade no mercado de trabalho. lembrando que a política de assistência social é uma política pública de Seguridade Social, não contributiva, com o objetivo de promover os mínimos sociais.

Não há dúvidas que o período de pandemia deixou grandes marcas negativas na sociedade, e por mais que o período mais grave tenha passado, as consequências ainda continuam para aqueles que mais necessitam. É comprovado que o desenvolvimento da Política de Assistência Social influenciou em grandes transformações no campo social, reduzindo a pobreza, reduzindo a mortalidade infantil, o combate à fome, a melhora nos índices de escolaridade, a ampliação do acesso à água, etc. Atentar à responsabilidade pública pela Assistência Social em uma sociedade desigual é um princípio fundamental para construir um pacto de civilização centrado na ética e solidariedade entre a sociedade. Por seu turno, as ações do atual governo vão na contramão das observações anteriores, considerando os seguintes exemplos em termos de decisões: extinção do Ministério da

²¹⁵ Artigo escrito em agosto de 2022.

²¹⁶ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: rudsonfidelis13@gmail.com;

²¹⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Previdência; realocação da receita da previdência para o Ministério da Fazenda; alocação das agências do INSS na estrutura do MDS; desmonte na lógica da seguridade social, alterando regras no acesso aos benefícios; desmonte do órgão gestor da Assistência Social; desmonte do programa Bolsa Família; desmonte do BPC; desmonte da Rede Pública de Atendimento da Assistência Social. Tudo isso faz com que a denúncia desses desmontes se torne uma tarefa urgente de todos aqueles que reconhecem os direitos sociais como conquistas dos antepassados povos brasileiros e ligue o alerta contra essa forma avassaladora, que vem transcorrendo desde o governo interino do vice-presidente Michel Temer e que se agravou na gestão Bolsonaro-Guedes, com o propósito de eliminar qualquer marca dos governos Lula-Dilma, no tocante ao processo de inclusão social que vinha em curso.

GOVERNO VERSUS PAUTA AMBIENTAL²¹⁸

Karla Vitória de Queiroz²¹⁹

Águida Cristina Santos Almeida²²⁰

Desde os anos 1980, pelo menos, a questão ambiental é tratada como um problema a ser resolvido. Para as crianças, os livros e gibis mostram como o desmatamento possui um impacto ambiental, com consequências terríveis, resultando num futuro catastrófico que não é mais visto de modo tão longínquo, como já foi outrora enxergado. Não obstante, a temática ambiental é abordada pela extrema direita, de forma negacionista, como acontece nos governos Trump e Bolsonaro. Levando isso em conta, é vital considerar o Congresso eleito no último pleito eleitoral brasileiro, e como isso pode afetar a gestão ambiental, uma vez que as políticas ambientais poderão ficar ainda mais obstruídas, caso prevaleça parlamentares negacionistas no parlamento.

Desde que assumiu a presidência em 2019, o governo Bolsonaro tem se mostrado não adepto às questões ambientais, uma vez que seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, colocou-se na defesa da expansão agropecuária sem as devidas regulamentações, utilizando a pandemia do covid-19 como distração, realizando totalmente o contrário do que o seu cargo como Ministro subentende. Foi com a famosa frase “passar a boiada” que o ex-ministro do Meio Ambiente deixou claro suas intenções de desmontar a regulamentação ambiental e o aparato institucional que rege a gestão ambiental. Lamentavelmente, apesar da gestão nefasta no ministério do Meio Ambiente, Ricardo Salles foi eleito deputado federal em São Paulo, pelo PL, sendo o quarto mais votado²²¹.

Além disso, o Congresso eleito em 2022 é majoritariamente composto por deputados da direita, inviabilizando ainda mais a proteção ambiental, considerando que o atual presidente não demonstra ou age de forma que mostre sua preocupação e conscientização sobre o tema. Com o pleito eleitoral de 2022, oito nomes relacionados ao garimpo foram eleitos para o Congresso, segundo a Folha de São Paulo. Os oito eleitos, direta ou indiretamente, são sócios de empresas do ramo ou que estão

²¹⁸Artigo escrito em outubro de 2022.

²¹⁹Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com.;

²²⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²²¹<https://www.estadao.com.br/politica/saiba-como-pensa-ricardo-salles-quarto-deputado-federal-mais-votado-de-sp/>

fortemente relacionados à área. Seis deputados federais, dentre oito relacionados à mineração, foram reeleitos em 2022. Entre eles está José Medeiros (PL-MT), vice-líder do governo atual e criador de um projeto de lei que aprova a mineração em locais de proteção ambiental. Além disso, é conhecido por professar falas contra o Ibama²²².

Assim, fica evidente como a pauta ambiental, no âmbito do Legislativo, ficará ainda mais encurralada dada a eleição de parlamentares que apoiam fielmente o desmonte das políticas ambientais. É importante lembrar que o lobby da mineração é um dos maiores dentro do Palácio do Planalto, sendo que ganhou força com o atual governo, lembrando do episódio em que o projeto de lei para avançar atividades de mineração em territórios indígenas foi pautado no Congresso.

Os últimos anos vêm sendo marcados pelos desastres naturais, em vários países e regiões do mundo. No Brasil, chuvas devastam moradias e pessoas, o desmatamento destrói biomas, queimadas assolam quilômetros de vegetação e animais entram em extinção. É explícito como o planeta vem reagindo às consequências da ação humana desenfreada sobre a natureza, com a legitimidade de quem atualmente está no poder. As justificativas dadas por esses são as mesmas há anos. Cientistas estudam prazos para o desgaste total do planeta, sendo que este já começou. O prazo esgotou-se, mas isso não parece ser problema para a política.

De acordo com dados do Inpe, desde 2010, apenas três setembros obtiveram mais de 30 mil queimadas: em 2017, 2020 e 2022, estando os dois últimos no governo Bolsonaro. O registrado atualmente já é 120% maior que em 2021²²³. Mais uma prova de como a situação vem piorando.

A agropecuária é um dos principais causadores do desmatamento. Segundo o Mapbiomas, desde 1985, a Caatinga acumulou perda de 160 mil hectares, sendo a agropecuária seu principal motivo, ganhando 6,7% desse território²²⁴. Como já citado anteriormente, Ricardo Salles, por mais que atuasse no cargo de Ministro do Meio Ambiente, apoiava o avanço da atividade agropecuária em áreas que não estariam dentro da regulamentação ambiental. O presidente, mesmo após essas falas proferidas pelo eleito deputado federal em São Paulo, continuou apoiando o ex-ministro em seu cargo.

Muitos escândalos relacionados ao anti-ambientalismo de Bolsonaro já ocorreram. Ou seja, o posicionamento negacionista da extrema direita às questões ambientais, não é novidade. Governos como o de Trump e o de Bolsonaro são negacionistas ao fechar os olhos para uma questão que deveria ser cada vez mais discutida, uma vez que os desastres ambientais só aumentam. O presidente

²²²<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/congresso-tera-ao-menos-oito-empresarios-ou-articuladores-do-garimpo-e-da-mineracao.shtml>

²²³<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/09/amazonia-tem-setembro-com-maior-numero-de-queimadas-desde-2010.shtml>

²²⁴<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/caatinga-perdeu-160-mil-hectares-de-superficie-em-37-anos-aponta-mapbiomas/>

Bolsonaro criticou dados apresentados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), alegando que fariam mal ao Brasil e que não estavam de acordo com a verdade, apenas sujando a imagem do Brasil no exterior. Governos assim agem como se a pauta ambiental não fosse um dos deveres do governo, derrubando políticas ambientais e operando discursos repletos de mentiras sobre a conservação ambiental e os dados de destruição ambiental.

Dessa forma, como viver em um país no qual o próprio governo contribui à aceleração da destruição ambiental, avançando sobre as terras indígenas ou em áreas de reserva ambiental? Alguém que sequer pensa nas consequências da devastação ambiental, criticando a própria Ciência e seus consensos, ao mesmo tempo em que ocupa o cargo de chefe do Executivo do país. Ademais, levando em consideração o fato de que muitos dos eleitos em 2022 para o Congresso estão de acordo com essas ideias, a única coisa que se pode pensar é sobre a dificuldade ainda maior que será promover políticas ambientais à conservação de um dos maiores bens da humanidade: sua própria casa, sobretudo se o presidente Bolsonaro for reeleito.

O resultado da eleição para Presidente é que pode restabelecer as políticas ambientais e contrabalançar o perfil do Congresso, considerando os discursos do candidato Lula no tocante à pauta ambiental e a intenção de colocar essa questão no centro das ações de seu governo, caso venha a ser eleito.

O SETOR AUTOMOBILÍSTICO E A CRISE DOS CHIPS²²⁵

*Charles Lucio Bezerra da Silva*²²⁶

*Águida Cristina Santos Almeida*²²⁷

O setor automotivo é um dos mais importantes da indústria brasileira, com relações setoriais que impactam diversos outros setores. As contribuições desse setor vão além da participação industrial e no comércio internacional, dado que o setor automotivo também engloba a manutenção dos carros já produzidos, além do amplo comércio de carros usados, que faz parte da dinâmica da economia. Em paralelo com as vendas e a manutenção, também existe o mercado de serviços, como seguros e alugueis, assim como os insumos consumidos, tipo os combustíveis e acessórios²²⁸.

Com a chegada da pandemia de covid-19, em março de 2020, o mercado não esperaria uma súbita crise na produção de veículos que se estenderia para além das indústrias. No ano de 2021, o setor se deparou com a escassez de peças e componentes utilizados na produção de carros, com uma quebra na cadeia de suprimentos que impactou nos preços, tanto de carros novos, quanto nos preços de carros usados. A explicação é que a escassez de semicondutores em escala global, devido aos acontecimentos oriundos da gestão da pandemia, afetou a produção de automóveis e, conseqüentemente, levou ao aumento de preços dos veículos disponíveis para venda no mercado.

Isso porque, de acordo com o professor da FGV, Antônio Jorge Martins, essa falta de chips e outros componentes eletrônicos ocorreu em meio à necessidade de transformação digital das empresas, enquanto o mundo lidava com o isolamento social em todo o planeta²²⁹.

Outro detalhe importante é a capacidade ociosa da indústria, levando em conta que o setor dispõe de uma capacidade de produção em torno de 5 milhões de veículos, mas está conseguindo

²²⁵ Artigo escrito em outubro de 2022.

²²⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

²²⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²²⁸ Disponível em: <https://www.tecfil.com.br/conheca-mais-sobre-o-setor-automotivo/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Anfavea,um%20s%C3%ADmbolo%20do%20setor%20automotivo.>

²²⁹ Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/gastar-bem/noticia/2022/01/23/vale-a-pena-comprar-um-carro-em-2022-veja-se-vai-ser-um-bom-ano-ou-se-e-melhor-esperar.ghtml>

produzir apenas 2 milhões, resultando numa pressão à subida do preço do carro, dada a estrutura de mercado oligopólica que conforma o setor²³⁰. Estamos em 2022, e o mercado segue enfrentando problemas relacionados à cadeia de suprimentos. Em entrevista concedida a um portal de notícias americano, o CEO da Intel Pat Gelsinger afirmou que a crise dos chips poderá durar até 2024²³¹.

Diante disso, é importante repensar o processo de integração produtiva, promovendo um processo de reindustrialização das economias nacionais, que promova uma descentralização da produção industrial em um número pequeno de países. Além disso, os governos podem ampliar a rede de transporte público, com vistas à promoção da mobilidade urbana, sem a necessidade da posse de carro próprio pelas famílias.

²³⁰ Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/gastar-bem/noticia/2022/01/23/vale-a-pena-comprar-um-carro-em-2022-veja-se-vai-ser-um-bom-ano-ou-se-e-melhor-esperar.ghtml>

²³¹ Disponível em: <https://canaltech.com.br/hardware/crise-dos-chips-podera-durar-ate-2024-afirma-ceo-da-intel-215268/>

CREDITOCRACIA²³²

*Lucas Diego Souza Ramos*²³³

*Águida Cristina Santos Almeida*²³⁴

A Creditocracia²³⁵ é um termo criado para narrar a construção de uma sociedade baseada no sistema de crédito e endividamento da população como forma de coerção social para a manutenção de um sistema econômico de acumulação de capital, através do sistema de empréstimos e consignados. Tal sistema reflete a amplidão atingida pelo sistema capitalista financeiro, que face a uma conjuntura social desfavorável tem causado endividamento massivo da população trabalhadora, que precisa se endividar para atender as necessidades básicas! Essa trágica condição é o que produz a *Creditocracia*, segundo Andrew Ross, criador do termo²³⁶.

Segundo Ross: "Para os trabalhadores pobres, esse tipo de endividamento compulsório é muito comum e sobreviveu há séculos. Sob feudalismo, contratação ou escravidão"²³⁷. Sendo a construção da subjetividade coletiva por meio da moralidade das relações de culpa, de punição e de compensação, moldaram a organização social para uma divisão entre credores e devedores²³⁸. Assim, Ross aponta: "A moralidade só funciona em uma direção. [...] Os ricos fazem empréstimos para ganhar mais dinheiro. O resto de nós toma empréstimos para sobreviver."

Além disso, o comportamento adotado pela Creditocracia é resultado do comportamento dos governos que preferirem sanar os interesses de credores estrangeiros do que proteger seus próprios cidadãos de ataques especulativos e de armadilhas financeiras feitas por bancos. Tais países apresentariam democracias falidas, pois apesar do nome e da pretensa sentença de "liberdade" do capitalismo, os governos procuram escapar de seu dever social de proteção social.

²³² Artigo escrito em outubro de 2022.

²³³ O presente artigo de opinião foi elaborado no âmbito da disciplina Análise de Conjuntura Econômica, como requisito avaliativo da referida disciplina. E-mail: lucramos53@outlook.com;

²³⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, ministrante da disciplina de Análise de Conjuntura Econômica e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²³⁵ É um termo criado por Andrew Ross, sociólogo e professor da Universidade de Nova York (UNY).

²³⁶ Autor de: *Creditocracy And the Case for Debt Refusal*;

²³⁷ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/10/26/creditocracia-como-endividamento-em-massa-corroi-democracia-e-cria-servidao-segundo-pesquisador.htm>

²³⁸ Derivado do pensamento do filósofo Friedrich Nietzsche, em *Genealogia da Moral* (1887/1998)

A situação atual do Brasil reflete a situação de um país periférico na América Latina, cujas influências do neoliberalismo, traduzidas pelas políticas de austeridade fiscal, refletem as posições para um “medo terrível” de que o Brasil não vá pagar suas dívidas. Embora, em 2016 a relação da dívida pública tenha chegado a 60% do PIB, enquanto países como Japão e EUA, que possuem dívidas públicas de mais que o dobro do próprio PIB, ainda assim estão longe de fazerem políticas de austeridade fiscal, com o objetivo de pagar os juros da dívida, em detrimento do investimento produtivo.

Segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), o nível de endividamento da população brasileira atingiu o maior patamar já registrado na pesquisa, realizada há 8 anos. A situação atual revela que quase 40% dos brasileiros, que representa 64,25 milhões de pessoas, estava com o nome sujo em setembro²³⁹. Com dívidas em média atingindo R\$ 3,6 mil, com expectativa de se levar cerca de 10 meses para limpar o nome.

A explicação para o alarmante aumento do endividamento é atribuído ao aumento das taxas de juros, somado ao longo período de inflação de custos, que recaem sobre os preços das mercadorias, principalmente alimentos. Segundo pesquisadores, como Graciela Rodríguez, coordenadora do Equit, sobre a mudança na natureza das dívidas: “Antes, os brasileiros se endividavam para comprar carro e casa, mas, atualmente, fazem dívidas para conseguir comer e pagar as contas”²⁴⁰.

A percepção desse problema é tratada pelos candidatos à presidência agora em 2022, como oportunidade de campanha - pelo presidente Lula – ou como problemática para o governo Bolsonaro, quando no dia 18 de outubro, “o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu que a Caixa Econômica suspendesse a concessão do crédito com o auxílio Brasil, a fim de impedir sua utilização com fim “meramente eleitoral”, segundo o subprocurador Lucas Furtado”²⁴¹. Segundo Lucas Furtado, a liberação de crédito e a utilização de programas de redistribuição de renda, como o Auxílio Brasil, de forma eleitoreira²⁴², tem servido para a maioria dos beneficiados usar como forma de pagamento de dívidas atrasadas.

²³⁹ <https://www.cartacapital.com.br/economia/com-divida-media-de-r-36-mil-negativados-levam-cerca-de-10-meses-para-limpar-o-nome/>

²⁴⁰ <https://www.cartacapital.com.br/economia/divida-para-comer/>

²⁴¹ <https://www.cartacapital.com.br/economia/com-divida-media-de-r-36-mil-negativados-levam-cerca-de-10-meses-para-limpar-o-nome/>

²⁴² Percebido como forma de disfarçar as consequências da conjuntura econômica e política, enquanto “dá uma falsa sensação de alívio para as famílias”

O CENÁRIO DA CHINA NA REELEIÇÃO DE XI JINPING²⁴³

*Cíntia Riquele Bezerra Silva*²⁴⁴

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁴⁵

O país tornou-se um dos principais alvos de calúnias ao longo dos anos, sofrendo com a ampla divulgação de variadas campanhas de desinformação ao redor do mundo. A China em sua particularidade está inserida dentro de uma lógica por vezes incompreendida pelo olhar do Ocidente. Não esqueçamos que quando falamos da China, estamos nos referimos a um Estado milenar e se compararmos ao ocidente, esse não passa de um bebê aprendendo a engatinhar. Não obstante, as controvérsias sobre o regime social e o padrão de desenvolvimento econômico na China têm ganhado crescente espaço na literatura contemporânea.

Para o Partido Comunista, se o Estado de Direito prosperar, o país prosperará. Se declinar, o país mergulhará no caos. Isso significa muito para entendermos o papel que o Estado contempla na economia chinesa, dado que na China o Estado não é controlado pelo mercado, mas o mercado é controlado pelo Estado. Para Nogueira (2022), o Estado na China planeja, regula, estabiliza, investe, empreende, provê e vigia. Além disso, cabe destacar, que o exercício do poder pelo Estado ocorre pela atuação do Partido Comunista Chinês (PCCh).

Em 2012, Xi Jinping tornou-se secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCCh) no 18º Congresso Nacional, e foi eleito presidente da República Popular da China em março de 2013. A partir daí, o país passou por mudanças significativas, mantendo a dinâmica das reformas institucionais iniciadas a partir de 1978. Na fase mais recente, mais precisamente, em outubro de 2022, Xi Jinping garantiu seu terceiro mandato consecutivo como presidente, tendo sido a decisão confirmada por cerca de 2.400 delegados presentes no 20º Congresso do PCCh (a reunião mais importante dentro do ciclo de cinco anos do PCCh).

²⁴³ Artigo escrito no mês de outubro de 2022.

²⁴⁴ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: cintia.riquele@estudante.ufcg.edu.br.

²⁴⁵ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Segundo os dados da Revista Fórum²⁴⁶, o PIB da China cresceu de 58,8 trilhões de yuans em 2013 para 114,37 trilhões de yuans em 2021, expandindo-se a uma taxa de 6,6% ao ano durante o mesmo período. De acordo com o Nexo Jornal²⁴⁷, o Produto Interno Bruto (PIB), da China cresceu 3,9% no terceiro trimestre do corrente ano, na comparação com o mesmo período de 2021, segundo os dados oficiais divulgados pelo governo chinês no dia 24 de outubro, ficando abaixo da meta anual de 5,5% pré-estabelecida pelo governo chinês, e a menor taxa em três décadas.

Em relação ao Brasil, para Luis Nassif²⁴⁸, a China é a maior compradora de produtos brasileiros, sendo a primeira em 3 dos 10 produtos mais vendidos, a segunda em 1 e a quinta em 1. Nos 12 meses encerrados em setembro, embora responda por 36,9% das exportações brasileiras – com um aumento de 2,1% na participação –, em termos nominais houve uma queda das exportações brasileiras em 3,8% para a China – passando de US\$ 172 bilhões para US\$ 165 bilhões.

A principal causa foi a redução de 36,1% nas vendas de minério de ferro, em função da crise imobiliária que assola a China. Na outra ponta, as importações brasileiras da China continuam explodindo. No acumulado de 12 meses até setembro aumentaram 32,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, puxadas especialmente pelos produtos químicos básicos (+83,8%), componentes eletrônicos e placas (+83,4%) e fertilizantes (+85%).

A Folha de São Paulo²⁴⁹ indica que a produção industrial impulsionou o crescimento da China nos dois primeiros anos da pandemia, e aumentou 6,3% em setembro. Esse aumento pode ser explicado pela indústria manufatureira do país ao se recuperar de interrupções e bloqueios na cadeia de suprimentos. Além disso, o jornal apresenta a fala de Julian Evans-Pritchard, principal economista da Capital Economics para a China, que afirmou: "Não há perspectiva de a China suspender sua política de Covid zero no futuro próximo, e não esperamos um relaxamento significativo antes de 2024. Portanto, as disrupções recorrentes do vírus continuarão a pesar na atividade presencial, e outros bloqueios em larga escala não podem ser descartados".

²⁴⁶ <https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2022/10/31/caminho-da-china-para-modernizacao-socialista-125805.html>

²⁴⁷ <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/10/24/PIB-da-China-tem-alta-de-39-no-3%C2%BA-trimestre-em-rela%C3%A7%C3%A3o-a-2021>

²⁴⁸ <https://jornalggn.com.br/economia/crise-imobiliaria-derruba-exportacoes-para-a-china-por-luis-nassif/>

²⁴⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/pib-da-china-supera-expectativas-e-cresce-39-no-terceiro-trimestre.shtml>

BRASIL VOLTA AO PALCO MUNDIAL COM LULA²⁵⁰

Lucas Diego Souza Ramos²⁵¹

Águida Cristina Santos Almeida²⁵²

Desde o governo de Jair Bolsonaro em 2018, o Brasil passou a ser evitado em reuniões de grupos de países a ponto de não participar da reunião do G20 em 2021²⁵³ e em 2022²⁵⁴. Essa última reunião do G20, em 2022, é mais significativa, pois foi realizada logo depois da eleição presidencial de 2022, com a vitória de Lula, e com o mundo dando sinal de receptividade ao próximo governo.

Para o economista Luiz Carlos Delorme Prado²⁵⁵, tanto na reunião do G20, quanto na COP 27, apresenta-se para o mundo a expectativa de o Brasil ser alçado ao protagonismo na luta pela defesa do meio-ambiente, dados os efeitos da crise climática que levaram a diversos eventos ambientais em todo o mundo, assim como o aumento do desmatamento da Amazônia nos últimos anos é visto como um problema em nível global. Além disso, o mundo espera do Brasil a retomada de negociações de blocos comerciais encabeçadas pelo Brasil.

Na reunião do G20 de 2022, Biden anunciou uma iniciativa de investimento em infraestrutura em Honduras, Índia e Brasil, sendo para este último uma previsão de investimentos de cerca de US\$ 30 milhões, para o desenvolvimento em minerais como cobalto e níquel à fabricação principalmente de motores elétricos e energias renováveis²⁵⁶. Em essência, a intenção de investimentos no Brasil é uma estratégia geopolítica do G7 para exercer rivalidade contra o plano de investimento mundial da China com o projeto da Nova Rota da Seda.

O presidente Lula na reunião do COP 27²⁵⁷, discursou para o mundo o seu plano de governo para o próximo mandato, com temas diversos, que englobou o combate à fome no país (Fome Zero),

²⁵⁰ Artigo escrito em outubro de 2022.

²⁵¹ O presente artigo de opinião foi elaborado no âmbito da disciplina Análise de Conjuntura Econômica, como requisito avaliativo da referida disciplina. E-mail: lucrados53@outlook.com;

²⁵² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, ministrante da disciplina de Análise de Conjuntura Econômica e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁵³ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/05/21/bolsonaro-e-um-dos-poucos-lideres-a-faltar-a-cupula-do-g-20-sobre-pandemia.htm>

²⁵⁴ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/12/parias-bolsonaro-e-putin-ficam-de-fora-da-cupula-do-g20.htm>

²⁵⁵ Conversas sobre o Mundo Contemporâneo nº57: A volta do Brasil e de Lula ao Cenário Mundial, no Canal IE – UFRJ. Disponível no Youtube em: https://www.youtube.com/watch?v=6WEm5MdOt0g&ab_channel=CanalIE

²⁵⁶ <https://www.dw.com/pt-br/no-g20-biden-anuncia-investimentos-em-infraestrutura-no-brasil/a-63763015>

²⁵⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/16/integra-discurso-lula-cop27.htm>

combate à desigualdade social (Bolsa Família), retomada do programa de combate ao desmatamento na Amazônia, reavendo os acordos do Fundo Amazônia (dado que na COP-15 em Copenhague, vários países se voluntariaram para arcar com custos de conservação da mata e prevenir a segurança dos povos originários dessa região). Em seu discurso, Lula não deixou de alfinetar a necessidade de mais países participarem do conselho de segurança da ONU. Assim, como a retomada de negociações comerciais com o mundo, visando principalmente a ampliação da integração entre os países que conformam os BRICS e o Mercosul, e as negociações com a União Europeia.

PERDA DA PARTICIPAÇÃO INDUSTRIAL NA ECONOMIA BRASILEIRA²⁵⁸

*Nícolas de Macêdo Alves²⁵⁹
Águida Cristina Santos Almeida²⁶⁰*

A maioria dos países que compõem o centro do capitalismo mundial possui em comum um setor manufatureiro sólido e inovativo, composto por grandes empresas que dominam a oferta de bens e serviços com maior densidade tecnológica. Estes países demandam matérias primas dos países emergentes e incorporam progresso técnico capazes de transformá-las em manufaturas com alto grau de conteúdo tecnológico. É nessa abordagem que se discute o conceito de desenvolvimento econômico, que basicamente se traduz em alterar a estrutura produtiva de uma economia por meio do progresso técnico e nos investimentos em atividades que geram rendimentos crescentes, enquanto também repercute no aprimoramento dos padrões qualitativos de vida relacionados ao bem-estar, índice de desenvolvimento humano (IDH), índice de Gini, taxa de natalidade/mortalidade, entre outros indicadores sociais relevantes.

Uma das formas de medir o grau de complexidade/desenvolvimento de uma determinada economia é o indicador ECI (Índice de complexidade econômica). Este indicador busca mensurar o grau de conhecimento acumulado expresso nas atividades econômicas nacionais. O indicador é originado a partir de equações calculadas com base no grau de diversidade e ubiquidade. Parte da premissa que países desenvolvidos são aqueles que possuem diversidade na pauta exportadora, e que produzem bens não ubíquos. Desta forma, surge a pergunta: Como o Brasil vem se posicionado na pauta de sofisticação produtiva?

O último dado divulgado pelo Atlas da Complexidade ranqueou o Brasil na 53ª posição em 2019, registrando um ECI de 0,102, lembrando que o Brasil em 2000, assumia a 26ª posição, e em meados da década de 1980 o setor industrial era responsável por quase a metade do PIB.

²⁵⁸ Artigo escrito em novembro de 2022

²⁵⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: alvesnicolas660@gmail.com

²⁶⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

Ou seja, vê-se uma piora da estrutura produtiva do Brasil, e este péssimo desempenho se deve ao fato de que a partir da virada do milênio, o crescimento chinês alterou a dinâmica econômica global, a demanda chinesa por commodities fez com que vários países, principalmente da América Latina, dessem um enfoque maior à exportação de recursos naturais, fazendo com que os empresários brasileiros se especializassem na produção de commodities, bens agrícolas, serviços não sofisticados e edifícios.

Este boom das commodities no território brasileiro ocasionou uma apreciação cambial, que resultou num estrangulamento no setor manufatureiro, que depende de um câmbio competitivo para o acesso à demanda externa. Quando eclodiu a crise brasileira em 2015 e 2016, deteriorou ainda mais a situação das empresas manufatureiras brasileiras. A escassez do crédito e colapso da demanda interna, afetaram veementemente a produção automobilística, de eletrodomésticos, bens de consumo, material de construção, entre outros bens manufatureiros.

Além disso, ao longo dos últimos 20 anos, a falta de uma política industrial sólida gerou crescimentos econômicos cíclicos, alavancados pelos preços internacionais de commodities e de serviços de baixa qualidade. Afinal de contas, faz parte da retórica neoliberal não fazer política industrial, e nos governos de FHC, Michel Temer e Bolsonaro a aposta na agenda neoliberal ocorreu de modo quase indiscriminado.

Desta forma, a falta de políticas industriais sólidas, visando desenvolver empresas manufatureiras nacionais é um fato que compromete o desenvolvimento econômico brasileiro. Além da escassez de estímulos no âmbito industrial, o Brasil também carece de uma demanda interna que impulse o mercado doméstico, e isto se dá via estímulos fiscais e monetários por parte do Governo e por bancos de fomento. Os dados do setor secundário mostraram que, no terceiro trimestre do ano de 2022, a indústria fechou com percentual negativo de -0,7% em relação ao segundo trimestre do mesmo ano. No acumulado de 12 meses a queda é de -2,3%, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Estudos mostraram também que, se o setor manufatureiro brasileiro crescer 2% ao ano, demoraria-se 10 anos para alcançar a produção industrial de 2014, isto agregado ao atraso tecnológico em relação aos países no centro do capitalismo mundial, torna a necessidade de políticas industriais ainda mais necessário. Do contrário, o abismo tecnológico que separa o Brasil dos países desenvolvidos seguirá se ampliando, perpetuando a condição de país periférico e subdesenvolvido, que marca a história do Brasil, desde a sua inserção no sistema-mundo.

E COMO FICAM AS MULHERES?²⁶¹

*Cíntia Riquele Bezerra Silva*²⁶²

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁶³

Em uma sociedade imersa e estruturada na divisão social do trabalho, há dois pilares: o da separação e o da hierarquização. A separação “determina” o trabalho da mulher e o trabalho do homem. Já a ideia de hierarquização, sustenta-se na separação dos trabalhos produtivo (maior valor) e o reprodutivo (menor valor). Desse modo, a divisão social do trabalho cria uma lógica de que o trabalho produtivo não é um “local de direito” da mulher. Não é por acaso que o surgimento da participação das mulheres na esfera produtiva é consequência de uma demanda conjuntural, com a necessidade de complementação de renda familiar por período descontinuado de tempo. Conseqüentemente, a participação das mulheres na esfera produtiva ocorre de modo circunstancial, logo elas não “precisam” dos mesmos direitos que os homens.

É necessário entender como essa dinâmica faz parte de uma manutenção do “papel da mulher” e como alimenta a cartilha de políticas da direita. Uma das frases mais famosas de Simone de Beauvoir ressalta que “basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Apesar de ter sido proferida no século passado, ela não poderia estar mais atual. Nos últimos anos vivemos sob a pressão constante de que o governo estava disposto a fazer qualquer coisa para conseguir atingir seus objetivos. A falta de governabilidade, desrespeito às instituições, os casos de corrupção, decretos de sigilos entre tantas outras coisas, foram marcas do governo Bolsonaro.

No Brasil a participação das mulheres nas atividades econômicas, começa a se intensificar nos anos 1970/1980, em um período de altas taxas de crescimento da economia e de migração rural-urbana, e quando aumentavam sensivelmente os empregos industriais e também a oferta de empregos

²⁶¹ Artigo escrito no mês de novembro de 2022.

²⁶² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: cintia.riquele@estudante.ufcg.edu.br.

²⁶³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

ligados aos serviços nas grandes cidades. O ambiente de crescimento econômico e geração de empregos favoreceu a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Apesar de existir um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço formal, quanto no informal do mercado de trabalho, essa inserção ocorreu majoritariamente nos setores e atividades onde predominam os empregos precários e vulneráveis.

A designação prioritária das mulheres para a reprodução sempre foi acompanhada de sua exclusão do campo sociopolítico. Não podemos nos esquecer do Teto de Gastos (EC 95) (aprovado em 2016), a reforma trabalhista (aprovada em 2017) e a reforma da Previdência (aprovada em 2019), que impactaram diretamente as mulheres. Essas reformas foram a “resposta às crises”, mas não passaram de políticas cruéis para atender interesses específicos, de uma elite minoritária. Além disso, durante o governo de Bolsonaro as medidas criadas aprofundaram as desigualdades enfrentadas por grupos já marginalizados pela sociedade, como ocorre com os negros, indígenas, quilombolas e a população LGBTI+ de modo a reforçar discriminações históricas.

No dia 30 de outubro Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, e dentre as suas propostas propõe enfrentar o racismo e a violência contra as mulheres no Brasil, buscar a equidade de gênero e racial nas políticas públicas e montar uma equipe de governo diversa. De acordo com o Nexo²⁶⁴, para as mulheres, o plano propõe a equidade salarial, o incentivo à participação feminina “na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo” e o fortalecimento de políticas do SUS (Sistema Único de Saúde) de prevenção de doenças. Para os povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, o programa diz que o novo governo irá assegurar a posse de suas terras e impedir atividades predatórias.

O plano de governo de Lula mostra uma visão de governo diferente da que Bolsonaro teve nos últimos quatro anos, que desprezou medidas para combater desigualdades, segurança alimentar, habitação, meio ambiente e o combate à violência policial, que prejudicou majoritariamente a população negra. Além disso, diminuiu drasticamente o orçamento voltado aos direitos das mulheres, e nomeou uma ministra que pouco se importava com os direitos humanos. Paralisou as demarcações de terras indígenas, e não esqueçamos da sua inércia frente à pandemia da Covid-19.

²⁶⁴ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/11/03/As-perspectivas-para-pol%C3%ADticas-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-no-novo-governo>.
<https://jornalggn.com.br/politica/eleicoes-politica/vamos-as-urnas-por-um-brasil-que-nunca-mais-questione-nossos-direitos/>

A FALTA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL²⁶⁵

John Wesley Pereira Dantas Dos Santos²⁶⁶

Águida Cristina Santos Almeida²⁶⁷

A reivindicação de políticas públicas de segurança constitui na atualidade uma das grandes demandas da população LGBTQIA+. Baseando-se na própria Constituição Federal brasileira, que de acordo com o Art.144 afirma que a “segurança pública é dever do Estado e deve ser garantida a todos”, entretanto o que se vê no cenário brasileiro atual é a precariedade e insuficiência de tais políticas para a população LGBTQIA+. O Brasil é o país com mais casos de homicídio de pessoas transexuais em todo o mundo, o mesmo está no topo da lista há 13 anos, evidenciando o descaso do governo brasileiro com esta parcela da população²⁶⁸.

Apesar da transfobia ser criminalizada no Brasil desde 2019, a população trans e travesti segue marginalizada e vítima da criminalização e da naturalização das violações de direitos humanos fundamentais²⁶⁹. Grande parte da população de trans e travestis no Brasil vivem em exclusão social e situações de vulnerabilidade. Devido à falta de garantia de direitos que o Estado deveria assegurar a esta população, boa parte desta segue o caminho da prostituição como forma de conseguir sobreviver. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% da população trans tem a prostituição como principal fonte de renda.

Conforme o relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), 70% de todos os assassinatos por transfobia cometidos no mundo encontram-se na América Central e América do Sul, dentre os quais o Brasil responde por 33%. Vale ressaltar que as maiores vítimas de trans feminicídio são mulheres. De acordo com o documento da Transgender Europe, 96% das pessoas assassinadas em

²⁶⁵ Artigo escrito em novembro de 2022.

²⁶⁶ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também).

²⁶⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁶⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

²⁶⁹ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/rejeicao-exclusao-social-e-marginalizacao-breve-panorama-das-pessoas-trans-e-travestis/#:~:text=mulher%20em%20dados-.Rejeição%20exclusão%20social%20e%20marginalização%3A%20breve%20panorama%20da%20violência%20contra.as%20pessoas%20trans%20e%20travestis&text=A%20população%20trans%20e%20travesti.violações%20de%20direitos%20humanos%20fundamentais.>

todo o mundo eram mulheres trans ou pessoas transfeminadas; 58% das pessoas trans assassinadas eram profissionais do sexo; a idade média das pessoas assassinadas é de 30 anos; 36% dos homicídios ocorreram na rua e 24% na própria residência²⁷⁰.

Perante o cenário atual é de extrema importância que o governo e as instituições tomem medidas cabíveis para garantir a segurança e integridade desta parcela da população, pois ainda há um grande caminho a se prosseguir, considerando que a homofobia está enraizada na cultura brasileira. Recentemente é que cargos de grande importância começaram a ser ocupados por pessoas LGBTQIA+ , destacando-se que em 2022, o estado de São Paulo elegeu Erica Hilton a primeira travesti negra para o cargo de deputada federal, uma grande conquista repleta de representatividade.

²⁷⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

RÚSSIA E UCRÂNIA: UM CONFLITO TRILIONÁRIO²⁷¹

*Lenilson Guedes Brandão Filho*²⁷²

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁷³

Durante toda a última década, diversas foram as vezes em que Rússia e Ucrânia entraram em divergência no que tange à demarcação de fronteiras, dada a disputa por determinadas áreas do território que fazem fronteira entre os dois países. Contudo, desde a dissolução da União Soviética, não se via um conflito de proporções tão grandes quanto ao iniciado em fevereiro de 2022. A aproximação da Ucrânia aos países ocidentais e membros da OTAN, especialmente os Estados Unidos, foi vista como uma ameaça à Rússia, fazendo com que uma guerra tivesse início em solo europeu.

Diante do exposto, cabe ressaltar que não há apenas perdas humanas numa guerra, mas também perdas econômicas. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o conflito entre Rússia e Ucrânia deverá custar cerca de 2,8 trilhões de dólares em produção perdida até 2023. Dentre as diversas consequências dessa guerra, cabe citar também a escalada no preço da energia elétrica (impactando no consumo das famílias) e do gás natural, na Europa. E, além de todo o exposto, especialistas temem a convocação de reservistas, prevendo que o conflito possa perdurar por meses ou anos. Atualmente, estima-se que a economia mundial cresça 3% em 2022, inferior ao esperado antes da guerra, que era de 4,5%.

Portanto, fica evidente que o conflito armado entre Rússia e Ucrânia causa diversos prejuízos econômicos à humanidade, afetando principalmente o consumo das famílias, sobretudo para aqueles países dependentes da importação de commodities desses dois países. Diante do exposto, é fulcral

²⁷¹Artigo escrito em novembro de 2022.

²⁷²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: lenilson.guedes@estudante.ufcg.edu.br

²⁷³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/guerra-da-russia-na-ucrania-deve-custar-r-15-trilhoes-a-economia-global-estima-ocde-26092022>

⁵Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/guerra-entre-russia-e-ucrania-pode-impactar-inflacao-e-pib-no-brasil/>

ressaltar a importância do restabelecimento das relações diplomáticas entre Rússia e Ucrânia, só assim teremos um “freio” na escalada de preços de alimentos e de energia e uma melhora do cenário econômico, que possa contribuir para uma retomada, dado que a guerra se somou à pandemia. Além do mais, a permanência do receituário neoliberal de políticas não colabora de modo algum à melhora econômica e social dos países que permanecem armadilhados nessa estratégia austericida de gestão fiscal.

“O BRASIL VOLTOU”²⁷⁴

*Karla Vitória de Queiroz*²⁷⁵

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁷⁶

Depois de tanto tempo, finalmente o sentimento de orgulho nacional parece ter se renovado no Brasil. Depois de tanto tempo, tem-se a impressão de que o Brasil saiu de uma realidade na qual vivia excluído, e agora volta com toda a força para a realidade que realmente importa e faz sentido. Com a COP-27, Conferência do Clima, realizada no período de 06 a 18 de novembro, no Egito, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, deixou uma amostra do que será seu governo na questão ambiental e em termos da política internacional. O governo de Bolsonaro marcou um período no qual o Brasil exibiu uma imagem deteriorada da diplomacia brasileira. Contudo, graças ao resultado do pleito eleitoral recente, isso vem mudando, mesmo que o presidente eleito ainda não tenha assumido o cargo presidencial, já é possível notar as evidências.

A partir de 2019 o atual presidente Jair Bolsonaro assumiu a presidência, a diplomacia brasileira perdeu sua essência, uma vez que as relações diplomáticas diminuíram e que o governo em vigência não se fez presente em diversos eventos importantes, ou ainda ao convocar embaixadores sem um motivo pertinente, como quando os convidou para atacar o processo eleitoral, questionando as urnas eletrônicas, sem expor nenhuma prova do questionamento. Desde 2019, o Brasil é representado por um presidente que parece não levar a sério questões relevantes, mas acredita ser coerente convidar cinquenta embaixadores para uma reunião com uma pauta antidemocrática e golpista, como disse o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva.²⁷⁷

Ademais, entre outras atitudes nada republicanas, o atual presidente, após perder as eleições, demorou até para fazer um pronunciamento aceitando o resultado eleitoral. Tardiamente, proferiu um discurso que não durou muito tempo, além de, como não é de se surpreender, não ter trazido questões que realmente importam, como o reconhecimento do valor das urnas e do resultado do pleito eleitoral.

²⁷⁴ Artigo escrito em novembro de 2022.

²⁷⁵ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do PET-Economia. E-mail: karlaqueiroz290@gmail.com.;

²⁷⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁷⁷ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/18/bolsonaro-reune-embaixadores-para-repetir-sem-provas-suspeitas-ja-esclarecidas-sobre-urnas.ghtml>

Dessa forma, fica evidente como falta ao Brasil um presidente que realmente saiba se portar e, principalmente, que eleve o Brasil ao nível de orgulho e respeito nacionais e internacionais.

Voltando à COP-27, o presidente Lula restabeleceu, claramente, a forma como o brasileiro quer ser tratado. Aos gritos de “o Brasil voltou”, Lula deixou seu discurso como marca nacional e internacional, ao se tornar centro das manchetes dos principais jornais internacionais na cobertura do evento. Em seu discurso, Lula trouxe questões importantes como a cobrança de promessas feitas pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos ou emergentes no tocante às questões ambientais, ao lembrar a quantia que seria destinada a esses países para o combate às consequências ambientais que enfrentam diariamente em função de decisões tomadas pelas nações consideradas ricas.

Esses países (os mais pobres) acabam vivendo uma luta que não é deles. Assim, com um discurso repleto de verdade, o Brasil, literalmente, está voltando ao chamado cenário internacional com boas repercussões e assumindo um protagonismo que o Brasil já exerceu quando Lula foi presidente. Com essa nova retomada, o Brasil e sua grande parcela da floresta Amazônica entram em cena pelo motivo adequado, e não pela ganância.

A questão que ficou foi: como o Brasil poderia retornar a um evento como a COP-27, diante de todo o retrocesso vivido durante esses anos, com a política ambiental de devastação, a um grande número das áreas brasileiras e de ataque aos povos indígenas? Diante disso, Lula conseguiu reverter essa questão, principalmente ao representar mundialmente uma fala de combate ao avanço da destruição ambiental²⁷⁸. Um exemplo disso foi o fato de que países como a Noruega anunciaram que voltarão a investir no chamado Fundo Amazônia, contra o desmatamento da Amazônia, que havia sido suspenso durante o governo Bolsonaro²⁷⁹.

“São tempos difíceis. Mas foi nos tempos difíceis e de crise que a humanidade sempre encontrou forças para enfrentar e superar desafios”²⁸⁰. Essa afirmação foi dita por Lula em seu discurso na COP-27, e pode ser atribuída à realidade atual de milhares de brasileiros, que encontraram esperança após um período sombrio, sem respostas de um governo que não assumiu a responsabilidade de governar para todos, mas para defender os interesses de minoria rica. Agora, antes mesmo da “faixa presidencial mudar de peito”, o Brasil depara-se com a luz no fim do túnel, em um período marcado por uma agenda de política ultra neoliberal e suas nefastas consequências.

²⁷⁸<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/15/qual-legado-ambiental-o-governo-bolsonaro-leva-a-cop27.ghtml>

²⁷⁹<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/noruega-diz-que-vai-retomar-ajuda-ao-brasil-contr-o-desmatamento-apos-vitoria-de-lula.shtml>

²⁸⁰<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-lula-disse-na-cop-27-leia-a-integra-do-discurso/>

“O planeta que em todo momento nos alerta de que precisamos uns dos outros para sobreviver. Que sozinhos estamos vulneráveis à tragédia climática”²⁸¹.

Dessa forma, torna-se evidente a importância de um representante nacional e internacional que realmente governe para todos os brasileiros, elevando o nome do país a um patamar cada vez mais alto, no sentido de que esteja à frente de combates vitais como o da crise climática. A luz no fim do túnel está mais perto do que se imagina, considerando que fica mais forte antes mesmo do fim do túnel chegar.

²⁸¹<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-lula-disse-na-cop-27-leia-a-integra-do-discurso/>

Júlia Farias V. Caminha²⁸³

Águida Cristina Santos Almeida²⁸⁴

O movimento neoliberal foi precipitadamente entendido como uma doutrina de política econômica que em seu íntimo principal repousa o reconhecimento do mercado como um mecanismo natural do movimento e do curso da humanidade. Entretanto, resumir o núcleo-duro dessa fantasia social a um pensamento de restrição política e econômica é um erro terrível. De acordo com o que se pode extrair dos estudos de Pierre Dardot e Christian Laval, antes de qualquer outra análise, o neoliberalismo deve ser assimilado como uma *racionalidade*²⁸⁵. O neoliberalismo reflete o que se tornou a nova razão do capitalismo contemporâneo.

A racionalidade neoliberal abrange toda a esfera social, ditando e modificando não somente o roteiro de governança, mas também o modo de se deixar governar. Sua peculiaridade está no fato de injetar em sua filosofia a competição generalizada como norma social e fomentar o padrão empresarial como subjetividade humana. Com efeito, não é de se surpreender que toda uma cultura individualista e egóica se desenvolva “naturalmente” à medida que o neoliberalismo se torna cada vez mais dominante. Sendo essa cultura, amparada pelas reformas e agenda de política que destrói direitos e garantias sociais, estimulando a instauração do processo de concorrência social, do modo mais amplo e extenso possível. Assim como o “eu” está sempre em competitividade com o outro e cada um de nós está sempre em competição com o mundo, a noção de coletividade se esvai em seu sentido de completude e se torna a inimiga do progresso pessoal, o atraso daqueles que desejam prosperar e que estão sendo “puxados para trás” pela necessidade de resolução das injustiças sociais.

Mas o que alguém ganharia com isso? O avesso ao coletivo e a ênfase da liberdade individual podem continuamente levar à linha de raciocínio que coloca a democracia como dispensável, relativa. É a racionalidade neoliberal que nos faz pensar que é possível um indivíduo ser oprimido

²⁸² Artigo escrito em novembro de 2022.

²⁸³ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliefarias.uniufcg@gmail.com ;

²⁸⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁸⁵ Dardot, Pierre; Laval, Christian. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

numa democracia, assim como é possível que esse mesmo indivíduo seja livre em uma sociedade autoritária, e como nos é ensinado a pensar que esse indivíduo é sempre o “eu”, aos poucos, a palavra democracia é esvaziada, reduzida de sua essência e revista em sua importância no mundo.

A questão é que essa nova razão a que estamos todos submetidos é essencialmente antidemocrática, o neoliberalismo rejeita a democracia liberal dos seus antecessores e aprofunda a crise social, destruindo a factualidade da identidade coletiva como indispensabilidade social.

O neoliberalismo, não se pode esquecer, é dessa forma, porque reflete a necessidade de mutação capitalista dos processos de acumulação para atingir os interesses privados do grande capital. Ao contrário do que pensavam os antigos liberais, o mercado agora é reconhecido como uma ferramenta construída, que necessita ativamente da ação do Estado para ser gerida conforme o que se espera extrair dela. Desse modo, o capital, necessitado do Estado em seu processo de engorda, rejeita qualquer política social que obstrua com seus interesses e se utiliza de uma prática política em que o objetivo da intervenção é utilizada em prol do dismantelamento das políticas sociais e do aprofundamento da noção de que os indivíduos, agora vistos como empresas em potencial, não tem alternativa a não ser se contentar a existir como *neossujeito*²⁸⁶, um indivíduo já completamente cerceado de sua subjetividade própria para pôr no lugar a subjetividade neoliberal, carregado de competitividade e enxergando a si mesmo como um sistema empresarial, alienado a tal ponto que não consegue sequer questionar seu lugar na hierarquia social. Até porque, é a ideologia da meritocracia que comanda esse processo!

É justamente dessa cooptação da mentalidade do indivíduo que o neoliberalismo mais se fortalece. O autogoverno das mentes está associado a um processo intenso de dessensibilização social, de maneira que a nova racionalidade vem no intuito de inibir qualquer empatia e conexão do indivíduo com o coletivo, criando uma sociedade que naturaliza violências graves como ferramenta de estratégia política. A extrema-direita, à frente desse processo, tem papel fundamental em radicalizar essa insensibilidade neoliberal, condensando a destruição democrática com uma nova reeducação afetiva e ética na sociedade, e o que se deriva disso é o neofascismo.

O neofascismo se aproveita da anestesia social e do dismantelamento da estabilidade e bem-estar coletivos para crescer no ódio ao “sistema” e a todos que colaboram com ele, criando uma guerra cultural dentro de uma mesma nação, de um mesmo território, muitas vezes, dentro de uma mesma família.

²⁸⁶ Dardot, Pierre; Laval, Christian. A nova razão do mundo: A fábrica do sujeito neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. (Capítulo 9, A fábrica do sujeito neoliberal)

Para sobreviver e conseguir abandonar esse nova realidade bestializada é vital abolir essa escravidão mental que comanda a subjetividade das pessoas, é preciso criar uma força maior de vínculo coletivo capaz de demolir a visão estreita de que a sociedade é puramente composta de um sem-número de indivíduos, para assim, substituí-la pela concordância de que antes do “eu”, em uma sociedade, somos todos “nós”. Pois é dessa forma que a humanidade prospera, com empatia, com o outro.

De fato, não é uma tarefa fácil, nem tão pouco uma tarefa que se possa descrever como se descreve uma receita de bolo, com etapas e mais etapas concretas para se cumprir. É o oposto disso, é uma tarefa que só se pode fazer cumprir a partir de um processo de libertação de consciências, a partir da famosa "consciência de classe", do abandono do humano-empresa, de entender os processos históricos que garantem a uns riqueza, a outros, desgraça, entendendo que ao agir como o sujeito neoliberal nos tornamos peões protegendo reis capitalistas, protegendo o reinado do Capital.

O NARCISISMO DO CENTRÃO ²⁸⁷

*Rafael Tavares Requeijo*²⁸⁸

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁸⁹

Nos filmes de super-heróis, que se tornaram a moda na indústria cinematográfica norte-americana, o Homem de Ferro se tornou extremamente famoso, principalmente por ser um herói pouco conhecido nos quadrinhos. Porém, quando ganhou sua saga de filmes, o Homem de Ferro começou a aparecer com recorrência em outros filmes do universo da Marvel, se consolidando como protagonista das várias fases de filmes. Tal qual o Homem de Ferro, na política brasileira, o centrão se tornou o grande protagonista, sendo um personagem recorrente nos debates desde que a nova república se consolidou.

Tendo isso em vista, é importante entender que o centrão é o grupamento de partidos e parlamentares que atuam em consonância com a direita do campo político. Mesmo com a vitória de Lula, os parlamentares que conformam o centrão conseguem se reeleger, o que ao mesmo tempo traz a reflexão, se é mais progressivo para a conjuntura o governo federal se “vender” novamente a esse setor? Ou tentar com esse novo governo (que não veio do centrão, como o atual presidente) realizar uma reconfiguração do mesmo? O atual governo terá força política para enfrentar o centrão?

Conforme os resultados dos votos do primeiro turno da eleição, que ocorreu em 02 de outubro, o centrão conseguiu preservar a quantidade de cadeiras no parlamento, mas sua formação interna foi alterada. Segundo os dados do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) os deputados do centrão na última formação eram constituídos por 258. Com a eleição de 2022, esse grupo passou a ter 260 cadeiras, conseguindo garantir uma considerável ampliação e estabilidade. No entanto, sua composição interna foi alterada, com os deputados do PL (partido do atual presidente) obtendo um aumento de 30% no número de parlamentares eleitos, isto é, o PL foi o partido que registrou o maior crescimento na câmara de deputados.

Somente o PL reelegeu 57 deputados, além de garantir 42 cadeiras com nomes novos do seu partido, o que demonstra a força da máquina do Estado, que foi usada em larga escala pelo

²⁸⁷Artigo escrito em dezembro de 2022.

²⁸⁸Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

²⁸⁹Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

presidente Bolsonaro, no intuito de estabelecer um centrão mais alinhado com seu governo. Desde 2020 o centrão atuou em conformidade com as decisões do governo federal, à medida que o presidente ia oferecendo cargos e recursos do orçamento.

Outro resultado das eleições de 2022 foi a queda de partidos que tem o número de deputados necessários para ter influência numérica nas votações de pautas na câmara. De acordo com os dados do OLB houve uma queda do total de partidos que elegeram pelo menos um candidato, saindo de 30 partidos, em 2018, para chegar em apenas 23, em 2022. O OLB também identificou queda na variável chamada Número Efetivo de Partidos (NEP), a qual representa a quantidade de partidos com alguma relevância numérica, assim apresentou aproximadamente 17 partidos políticos efetivos após a votação de 2018, em contrapartida, em 2022 registrou apenas cerca de 10.

Ao mesmo tempo em que os dados apontados reiteram uma maior força do centrão, também podem representar um cenário político no qual o governo pode ter uma certa facilitação para criar coalizão, pois vai precisar fazer menos negociações com diferenciados partidos, sendo importante lembrar que mesmo que o centrão disponha de 260 cadeiras na câmara, o que seria necessário para ter maioria absoluta, ainda não tem o número necessário para aprovar PECs, que no caso necessitam do voto de 308 parlamentares²⁹⁰.

Com o centrão sendo reestruturado, Arthur Lira já manobra de forma muito rápida sua reeleição à presidência da câmara. Logo após o resultado das eleições ser divulgado, Arthur Lira foi um dos primeiros a parabenizar Lula pela vitória (o que já era um sinal forte da sua movimentação). Em seguida, o atual presidente da câmara dos deputados já estabeleceu uma maioria para sua base de votos, com isso não deixando escolhas para Lula²⁹¹. Por um lado, tal ação de Lira pode gerar alguns receios, por ele deter um controle considerável do centrão e pode se tornar um antagonista perigoso ao governo Lula. Em contrapartida, também se caracterizou como um representante que não deu espaço para incertezas no sistema eleitoral, além de promover um distanciamento do centrão de uma ala ultra-bolsonarista.

No entanto, se torna relevante acompanhar a dinâmica do centrão, visando monitorar a centralidade desse grupo na cena política do país, e suas consequências. Por conseguinte, seria importante para um governo progressista (tal como se espera que será o governo de Lula), que o

²⁹⁰ Informações da eleição foram retiradas do texto: LUZ Joyce, BITTENCOURT Maiane, CANELLO Julio, JÚNIOR João Feres. O perfil do Centrão na nova Legislatura. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. 183

²⁹¹ Informações sobre as movimentações do Lira foram retiradas do texto acessado em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/12/lira-dribla-lula-e-bolsonaro-para-manter-poder-do-centrao.shtml>

centrão tivesse uma diminuição do protagonismo político que goza, tal como ocorreu com o Homem de Ferro quando morreu no último filme dos Vingadores.

O BRASIL PÓS DÉCADA DE 1990²⁹²

*Nícolas de Macêdo Alves²⁹³
Águida Cristina Santos Almeida²⁹⁴*

Logo após a liberalização comercial e financeira na década de 1990, a economia brasileira vem se caracterizando pela concentração de produtos primários na pauta exportadora. Este sintoma se inicia através de políticas recomendados pelo Consenso de Washington, que desde os anos de 1980, submete os Governos de países em desenvolvimento, tirando-lhes a liberdade de executar políticas macroeconômicas mais expansionistas, de recorte desenvolvimentista, sustentadas por distintas narrativas e ideologias. No caso do Brasil, tal fato foi agravado após a implementação do tripé macroeconômico, em 1999.

A condução das políticas macroeconômicas no Brasil passou por uma grande transformação nos últimos 15 anos. Entre 1999 e 2005, o regime de políticas macroeconômicas prevalecente no Brasil era caracterizado pelo tripé macroeconômico, no qual a política monetária era conduzida no arcabouço de um regime de metas de inflação; a política cambial seguia um padrão flutuante relativamente livre da taxa nominal de câmbio; e a política fiscal era pautada pela geração de expressivos superávits primários.

Já em 2006, a política macroeconômica começou a mudar após a flexibilização do tripé. A primeira mudança foi a retirada dos investimentos realizados pela União do cálculo da meta de superavit primário, em particular os investimentos previstos no PAC, a partir de 2009. As outras mudanças ocorreram logo após a troca de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda para a entrada de Guido Mantega, que culminou no abandono da sistemática de metas de inflação declinantes e houve uma compra massiva de reservas, com o intuito de reduzir a velocidade de apreciação cambial, na tentativa de preservar a competitividade industrial.

Mas estes fatos supracitados não foram suficientes para incentivar de modo consistente o setor industrial. Quando observamos a trajetória dos produtos classificados como “Commodities

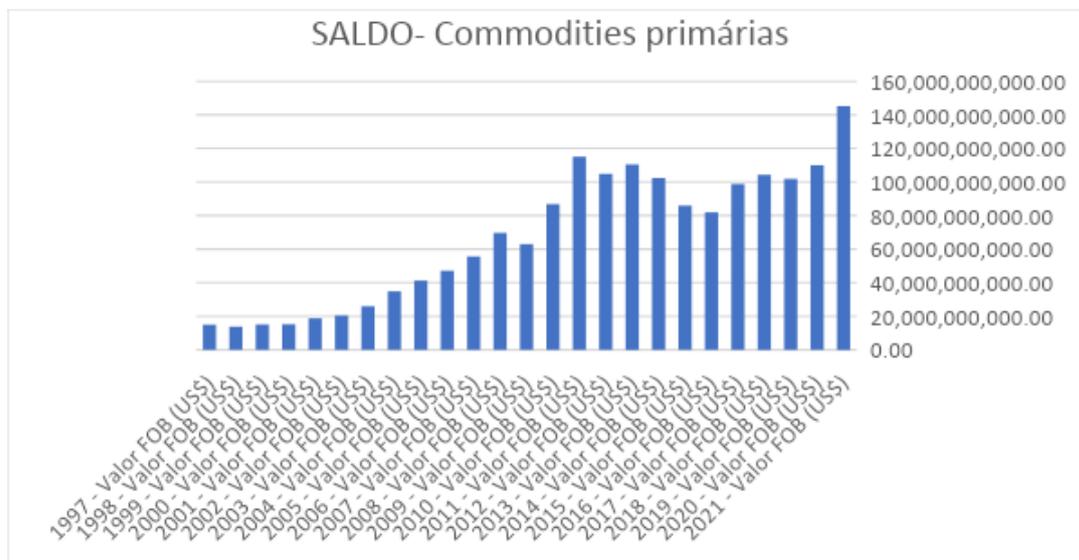
²⁹² Artigo escrito em dezembro de 2022.

²⁹³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: alvesnicolas660@gmail.com

²⁹⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

primárias”, percebe-se que este grupo permanece com tendência ascendente, sendo superado, praticamente, a cada ano.

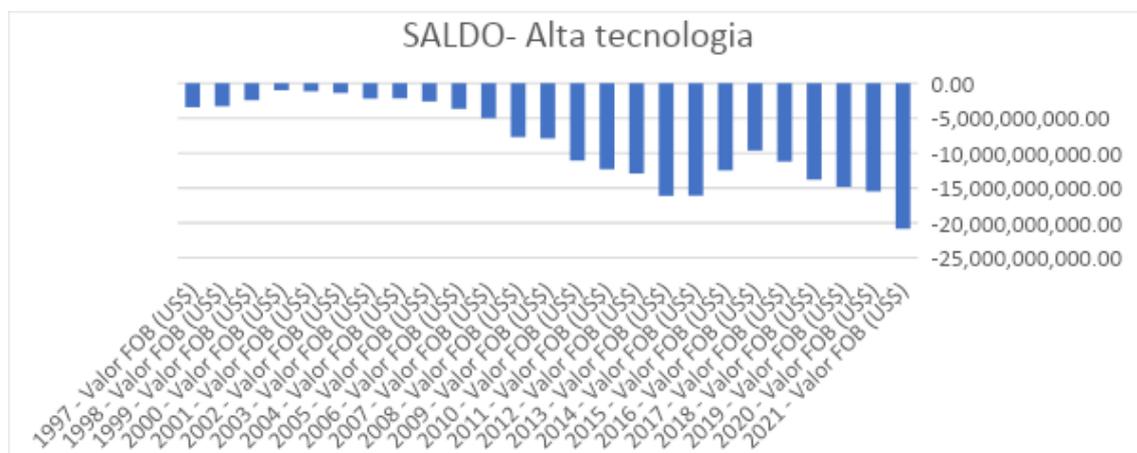
Figura 1- Saldo Commodities primárias



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Comex

Em contraponto, quando se observa a trajetória de produtos classificados como “Alta tecnologia”, constituído por produtos como por exemplo: aeronaves, produtos farmacêuticos e aparelhos de óptica. Nota-se um constante déficit comercial neste segmento.

Figura 2- Saldo Alta tecnologia



Fonte:

Elaboração própria com base nos dados da Comex

Apesar da separação de Portugal, em 1822, o Brasil ainda possui a mesma posição de colônia, sendo um país que serve aos interesses de Estados e empresas de territórios desenvolvidos, com o

seguinte padrão comercial: exporta commodities básicas e importa bens de alto grau de conteúdo tecnológico, sendo incapaz de exportar e concorrer com as empresas gigantes multinacionais no mercado internacional.

Sendo assim, o Brasil necessita urgentemente de políticas industriais de forma que volte a ser o país que, na década de 1980, era caracterizado por ser a nação que apresentava a metade do PIB constituído por manufaturas. O primeiro passo é abandonar as políticas recomendadas pelo Consenso de Washington, que entram o desenvolvimento econômico e em concomitância, mantém o *status quo* que favorece os rentistas, que se aproveitam das políticas de juros altos.

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA INTERVENÇÃO DA ECONOMIA E DA SOBERANIA²⁹⁵

*Jean Lucas Borges de Carvalho*²⁹⁶
*Águida Cristina Santos Almeida*²⁹⁷

O liberalismo como uma das correntes econômicas mais hegemônicas durante muitos séculos, após a Revolução Industrial Inglesa, sobretudo depois da publicação da obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, constituiu-se no principal eixo ideológico à consolidação do capitalismo no mundo e seus desdobramentos sobre o Ocidente e o Oriente até, pelo menos a grande depressão de 1929. Contudo, embora as ideias do liberalismo econômico tenham imperado, o desenvolvimento dos países que se industrializaram, acompanhando a trajetória da Inglaterra, deu-se por meio de uma contundente intervenção do Estado, planejando e coordenando o processo de industrialização, bem como protegendo a indústria nascente.

Em analogia aos tempos atuais, a industrialização tardia de países no continente asiático que depende ininterruptamente do Estado para o desenvolvimento socioeconômico de sua sociedade e seus crescentes índices econômicos, percebemos o inverso do que ocorre no Estado e na economia brasileira, sobretudo dos anos 1990 em diante.

No caso do Brasil, desde 2016, a retomada do debate do neoliberalismo, bem como da agenda de políticas e de reformas neoliberais, com um Estado operando quase que exclusivamente em prol dos interesses dos grupos econômicos, e em detrimento da sociedade, vem acelerando o processo de piora social e econômica que vem marcando o Brasil desde a gestão de Michel Temer e que se acelerou sob o (des)governo de Bolsonaro.

Não obstante, a chegada da crise do subprime em 2008 nos Estados Unidos, a pandemia causada pelo Coronavírus em 2020 na China, e a guerra da Rússia contra a Ucrânia em 2022 forçou ainda mais todos os países do mundo a adotarem uma política fiscal expansionista, para impedir uma piora social e econômica ainda maior, sobretudo dos mais vulneráveis, com vistas a preservar minimamente uma coesão política e social nos países

²⁹⁵ Artigo escrito em dezembro de 2022.

²⁹⁶ Graduando em ciências econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), atualmente participante do Grupo de Acompanhamento e Análise de Conjuntura Econômica (GAACE).

E-mail: jeanborges29@gmail.com

²⁹⁷ Professora adjunta da Unidade Acadêmica de Economia (UAEF) e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise de Conjuntura Econômica (GAACE). Como também revisora do artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

Contudo, a sociedade brasileira, sobretudo os mais vulneráveis, vem sofrendo as consequências desses desequilíbrios externos e internos mediante a um planejamento estatal e industrial mal arquitetado, incompleto e insuficiente. Além disso, a cada dia vai ficando patente que a agenda de políticas e reformas neoliberais não atende aos interesses das classes menos abastadas da sociedade que dependem com mais intensidade do Estado para a reversão do ciclo infinito da pobreza e à diminuição da desigualdade tão alarmante, como é o caso do Brasil.

Histórica e estruturalmente, no Brasil criou-se uma disparidade expressiva entre o nível de renda per capita entre negros e brancos em todas as regiões do país, mas, a gestão neoliberal do Estado parece negar que existam milhões de brasileiros que não possuem o mínimo necessário a uma sobrevivência com dignidade, e que estão a mercê da melhora no mercado de trabalho, que por sua vez depende da retomada da economia, para conseguirem acessar renda, e assim poderem exercer cidadania e capacidade de consumo.

De maneira empírica o desenvolvimento econômico de um país depende substancialmente da presença do Estado, não como provedor de todo o tipo de política, mas como coordenador do próprio desenvolvimento, bem como em ações de combate à pobreza e a desigualdade, presente até nas economias mais desenvolvidas do mundo incluindo o Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos, por exemplo. Nenhum país pode alcançar seu tão almejado título de potência econômica mundial quando se tem milhões de pessoas com uma renda per capita mensal inferior e preconizada na regra nacional de salário-mínimo, como também a um nível de salário-mínimo que absorve mais da metade do valor da cesta básica, comprometendo frontalmente a possibilidade de uma vida com dignidade.

Ou seja, a conjuntura econômica brasileira fica ainda pior à medida que o salário-mínimo vai sendo ininterruptamente absorvido pelo no valor da cesta básica por conta da alta inflação que atinge os preços dos alimentos e de outros bens e serviços essenciais, como combustíveis e energia. Deste modo, a importância do Estado, ampliando os gastos públicos e adotando uma política fiscal expansionista, a fim de combater os desequilíbrios econômicos que uma sociedade desigual produz, torna-se a condição necessária a uma retomada da economia e melhora social.

Não obstante, na atual conjuntura econômica, o enfraquecimento do Estado segue contribuindo para aumentar o nível de desigualdade que antes já se encontrava em níveis preocupantes e que atrasará o ritmo de crescimento econômico. Assim, faz-se cada vez mais urgente suprimir as políticas de caráter neoliberal e implementar políticas desenvolvimentistas e que coloquem a inclusão social no centro de uma agenda para todos.